

BAHIA

Motoristas ainda podem pagar IPVA com 5% de desconto

IMPOSTO 2021 Os motoristas que perderam o prazo para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com 10% de desconto ainda podem aproveitar um abatimento sobre o valor cheio da taxa. Quem quitar integralmente o imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão terá um desconto de 5%.

A data varia de acordo com o número final da placa do veículo. Os primeiros da lista são os automóveis com placas de final 1 e 2, que podem contar com o desconto de 5% até os dias 30 e 31 de março, respectivamente. Para realizar a transação, o contribuinte deve ir a

Os primeiros da lista são os carros com placas de final 1 e 2, nos dias 30 e 31 de março

uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Outra possibilidade é o parcelamento do IPVA em três vezes, sem desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que

perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Todas as informações, incluindo o cronograma de pagamento, poderão ser consultadas por meio do site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspeção Eletrônica - IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no (71) 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

De acordo com cálculos da Sefaz, cerca de 460 mil proprietários ainda não pagaram o tributo vencido no ano passado referente aos veículos registrados no estado. O saldo devedor, até 13 de janeiro, era de R\$ 211 milhões referente ao imposto de 2020.

Motoristas ainda podem pagar IPVA com 5% de desconto; saiba como



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Da Redação redacao@correio24horas.com.br

Os motoristas que perderam o prazo para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com 10% de desconto ainda podem aproveitar um abatimento sobre o valor cheio da taxa. Quem quitar o valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão terá um desconto de 5%.

A data varia de acordo com o número final da placa do veículo. Os primeiros da lista são os automóveis com placas de final 1 e 2, que podem contar com o desconto de 5% até os dias 30 e 31 de março, respectivamente. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três

vezes, sem desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Em tempos de coronavírus e desinformação, o CORREIO continua produzindo diariamente informação responsável e apurada pela nossa redação que escreve, edita e entrega notícias nas quais você pode confiar. Assim como o de tantos outros profissionais ligados a atividades essenciais, nosso trabalho tem sido maior do que nunca. Colabore para que nossa equipe de jornalistas seja mantida para entregar a você e todos os baianos conteúdo profissional. Assine o jornal.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Veículo: Bocão News	
Data: 23/02/2021	



Motoristas ainda podem pagar IPVA com 5% de desconto



23 de Fevereiro de 2021 às 10:30

Por: Camila Souza/GOVBA

Por: Redação BNews

Os contribuintes que perderam o prazo para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com 10% de desconto ainda podem aproveitar o abatimento de 5%. Para isso, é necessário quitar o valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo (consultar tabela do IPVA 2021).

Os primeiros da lista são os automóveis com placas de final 1 e 2, que podem contar com o desconto de 5% até os dias 30 e 31 de março, respectivamente. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Outra possibilidade é o parcelamento do IPVA em três vezes, sem desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), no Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da secretaria, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Motoristas ainda podem pagar IPVA com 5% de desconto; veja como



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Contribuintes baianos ainda podem aproveitar abatimento de 5% no valor do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) se realizarem o pagamento integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Os primeiros da lista são os automóveis com placas de final 1 e 2, que podem contar com o desconto de 5% até os dias 30 e 31 de março, respectivamente. [Confira no final da matéria o cronograma completo de pagamento].

Para fazer o pagamento, o contribuinte pode ir até uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, e apresentar o número do Renavam.

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três vezes, mas nesse não tem desconto. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela.

Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021.

Mais informações sobre o pagamento do **IPVA** podem ser acessadas pelo site da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz).

Assista aos vídeos do G1 e TV Bahia ??

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

MOTORISTAS AINDA TÊM 5% DE DESCONTO EM IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os motoristas que perderam o prazo para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com 10% de desconto ainda podem aproveitar um abatimento sobre o valor cheio da taxa. Quem quitar o valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão terá um desconto de 5%.

A data varia de acordo com o número final da placa do veículo. Os primeiros da lista são os automóveis com placas de final 1 e 2, que podem contar com o desconto de 5% até os dias 30 e 31 de março, respectivamente. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três vezes, sem desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo

com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Motoristas baianos ainda podem pagar IPVA com 5% de desconto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os contribuintes que perderam o prazo para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com 10% de desconto ainda podem aproveitar o abatimento de 5%. Para isso, é necessário quitar o valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo (consultar tabela do **IPVA** 2021).

Os primeiros da lista são os automóveis com placas de final 1 e 2, que podem contar com o desconto de 5% até os dias 30 e 31 de março, respectivamente. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três vezes, sem desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo

com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), no Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da secretaria, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 22/02/2021	



Motoristas ainda podem pagar IPVA com 5% de desconto

22 fevereiro 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

Os contribuintes que perderam o prazo para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com 10% de desconto ainda podem aproveitar o abatimento de 5%. Para isso, é necessário quitar o valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo (consultar tabela do IPVA 2021).

Os primeiros da lista são os automóveis com placas de final 1 e 2, que podem contar com o desconto de 5% até os dias 30 e 31 de março, respectivamente. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Outra possibilidade é o parcelamento do IPVA em três vezes, sem desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do [site da Secretaria da Fazenda do Estado \(Sefaz-BA\)](#), no Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da secretaria, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO - IPVA 2021					
FINAL	PARCELAMENTO			PAGAMENTO EM COTA ÚNICA	
	1ª COTA até	2ª COTA até	3ª COTA até	COM DESCONTO DE 5%	SEM DESCONTO
1	30/03/2021	29/04/2021	28/05/2021	30/03/2021	28/05/2021
2	31/03/2021	30/04/2021	31/05/2021	31/03/2021	31/05/2021
3	29/04/2021	27/05/2021	29/06/2021	29/04/2021	29/06/2021
4	30/04/2021	28/05/2021	30/06/2021	30/04/2021	30/06/2021
5	27/05/2021	29/06/2021	29/07/2021	27/05/2021	29/07/2021
6	28/05/2021	30/06/2021	30/07/2021	28/05/2021	30/07/2021
7	29/06/2021	29/07/2021	30/08/2021	29/06/2021	30/08/2021
8	30/06/2021	30/07/2021	31/08/2021	30/06/2021	31/08/2021
9	29/07/2021	30/08/2021	29/09/2021	29/07/2021	29/09/2021
0	30/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	30/07/2021	30/09/2021

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Política Livre	
Data: 23.02.2021	Caderno: Economia



23 de fevereiro de 2021 | 06:51

Ao mirar Judiciário, operação atinge ex-Timbalada e joalheiro de celebridades

BAHIA

Na varanda de seu apartamento, que fica em um dos bairros mais caros de Salvador, o joalheiro Carlos Rodeiro ergue o celular, liga a câmera e dá um giro de 360 graus para mostrar as pessoas ao seu redor: “Está bombando, está bombando, está bombando”.

Na festa, que aconteceu em um sábado de Carnaval, os convidados bebericavam uísque ou espumante sentados em torno de uma mesa de centro repleta de arte sacra ou debruçados na sacada com vista para a baía de Todos-os-Santos.

O regabofe se repete em praticamente todos os Carnavais, quando empresários, artistas, políticos, desembargadores e outras personalidades do mundo jurídico da Bahia vão ao encontro do joalheiro.

Com relação próxima com grande parcela do poder na Bahia, Rodeiro se tornou personagem da Operação Faroeste depois de ter sido alvo de mandados de busca e apreensão da Polícia Federal.

Principal operação do Ministério Público Federal contra venda de decisões judiciais, a Faroeste se ramifica em investigações que envolvem outros Poderes e ajudou a desmontar um suposto esquema de vendas de decisões por meio de advogados que operavam para interessados.

Com a primeira fase deflagrada há menos de um ano e meio, a operação teve origem em uma disputa de terras na divisa da Bahia com o Piauí e o Tocantins e se expandiu com a ajuda de delações premiadas.

Até fevereiro de 2021, oito desembargadores já haviam sido afastados do Tribunal de Justiça da Bahia por decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), além de outros três juízes. Três desembargadoras estão presas preventivamente, e uma quarta está em prisão domiciliar.

Carlos Rodeiro foi alvo de busca e apreensão sob suspeita de que suas joias eram um meio de lavar dinheiro do suposto esquema de venda de sentenças e também de que subornava autoridades.

Em seu celular, os investigadores encontraram diversas conversas com a então procuradora-geral de Justiça do Ministério Público da Bahia, Ediene Lousado.

Isso indicaria, na interpretação do Ministério Público Federal, “que ela defenderia seus interesses e receberia joias e empréstimos, uma vez que, ante a magnitude do cargo ocupado, não se revela crível que a autoridade máxima do parquet faça assessoria jurídica pro bono para ele”.

Ediene, por exemplo, intermediou a relação de Carlos Rodeiro com o secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitória. Ainda entregou, em uma viagem para Brasília, um colar de Rodeiro de presente para a então procuradora-geral da República Raquel Dodge.

Para a investigação, uma “sistemática que aparenta possível tentativa de cooptação da máxima autoridade do Ministério Público brasileiro, responsável, em última instância, pelo desfecho da Operação Faroeste”.

“Raquel amou o presente! Depois te mando as fotos”, disse Lousado antes de enviar uma imagem com Dodge usando o colar. Depois, Lousado pede a Rodeiro que lhe faça uma transferência bancária porque estava “precisando muito”.

“O áudio do gerente hj [hoje] me assustou. Meu limite já caiu, cartões atrasados e demais compromissos também. Td pq [Tudo por que] não posso pegar empréstimo, sequer vender minhas férias ao banco posso, por causa do cargo e da licitação.”

Rodeiro, aponta o material apresentado pelos investigadores, pediu a Lousado que interviesse em um processo ligado a um advogado investigado na operação.

Além do joalheiro, as investigações também miraram personagens do meio artístico baiano, incluindo Amanda Santiago, ex-vocalista da banda Timbalada.

A cantora é filha da desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, que está presa desde 2019. Em dezembro, ela também foi alvo de busca e apreensão no âmbito da Operação Faroeste.

Amanda, segundo as investigações, é suspeita de ser receptora de recursos ilegais destinados à desembargadora, que é ex-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia. O Ministério Público Federal diz que Socorro usava suas filhas “como vias de captação de vantagens indevidas, demonstrando preocupação com a incorporação de bens em seu nome”.

Os investigadores usam, para provar isso, relatórios financeiros, trocas de mensagens em aplicativos de celular e informações sobre ligações telefônicas trocadas com outros suspeitos.

Segundo relatório do Coaf (órgão federal de inteligência financeira), Amanda Santiago teve movimentações suspeitas de aproximadamente R\$ 8 milhões “numa conjuntura de absoluta incompatibilidade financeira, visto que sua renda declarada é de R\$ 1.000”.

Amanda esteve na linha de frente da Timbalada entre 1999 e 2007, e dividiu os vocais com cantores como Ninha e Denny. Depois que deixou a banda, ainda seguiu por um tempo em carreira solo.

Logo após ser alvo de operação, no ano passado, disse em vídeo que iria provar a sua inocência.

“A minha família é inocente, eu sou inocente, minha mãe é inocente. Eu digo isso porque minha mãe já está numa preventiva há mais de um ano e já apresentamos provas e perícias para provar a inocência dela e a minha impressão é a de que não estamos sendo ouvidos”, disse Amanda.

Procurado, o joalheiro Carlos Rodeiro afirmou à Folha que Maria do Socorro era sua cliente há apenas dois anos e que as peças apreendidas pela Polícia Federal na casa da desembargadora eram itens de valor baixo, em sua maioria peças de prata banhadas a ouro.

Ele afirma que a sua loja, a CR Joalheria, tem pouquíssimos clientes no Tribunal de Justiça da Bahia e que a desembargadora não comprou nada de grande valor e que não fosse de acordo com sua profissão.

Rodeiro classificou a procuradora-geral Ediene Lousado como “uma amiga muito querida” e confirmou que fez um empréstimo a ela no ano passado, de forma lícita e declarado em seu Imposto de Renda.

Ele também confirmou que presenteia artistas, celebridades e personalidades com suas joias, mas destaca que não se tratam de joias de valor.

“São coisas simbólicas, brindes mesmo. Tenho certeza absoluta que as coisas estão ficando muito claras. Tenho uma trajetória de mais de 30 anos e na minha profissão é muito importante que eu mostre e divulgue meu trabalho”, diz Rodeiro.

O advogado de Amanda Santiago, Victor Minervino, afirma que “destaca que acredita nas instituições deste país” e que, ao final do processo, será demonstrado por meio de provas e documentos “a regularidade em relação ao seu patrimônio e dos recebimentos enquanto artista”.

“Em tudo sendo esclarecido, será possível a sua absolvição, seja por meio de documentos, seja por meio de comprovações de rendas, de perícias e outras diligências que serão feitas ao longo da instrução em momento próprio”, afirmou Minervino.

A defesa de Maria do Socorro, mãe de Amanda, afirma que não há qualquer participação da magistrada em qualquer ato de lavagem de dinheiro ou em uma eventual organização criminosa.

O advogado dela, Bruno Espiñeira Lemos, tem dito que apesar de Socorro estar presa preventivamente há mais de um ano, a acusação não foi capaz de indicar que ela tenha “exercido qualquer papel, muito menos de destaque dentro do esquema de funcionamento da organização criminosa de venda de decisões judiciais para legitimação de terras no oeste baiano”.

O advogado de Ediene Lousado, Milton Jordão, afirmou que a procuradora tinha uma relação de amizade com Carlos Rodeiro, mas que não cometeu irregularidades. Ele não deu mais detalhes da defesa sob alegação de que o processo está sob sigilo.

Outras operações e escândalos que envolveram o Judiciário

Operação Naufrágio

Em 2008, prendeu três desembargadores, após suspeitas de venda de sentenças. Foram denunciadas 26 pessoas.

Operação Expresso 150

Investigação apurava suspeita de vendas de sentença por desembargador do Ceará. Segundo denúncia, um grupo negociava pelo WhatsApp decisões favoráveis a presos durante o plantão judiciário, nos fins de semana em que o magistrado estava escalado para atuar.

Operação Cosme

Em novembro, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal cumpriram busca e apreensão ligados a desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas, em apuração sobre suposto recebimento de propina para influenciar na solução e no andamento de processos judiciais.

Operação Plantão

Operação sobre suspeita de venda de liminares levou ao afastamento de um desembargador do Rio de Janeiro. Ordem foi dada pelo ministro do STJ Luiz Felipe Salomão, egresso do Tribunal de Justiça do Rio.

Operação Appius

Fase da Lava Jato de São Paulo, a Appius cumpriu em 2019 busca e apreensão em endereços ligados ao ex-presidente do STJ Cesar Asfor Rocha, aposentado em 2012. A intenção era investigar suspeita de pagamentos de propina com o objetivo de suspender e anular a Operação Castelo de Areia, considerada uma prévia da Lava Jato. A investigação acabou suspensa.

Caso Lalau

Protagonista de um dos maiores escândalos do Judiciário brasileiro, o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo Nicolau dos Santos Neto, que ficou conhecido como Lalau, foi condenado em 2006 com o ex-senador Luiz Estevão pelo desvio de quase R\$ 170 milhões do Fórum Trabalhista de São Paulo. Ele morreu em 2020, aos 91 anos.

Veículo: Política Livre	
Data: 23.02.2021	Caderno: Economia



23 de fevereiro de 2021 | 07:12

Hospital de Campanha da Fonte Nova será reaberto até sexta, garante Rui

BAHIA

O governador Rui Costa (PT) declarou, em transmissão realizada nas redes sociais nesta segunda-feira (22), que o Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova será reativado até sexta (26).

A unidade terá 80 leitos, sendo 50 de UTI e 30 leitos clínicos – todos exclusivos para o tratamento da Covid-19. Vale destacar que o número representa 10 leitos a mais do que o hospital abrigou na inauguração.

Para isso, o Governo do Estado aguarda, segundo Rui, a chegada de respiradores enviados pelo Ministério da Saúde à Bahia.

O chefe do Executivo baiano disse também que uma licitação para contratar uma organização para gerir o espaço será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE).

CÁSSIO SANTANA

Após determinar a ampliação do toque de recolher no estado, o governador Rui Costa (PT) afirmou ontem que o governo do estado vai ofertar novos leitos para atender pacientes com Covid-19. Segundo Rui, quem se recusar a usar máscara nas ruas será encaminhado à delegacia e responderá por crime contra a saúde pública. “Já determinei a ampliação de novos leitos. Hoje abrimos 20 leitos em Ilhéus, 10 leitos em Caetitê, estamos contratando mais leitos em Itabuna. Autorizei também a publicação amanhã de licitação de novos leitos para o Hospital de Campanha da Fonte Nova”, disse Rui, em live em uma rede social.

“Pode aplicar multa [a quem estiver na rua sem máscara] e, além de aplicar a multa, minha orientação para a Polícia Militar e Civil é conduzir essas pessoas para delegacia, registrar e abrir um inquérito de crime contra a saúde pública. Não podemos brincar com essa doença, não podemos brincar com a vida dos outros”, destacou o governador.

Questionado se poderia adotar medidas ainda mais duras, Rui afirmou que as medidas serão tomadas de maneira gradativa. “Nós estamos de forma firme, determinada, adotando as medidas, mas de forma gradativa. Eu recebo várias mensagens para fazer o lockdown e fechar tudo, e nós estamos dizendo que vamos, gradativamente, alcançar nossa meta, nosso objetivo, que é conter, segurar o crescimento dessa doença e colocar essa curva em uma tendência decrescente”.

Medidas duras

No domingo, Rui Costa anunciou a ampliação do toque de recolher no estado. A nova medida passa a valer das 20h às 5h, duas horas

COVID-19 Governador diz que vai ampliar número de UTIs em hospitais e que orientou a PM a conduzir à delegacia quem se recusar a usar máscara nas ruas

Rui anuncia novos leitos e não descarta ‘fechar tudo’

Paula Frões / Gov-BA / 12.5.2020



Estado registra hoje 912 pacientes adultos e pediátricos em estado grave ocupando leitos em diversas regiões

“Além de aplicar a multa, minha orientação para a polícia é conduzir essas pessoas para delegacia”

RUI COSTA, governador

antes do que foi inicialmente estabelecido no primeiro decreto, e segue até o próximo dia 28 de fevereiro.

Bares e restaurantes no modelo presencial terão o funcionamento permitido até 18h. O delivery de alimentos fica permitido até 23h. O transporte metropolitano (ônibus, metrô, ferryboat e lanchinhas) pode funcionar até 20h30. Os serviços de ferryboat e das lanchinhas para Vera Cruz só funcionarão até 19h.

De acordo com Rui, as medidas são duras, mas são melhores do que lidar com um possível colapso do sistema de saúde. “Nós não podemos repetir cenas que, infelizmente, aconteceram em outros estados, de famílias desesperadas nas portas de UPAs ou de hospitais, ou chorando na porta de cemitérios os entes queridos”.

Pior momento

O secretário da Saúde do estado, Fábio Vilas-Boas, que

está internado em tratamento de Covid-19, afirmou que a Bahia vive o pior momento desde o início da pandemia e não descartou ampliar ainda mais o raio de ações do governo do estado no combate ao novo coronavírus.

“Nós estamos vivendo o pior momento da pandemia em todo o Brasil. No país inteiro, os hospitais estão lotados, nós estamos vendo a emergência de mutações que agravam a transmissão. A população não tem cola-

borado, principalmente os mais jovens, que hoje são a maioria dos que são diagnosticados e até internados. A população abaixo de 40 anos hoje já ultrapassa os 50% das pessoas internadas nas UTIs. E chegando ao ponto máximo hoje de aberturas de leitos, tanto de UTI quanto de enfermaria, não nos resta outra alternativa senão restringir a liberdade das pessoas de se locomoverem, de frequentarem os espaços.

Segundo ele, se as medidas não surtirem o efeito esperado é possível que ações mais duras sejam tomadas como o fechamento do comércio durante o dia.

“Se nós tivéssemos uma postura diferente, se as pessoas estivessem compreendendo que o momento de pandemia é grave e que não deveriam estar aglomerando, isso não seria necessário. Mas, como não tem sido dessa forma, as medidas foram adequadamente lançadas e deverão ser agravadas na medida em que ou piore a situação dos hospitais, ou não surta o efeito que nós esperamos que surta com esse toque de recolher à noite. É possível que nós precisemos avançar para fechar comércio durante o dia”.

De acordo com boletim epidemiológico da Secretaria da Saúde (Sesab) divulgado ontem, pelo 4º dia consecutivo o estado registrou o maior número de pacientes internados em “UTIs Covid-19” desde o início da pandemia. São 912 pacientes adultos e pediátricos em estado grave ocupando leitos nas diversas regiões da Bahia.

Os dados revelam que, nas últimas 24 horas, foram registrados 2.146 casos de Covid-19 na Bahia, com taxa de crescimento de 3%. O número de mortos, ontem, foi de 63 pessoas, e o número total de óbitos por Covid-19 na Bahia desde o início da pandemia é de 11.254.

25 de Fevereiro

A TARDE MUNICÍPIOS

DESAFIOS NA EDUCAÇÃO X VOLTA ÀS AULAS

Como as instituições estão se preparando para volta às aulas?

Quais cuidados e procedimentos serão adotados para a retomada do ensino presencial?

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

MUNICÍPIOS Câmara de Vereadores de Ilhéus suspende atividades
www.atarde.com.br/municipios

PROPOSTA Atualmente, os estados e municípios são obrigados a gastar de 12% a 25% nos setores PEC Emergencial pode acabar com piso de gastos em saúde e educação

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

O relator da PEC Emergencial (Proposta de Emenda à Constituição 186/2019), senador Márcio Bittar (MDB-AC), divulgou ontem o seu substitutivo sobre o assunto. Na prática, o texto, que abre caminho para novos pagamentos do auxílio emergencial, acaba com os atuais pisos para gastos em saúde e educação de estados e municípios.

Em caso de aprovação, a proposta desobriga os governantes a efetuarem gastos mínimos nas duas áreas. O senador acreano já havia defendido a medida em manifestações públicas.

O texto do parlamentar condensa 3 projetos que o governo Bolsonaro busca aprovar - PEC Emergencial, PEC do Pacto Federativo e PEC dos Fundos - e ainda pode ser modificado.

Atualmente, os estados são obrigados a destinar 12% de verbas para a saúde e 25% para a educação, enquanto que municípios tem os índices de 15% e 25%, respectivamente. Os pisos ainda têm de ser corrigidos pela inflação do ano anterior - conforme estabelecido pela regra do teto de gastos aprovada em 2016 no governo do então presidente Michel Temer.

A proposta do senador é mais radical que a apresentada pelo governo Bolsonaro em novembro de 2019, pela qual os pisos seriam mantidos, mas unificados, dando supostamente maior flexibilidade a estados e municí-



Waldemir Barreto / Agência Senado

Senador Márcio Bittar (MDB-AC) relata proposta que deve ser votada na quinta

Bittar disse ontem que resolveu incluir a proposta porque vincular os gastos não surtiu efeitos desejados

prios para gastarem mais em uma área do que em outra.

Em entrevista ontem à GloboNews, Bittar disse que resolveu incluir a proposta porque vincular (definir valores fixos) os gastos com saúde e educação não surtiu os efeitos desejados ao longo dos últimos anos.

"[A ideia é] devolver aos municípios, aos estados e à União o poder de legislar uma das leis mais importantes, que é a do orçamento. Até porque, vincular o orçamento da União, que é o único

país democrático no mundo que tem esse grau de vinculação, não resolveu nada. Nós gastamos 6,3% do PIB nacional com educação e estamos com educação brasileira entre as 20 piores nações do mundo", defendeu.

Auxílio emergencial

Em seu substitutivo, Bittar propõe a inclusão de um dispositivo na Constituição sobre "cláusula de calamidade pública de âmbito nacional". O objetivo do dispositivo seria permitir que a União possa

pagar o auxílio emergencial. O texto define que, durante o exercício de 2021, a proposição legislativa que tenha o objetivo exclusivo de conceder auxílio emergencial ficará "dispensada da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa".

A votação da PEC Emergencial está prevista para começar nesta quinta-feira no Senado Federal. Por se tratar de uma emenda constitucional, precisará ser aprovada em dois turnos e com 3/5 dos votos. Em seguida, vai para a Câmara dos Deputados, onde deve passar com os mesmos números.

Em uma rede social, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem que, assim que a matéria chegar na Câmara, pode ter tramitação prioritária e ser votada ainda em março.

Em outras ocasiões, Lira chegou a dizer que a tramitação da PEC poderia levar até três meses. O argumento dele foi que o prazo na Câmara costuma ser mais longo do que no Senado em razão das exigências regimentais.

O rito na Câmara prevê que a proposta seja analisada antes pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, depois, por uma comissão especial com prazo mínimo de dez sessões. No entanto, em caso de acordo entre partidos, a discussão pode ser acelerada e feita diretamente no plenário.

ENTREVISTA

Doria critica Bolsonaro: 'Nosso debate é o de saúde'



FERNANDO VALVERDE

Principal articulador para a produção da Coronavac, vacina do Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), atacou a gestão da pandemia pelo governo federal e rejeitou a politização em cima do tema.

Em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM (103,9), o gestor paulista fez duras críticas ao presidente Jair Bolsonaro (Sem Partido) e suas constantes investidas para descredibilizar a vacina, algo visto como uma prévia para as eleições presidenciais de 2022, onde Doria é cotado como candidato.

"Esse não é o nosso debate e sim o do presidente Bolsonaro. O nosso debate é o de saúde. O de proteção a vida das pessoas e o de vacinas, que é algo que vem sendo

Tucano elogia a postura do governador Rui Costa (PT) e do prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), no combate à covid

feito também pelo governador Rui Costa e pelo prefeito Bruno Reis. Defender e proteger vidas, fazer o que tem que ser feito, tomar medidas restritivas, que não são populares, para garantir o funcionamento do sistema de saúde. Essa tem que ser a defesa e não investir em processo eleitoral. Não é de forma alguma o momento para se tratar disso", afirmou.

De acordo com Doria, o governo federal, junto ao Ministério da Saúde, deveria estar fornecendo amparo logístico e financeiro para os

estados, já que faltam insumos básicos como seringas e agulhas, ao invés de procurar confronto e emplacar narrativas.

"Em plena pandemia, o Ministério da Saúde não comprou seringas e agulhas mesmo sabendo que precisaríamos vacinar toda a população brasileira. Nos últimos 52 anos, quando foi preciso fornecer vacinas, o PNI forneceu seringas e agulhas também e dessa vez não acontece isso. Se não fossem os estados e municípios, que se acutelaram para manter seus estoques, estaríamos vivendo uma situação triste com a incapacidade de vacinar por falta de material", disse.

Doria elogiou ainda a pos-

tura do governador Rui Costa (PT) e do prefeito de Salvador Bruno Reis (DEM) no combate à pandemia. De acordo com o tucano, a união entre as esferas estaduais e municipais, e as conversas entre os governos de todo o Brasil em busca de unidade, têm evitado um cenário ainda pior para o País.

"É um governo negociantista, de postura lamentável, que se esquece da população para ficar pensando em política e cloroquina. Um governo que afirmava até poucas semanas que quem usava máscara era maricas. Que quem ficava em casa, era covarde. Promove aglomerações, condena governadores", criticou.

Valter Campanato / Agência Brasil



Governador critica "antecipação" do debate eleitoral

FAKE NEWS

Inquérito mostra financiamento estrangeiro

DA REDAÇÃO

Os inquéritos que apuram atos antidemocráticos e fake news no Brasil identificaram, por meio da quebra de sigilos bancários, financiamento internacional a pessoas que usam as redes sociais para atacar instituições brasileiras, como o Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pelas investigações.

A informação foi divulgada pelo ministro Dias Toffoli, na noite deste domingo, 21, em entrevista ao Canal Livre, da Band. Segundo ele, os inquéritos conduzidos pelo ministro Alexandre de Moraes aprofundam, neste momento, a investigação dessa informação, considerada por Toffoli como "gravíssima".

Fake news

O inquérito sobre as fake news foi aberto em 2019 como uma resposta do STF às crescentes críticas e ataques sofridos nas redes sociais.

São alvos da investigação deputados, empresários e blogueiros ligados ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que sofreram medidas de busca e apreensão e quebras de sigilo.

LEVANTAMENTO

Popularidade de Bolsonaro caiu 8 pontos e vai para 33%

DA REDAÇÃO

A popularidade do presidente Jair Bolsonaro caiu de 41% em outubro de 2020 para 33% em fevereiro deste ano, aponta pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em parceria com o Instituto MDA. A queda no período foi de oito pontos percentuais e deixou o governo no mesmo patamar de maio de 2020, quando 32% avaliavam positivamente a gestão.

Os indicadores foram medidos em meio à pandemia de covid-19. Com o pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores informais e desempregados, a avaliação positiva do governo subiu, situação revertida no começo deste ano, após o fim do benefício.

A avaliação negativa (ruim e péssimo) subiu de 27% para 35% de outubro para fevereiro. Outros 30% consideraram a administração regular.

A aprovação pessoal de Bolsonaro também caiu oito pontos em quatro meses, indo de 52% para 44%. Nessa pergunta, o instituto questiona as pessoas consultadas se elas aprovam ou desaprovam o desempenho pessoal do presidente da República. A rejeição subiu de 43% para 51% no mesmo período. Ou seja, a quantidade de reprovação superou a de aprovação.

A pesquisa foi feita com 2.002 entrevistados de 18 a 20 de fevereiro. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

ENCONTRO DA ONU

Ernesto Araújo repete discurso negacionista do governo

DA REDAÇÃO

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, abriu a 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que aconteceu ontem, com ataques à censura nas redes sociais e as medidas de enfrentamento ao novo coronavírus. O encontro aconteceu de maneira remota e virtual, pela primeira vez, em decorrência da pandemia.

O ministro argumentou que "sociedades inteiras estão se habituando à ideia de que é preciso sacrificar a liberdade em nome da saúde".

"Não critico as medidas de lockdown e semelhantes, que tantos países aplicam, mas não se pode aceitar um lockdown do espírito humano, o qual depende da liberdade e dos direitos humanos para exercer-se em sua plenitude", prosseguiu.

Após a fala, Ernesto criticou o "tecnotalitarismo" e disse que as redes sociais se tornaram mecanismos de controle e censura dificultando a liberdade de expressão. Ernesto pediu que os outros países avancem os debates sobre esse tema. A manifestação foi isolada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL
Torna público para conhecimento dos interessados que a CHAMADA PÚBLICA 0001/2021, com data marcada para 18/02/2021 às 10h, FOI ADIADADA PARA 18/03/2021 às 10h, por motivos de ordem técnica e operacional. Desta forma após adiantamento do novo objeto alterado passa a ser: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, para a rede de ensino público deste município, para os meses de março a junho de 2021. Edital: <http://www.docgedesistemas.com.br/portal/municipio/ba/jmsaogabriel/diario>, ou e-mail: compras@ssogabriel.ba.gov.br. Informações: de 8 às 12h, na CPL, Praça Largo da Pátria, 132, ou tel. 7436202122. São Gabriel/BA, 23/02/21. Lucélia Rodrigues S. Gomes, Presidente.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2021
A Prefeitura Municipal de Wagner por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar Sessão Pública de Licitação, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021, no dia 05 de março de 2021, às 09h00, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a aquisição de material penso para atender às necessidades da Secretária Municipal de Saúde, conforme especificações nos anexos do presente edital. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura Municipal, à Rua Praça 02 de Julho, 04, Centro - Wagner - Bahia, de segunda a sexta feira, no horário das 08h00 às 12h00, ou pelo e-mail: licitawagner01@gmail.com. CPL, 22 de fevereiro de 2021. - Marcio Queiroz Rocha - Pregoeiro.

FIEB
PUBLICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 30858777.2021.CPL.SFIEB.PE.0030.SENAISD
Objeto: Registro de preços para fornecimento de reagentes químicos para fins didáticos. - vide edital.
Abertura: 04/03/2021 às 09h (horário local).
Retirada do Edital, a partir do dia 23/02/2021, no site do Portal de Compras: <https://compras.fieb.org.br>.
Mais informações através do e-mail: suprimentos@fiebr.org.br
Salvador, 23/02/2021
Pregoeiro

SENAR
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/BA
CNPJ: 04.393.878/0001-95
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021
O SENAR-AR/BA, torna público que, no dia 03/03/2021, às 10h (horário Brasília), fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Impressão Rápida e Serviços gráficos diversos. O edital de licitação com seus anexos poderão ser retirados no site eletrônico do SENAR - <http://anp3.cna.org.br/transparencia/#BA-2021>, no portal do Banco do Brasil <http://licitacoes-e.com.br> cadastrado com nº 858321 ou mediante solicitação via e-mail comissão. licitacao@senarbahia.org.br.
Salvador/Ba, 23 de fevereiro de 2021.
Verônica Sodré Ramos do Nascimento - Pregoeira - SENAR-AR/BA

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

EMPREGO Justiça do Trabalho mantém liminar, válida para a fábrica de Taubaté (SP); montadora também está impedida de se desfazer de bens e maquinários

Ford continua proibida de demitir os funcionários

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

A Justiça do Trabalho confirmou ontem a liminar que proibiu a montadora Ford de demissão coletiva dos trabalhadores da fábrica de Taubaté (SP). A empresa também continua impedida de se desfazer de bens e maquinários até a conclusão das negociações coletivas.

A decisão foi motivada por um recurso da empresa, apresentado após a decisão proferida no último dia 5 de fevereiro, que também impediu a dispensa em massa dos empregados. A liminar foi assinada na manhã de ontem pela desembargadora Maria da Graça Bonança Barbosa, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas.

Na mesma decisão, a desembargadora deferiu parcialmente pedido da montadora para desobrigar a empresa de fornecer em 30 dias um cronograma de negociação coletiva e para garantir que não há mais necessidade da participação do Ministério Público do Trabalho (MPT) nas negociações entre a empresa Ford e o sindicato



A liminar proíbe a montadora Ford de demissão coletiva dos trabalhadores

Ford anunciou em janeiro o fechamento de todas as suas fábricas

da categoria.

Fechamento

A Ford anunciou em janeiro o fechamento de todas as suas fábricas no Brasil, após mais de 100 anos montando veículos no país. Em nota à época do anúncio, a em-

presa citou, entre outros fatores, os impactos provocados pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que “amplia a persistente capacidade ociosa da indústria e a redução das vendas, resultando em anos de perdas significativas”.

DIZ CBIC

Aumento no preço de insumos para construção civil preocupa

AGÊNCIA BRASIL

O interesse do brasileiro pela compra de imóveis continua alto, em parte pelo fato de a pandemia ter influenciado as pessoas a buscarem melhor qualidade de vida por meio da aquisição desse tipo de bem. No entanto, os indicadores Imobiliários Nacionais do quarto trimestre de 2020 mostram que o aumento dos preços do material de construção e as ameaças de desabastecimento podem prejudicar o setor, em especial os empreendimentos dos imóveis ligados ao programa Casa Verde e Amarela voltados para famílias com renda mensal entre R\$ 2.500 e R\$ 4.500.

Os indicadores foram divulgados ontem pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Segundo a CBIC, a faixa com renda mensal de R\$ 2.500 a R\$ 4.500 é a que

corre mais risco por ser a que representa menor margem de lucro para as empresas contratadas. De acordo com a entidade, isso pode diminuir o “apetite das empresas” pela fatia de mercado voltada ao programa de habitação do governo federal.

A sondagem da CBIC, que ouviu 1.200 consumidores, aponta aumento de 9,8% na compra de imóveis novos (apartamentos) e queda de 17,8% no número de lançamentos em 2020 na com-

[...] “Estaria tudo tranquilo”, não fosse o aumento no preço de insumos

paração com o ano anterior. No país, as vendas tiveram aumento de 3,9% no quarto trimestre de 2020, na comparação com o trimestre anterior. Na comparação entre o quarto trimestre de 2020 e o mesmo período de 2019, as vendas subiram 6,7%.

A CBIC ressalta que o principal problema enfrentado por empresários do setor no quarto trimestre de 2020 foi a falta ou o alto custo de matéria-prima, com 50,8% das assinalações. “O aumento no preço de insumos gera insegurança, em especial para as vendas já contratadas”, afirmou o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Martins disse que “estaria tudo tranquilo”, não fosse o aumento no preço de insumos associado à falta de abastecimento de muitos dos materiais, algo que considera “extremamente preocupante”.

PETROBRAS

Ações despencam e empresa perde quase R\$ 70 bi

AGÊNCIA BRASIL

As ações da Petrobras operaram em queda ontem com os investidores vendendo os papéis da petroleira por medo de ingerência política na condução dos negócios. Às 13h45, as ações preferenciais (PETR4) recuavam 20,71% para R\$ 21,71 e as ordinárias (PETR3) caíam 20,7% para R\$ 21,53, depois de abrirem em leilão. Com isso, a empresa perdeu quase R\$ 70 bilhões em valor de mercado ontem.

A debandada dos investidores acontece depois de uma série de falas do presidente Jair Bolsonaro sobre mudanças na precificação dos combustíveis. O ápice foi a indicação do general Joaquim Silva e Luna para o comando da companhia, no lugar de Roberto Castello Branco, feita nas redes sociais na última sexta-feira.

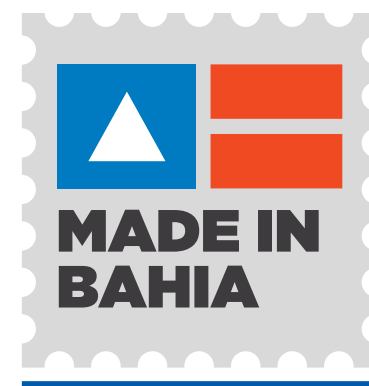
EM FEVEREIRO

Intenção de Consumo cai 0,6%

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF), medida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), recuou 0,6% em fevereiro deste ano, na comparação com janeiro. Em relação a fevereiro de 2020, a queda chegou a 25,3%. Esse é o pior mês de fevereiro da série histórica iniciada em 2010. Segundo o presidente da CNC, José Roberto Tadros, os brasileiros estão mais cautelosos na hora de comprar em razão de incertezas econômicas. Na passagem de janeiro para fevereiro, cinco

dos sete componentes da ICF tiveram recuo, com destaque para a compra de bens duráveis (-4,7%).

As maiores retrações foram observadas no momento para a compra de duráveis



Um bairro inteiro em revitalização



PAULO MARQUES

Diretor e gestor da revitalização da Fera Investimentos

Resgatar o patrimônio arquitetônico tem seus desafios. Desenvolver projetos de alto valor agregado no Centro Histórico da primeira capital do Brasil, ainda mais. Isso é um pouco da história vivida por Paulo Marques, diretor da Fera Investimentos desde sua fundação e gestor da revitalização do Fera Palace Hotel, operação-butique do grupo.

Com o objetivo de restaurar imóveis que compõem o legado histórico dos soteropolitanos, os empreendimentos situados na Rua Chile e entorno vêm promovendo o resgate cultural e arquitetônico de importantes edificações, o que gera expressivo impacto social por unir o passado, o presente e o futuro. A rua que foi construída em 1549 por Thomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil, é a mais antiga do país, e na história recente da capital baiana, tornou-se endereço de empreendimentos arrojados, a exemplo do Palácio Rio Branco, o Elevador Lacerda, o Tesouro do Estado, o Cine Guarani e o luxuoso Palace Hotel.

O Palace Hotel inaugurado em 1934 foi inspirado no famoso Flatiron Building de Nova Iorque e escolhido para ser o primeiro empreendimento da Fera Investimentos. Em seu restauro, 350 baianos trabalharam simultaneamente para tornar a antiga edificação abandonada em um destino sofisticado da cidade. Após sua reabertura, o hotel já figurou como cenário de novela e foi amplamente noticiado na mídia internacional, contribuindo em promover novamente Salvador como destino turístico mundial. O grupo também construiu edifício-garagem próprio, com capacidade para 250 veículos, contratando 100% de mão de obra local e passando a prover infraestrutura para novos investimentos no entorno.

A reboque das recentes revitalizações concluídas da praça Castro Alves, feita pela prefeitura municipal, e da Rua Chile feita pelo Estado, a Fera Investimentos desenvolverá em frente ao Elevador Lacerda um centro gastronômico, restaurando uma das mais monumentais edificações do país. Após sua inauguração, o equipamento será frequentado por turistas e pelos próprios baianos, funcionando como uma nova âncora de entretenimento e lazer no bairro histórico. Na sequência, o grupo também lançará residenciais por acreditar no retorno da Rua Chile como um dos principais endereços da capital, movimento que começa a ser tão comentado e aguardado pelo mercado imobiliário.

Num projeto maior, a Fera Investimentos ainda propõe a adesão de parceiros para viabilizar implantação de coworkings, novas lojas, galerias e centro de inovação, seguindo exemplos mundiais bem-sucedidos, como de Puerto Madero, em Buenos Aires, e do Meatpacking District, em Nova Iorque.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia – Sicredi União MS/TO, usando das atribuições conferidas pelo Art. 14 do Estatuto Social, convoca os senhores delegados de Núcleo, que nesta data somam 72 (setenta e dois), para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada na forma Digital, através do ambiente virtual abaixo descrito, transmitido a partir do Auditório da Sede da Cooperativa, localizada na Av. Afonso Pena, nº 2.790 em Campo Grande - MS, CEP 79002-075, e, simultaneamente, por meio de videoconferência, através da Plataforma do Programa Pertence, conforme instruções disponíveis no campo observações, no dia 29 de abril de 2021, em única convocação, às 20h (vinte horas), horário de Brasília. Na assembleia, serão discutidos e deliberados os seguintes assuntos da

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, compreendendo:
 - Relatório da Gestão;
 - Balanço dos dois semestres do exercício;
 - Demonstrativo dos Resultados;
- 2) Destinação dos Resultados do Exercício de 2020;
- 3) Deliberação dos seguintes normativos sistêmicos: Política de Governança, atualização da Política de Conformidade e atualização da Norma de Auditoria Interna;
- 4) Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberativo).

Campo Grande – MS, 17 de fevereiro de 2021.

Celso Ramos Regis
Presidente

OBSERVAÇÕES:

1. Os documentos e informações das matérias relacionadas na ordem do dia da assembleia estão disponíveis nas agências da Cooperativa, serão encaminhados aos e-mails dos delegados cadastrados no sistema da Cooperativa, e também poderão ser acessados através do site: www.sicrediuuiaomstocoop.br.
2. A Assembleia se realizará em formato digital, tendo em vista a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades competentes para evitar aglomerações, garantindo a segurança e saúde de nossos associados e colaboradores.
3. As instruções para participação e votação na assembleia digital serão disponibilizadas aos Delegados/Associados através do endereço eletrônico www.sicrediuuiaomstocoop.br. O ambiente digital em que será realizada a assembleia digital poderá ser acessado através de navegador ou aplicativo de computador ou smartphone compatível com os sistemas Windows, IOS e Android. Os mecanismos utilizados permitirão aos Delegados que se identifiquem, assim como exercerem seu direito a voz e voto, mediante atuação remota através de áudio, vídeo e chat, em tempo real. Para acesso basta clicar no link, disponível no endereço eletrônico antes mencionado, e preencher sua identificação, oportunidade em que será admitido seu ingresso na Assembleia.
4. A Assembleia Geral será integralmente gravada, em atenção ao disposto no Anexo VI à Instrução Normativa 81/2020 do Departamento de Registro Empresarial e Integração.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● Não posso admitir que a política desça ao nível da barbárie, e é isso que está no vídeo que o deputado postou. Senti vergonha alheia com os xingamentos, a intolerância e o ódio Arthur Maia

Deputado federal pelo DEM da Bahia, ao explicar o voto a favor da prisão de Daniel Silveira (PSL-RJ), mesmo considerando a ação do Supremo Tribunal Federal arbitrária e contrária à Constituição

Prova dos nove

Uma ampla pesquisa feita para medir a aceitação dos moradores de Salvador ao retorno de medidas duras de isolamento, realizada nos últimos dias 17 e 18, eliminou o temor de autoridades e políticos sobre eventuais desgastes gerados por novas restrições adotadas para frear o avanço da covid. Encomendada pelo prefeito Bruno Reis (DEM) para consumo interno, a sondagem, à qual a Satélite teve acesso, mostra que 68% dos entrevistados consideram "acertadas e equilibradas" as ações de maior rigor impostas pela prefeitura para controlar a pandemia, apenas um ponto percentual a menos do índice registrado em outubro por levantamento semelhante. O percentual de quem acha as regras exageradas e responsáveis por causarem prejuízos além do necessário recuou de 18% para 12%.

DUREZA AVALIZADA

No mesmo compasso, a pesquisa apontou que 78% dos 1.277 entrevistados concordam com o toque de recolher decretado pelo governador Rui Costa (PT). Outros 18% discordam e 4% não souberam ou não responderam.

Mudança de rota

A nova sondagem detectou ainda uma guinada substancial na percepção dos soteropolitanos sobre a atual intensidade da doença. Em outubro, apenas 10% classificaram o quadro como "muito grave e sem controle". Agora, são 45%. O percentual dos que acreditavam que a crise sanitária estava "mais amena porque o pior já passou" caiu de 32% para 10%.

Inversão de papéis

Na pesquisa anterior, 58% se diziam "muito preocupados" com a possibilidade de que um familiar contraísse coronavírus. Esse índice pulou para 71%. Cresceu também de 58% para 68% a fatia que tem hoje maior preocupação com a própria saúde e a da família do que com a situação financeira, enquanto a parcela que pensa o inverso caiu de 35% para 26%.

Fiel da balança

O panorama apresentado pelo levantamento, garantiram integrantes do primeiro escalão do Palácio Thomé de Souza, foi fundamental para a determinação do prefeito de restabelecer restrições de alto rigor, como interditar as praias.

Volta à pista

O ex-prefeito ACM Neto decidiu retomar a agenda de viagens a cidades baianas comandadas pelo DEM, como parte da estratégia para ampliar a visibilidade no interior. Ainda nesta semana, Neto deve ir a Campo Formoso e Senhor do Bonfim, onde apresentará o modelo de gestão que o colocou na lista dos prefeitos mais bem avaliados do Brasil e mecanismos adotados por ele para controlar gastos, reduzir dívidas e direcionar recursos a projetos essenciais.

Tava escrito!

Após anteciparem à coluna o impacto negativo que os últimos atos e declarações do presidente teriam sobre o mercado, conforme noticiado ontem, aliados de Jair Bolsonaro na Bahia preveem novas turbulências no horizonte. Dessa vez, pela provável troca na cúpula do Banco do Brasil.

Pituba, Brotas e Itapuã na mira da fiscalização

MEDIDAS RESTRITIVAS Realização de testes rápidos, distribuição de máscaras, higienização de áreas públicas e fiscalização do cumprimento de normas sanitárias do comércio que, até domingo (28), funcionará das 10h às 16h. Foi assim ontem, primeiro dia de restrição em Itapuã, Pituba e Brotas, bairros com um grau de contaminação alto e que, por isso, são alvos de medidas mais duras contra o coronavírus. Na fiscalização da Prefeitura, carros da Semop, Sedur e Guarda Civil circularam, notificando donos e gerentes de estabelecimentos e fazendo com que estes voltassem a fechar as portas até o horário em que pudessem funcionar.

De acordo com o coordenador de ações de proteção à vida, Fábio Mota, a restrição acontece de maneira direcionada nessas localidades por conta dos números de contaminação. “Infelizmente, esses três bairros continuam com um número muito alto de transmissão, sendo que, dos testes de covid-19, 24% dão positivo”, disse ele, enquanto acompanhava a operação na Praça Ana Lúcia Magalhães, na Pituba.

Desde o final do ano passado, os bairros de Brotas e Pituba são os que mais preocupam a gestão municipal pela alta porcentagem de testes positivos para o vírus entre 2 de dezembro e 21 de fevereiro. Em Brotas, 2.563 pessoas deram positivo entre os 10.787 testados. Na Pituba, dos 10.832 que passaram por testagem, 1.985 estavam com covid-19.

500

agentes da Prefeitura participam das ações

24%

dos testes de covid-19 feitos nos três bairros deram positivo

6

estabelecimentos, ao menos, foram notificados por estarem funcionando fora do horário permitido



Fiscalização na Pituba visa garantir o funcionamento de bares e restaurantes apenas a partir de 11h

São números que colocam a taxa de positivos em, respectivamente, 23,76% e 18,32%.

Ontem, 150 pessoas foram testadas nos três bairros com restrição. Em Brotas e Itapuã, 39 pessoas deram positivo e na Pituba, 28 testados estavam com covid-19, registrando, respectivamente, uma taxa de contaminação de 26% e 18,66%.

Pela manhã, na Pituba, quem desrespeitou as ordens anunciadas pelo prefeito Bruno Reis, na última sexta-feira (19), precisou fazer a retirada de clientes que estivessem no estabelecimento e fechar as portas. Teve até

quem corresse para baixar as portas quando viu a equipe da Prefeitura acompanhada por agentes da Guarda Civil Municipal (GCM) e do Batalhão Especializado em Policiamento de Eventos (Bepe).

Nenhum dos seis estabelecimentos abertos em horário indevido escapou da notificação e, mesmo com reclamação por parte dos responsáveis, todos foram fechados. Até a conclusão desta edição, não foi divulgado um balanço desse primeiro dia de fiscalização.

De acordo com o decreto municipal, bares e restaurantes só podem funcionar a

partir das 11h. Dos seis estabelecimentos notificados, eram dois bares, uma delicatessen, uma barraca, uma lanchonete e um chaveiro. Um bar chegou a ter mesas e cadeiras apreendidas por colocá-las no passeio público sem autorização da Sedur.

A aposentada Delvair Nader, 73, teve contato com uma pessoa infectada e, por isso, chegou às 6h para fazer o teste. “Eu não estou sentindo nada, mas mesmo assim vim fazer o teste, não dá pra relaxar. Para mim, foi ótimo que a operação tenha começado, o negócio aqui [Pituba] não tá fácil.”

Após promessa de novos leitos, Conquista adere a restrição

TOQUE DE RECOLHER A prefeitura de Vitória da Conquista, no sudoeste baiano, voltou atrás e resolveu aderir, ontem, ao toque de recolher ampliado que tinha sido determinado pelo governo estadual no domingo. Segundo a gestão municipal, o governador Rui Costa (PT) assumiu o compromisso de abrir novos leitos de UTI em Caetité, também no sudoeste, até essa sexta-feira (26).

O acordo aconteceu em

conversa telefônica com a prefeita em exercício da cidade, Sheila Lemos (DEM). O prefeito eleito da cidade, Herzem Gusmão (MDB), continua internado com covid-19 em um hospital de São Paulo, sem previsão de alta médica.

“Nós solicitamos que o governador abrisse novas vagas na região. Ele se comprometeu a, até sexta-feira, abrir vagas na região Sudoeste, na cidade de Caetité.

Com o prefeito eleito ainda internado com a doença, a gestão ameaçou não seguir a ampliação do toque de recolher e, agora, o fará até sexta-feira e não até domingo

E nós vamos aguardar até sexta-feira para ver se realmente isso se concretiza. Então, Conquista é solidária e vai cooperar com o decreto. Na sexta-feira, nós iremos reavaliar a situação em nossa região”, informou Sheila.

Rui garantiu que as polícias Militar e Civil vão fazer cumprir o novo horário estabelecido (20h, e não mais 22h).

LEIA MAIS SOBRE A RESTRIÇÃO NO ESTADO NA P. 18

REPRODUÇÃO

'NÃO TEM SIDO UMA EXPERIÊNCIA FÁCIL', DIZ SECRETÁRIO COM COVID

INTERNADO O secretário estadual da Saúde (Sesab), Fábio Vilas-Boas, divulgou um vídeo, ontem, no qual relata que não tem sido fácil lutar contra a doença, apesar de estar recebendo assistência médica. Ele está internado no Hospital Aliança com covid-19. "Essa é uma doença traiçoeira, a gente não sabe quem vai melhorar, quem vai piorar", contou.

"Tenho permanecido esses dias internado, tomando medicações, não tem sido uma experiência fácil. Uma vaga não é uma garantia que você sobreviverá. Nós precisamos lutar para que a taxa de transmissão diminua. Precisamos evitar que as pessoas continuem se contagiando. Os hospitais não vão dar conta", disse o secretário.

"Junto ao governador Rui Costa, eu já lutava contra a covid-19 antes de estar com a doença, mas agora meu apelo é ainda mais forte. Precisamos de cada um de vocês nessa luta", pediu o secretário, que também é médico.

Fábio Vilas-Boas foi hospitalizado na sexta-feira (19) e está em um leito clínico do Hospital Aliança, que, ontem, estava com 95% de ocupação de seus leitos com pacientes tratando o novo coronavírus, de acordo



Fábio Vilas-Boas

com apuração do portal G1 Bahia.

No domingo (21), a Sesab informou, em nota, que o secretário evoluiu bem durante a noite e teve resposta 'satisfatória' ao uso de corticosteroide venoso. Vilas-Boas segue dependendo de oxigênio por cateter nasal, mas em fluxo menor. Ele é acompanhado pelo pneumologista Sérgio Jazler e pelo infectologista Roberto Badaró. Ainda não há previsão de alta.

Venda de imóveis cresce 9,8% em 2020, diz CBIC

BALANÇO ANUAL As vendas de imóveis residenciais novos no País totalizaram 189.857 unidades em 2020, avanço de 9,8% em comparação com 2019, de acordo com levantamento divulgado nesta segunda-feira (22/2) pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). No quarto trimestre de 2020, as vendas chegaram a 57.968 unidades, alta de 6,7% ante o mesmo intervalo de 2019, e recorde desde o início da pesquisa, em 2016.

Por sua vez, os lançamentos no País totalizaram 151.782 unidades em 2020, queda de 17,8% ante 2019. No trimestre, os lançamentos foram de 61.274 unidades, recuo de 7,1%.

Em um ano marcado pela pandemia, o mercado imobiliário no Brasil teve um saldo de crescimento nas vendas, motivado pelos

17,8%

é a queda anual no número de lançamentos de novas unidades habitacionais no país na comparação entre 2020 e 2019

juros baixos e maior incentivo à aquisição de imóveis para moradia ou investimentos.

Por outro lado, o volume de lançamentos diminuiu, com muitos projetos adiados por conta das restrições para o funcionamento do comércio e as incertezas econômicas que preocuparam empresários.

"O resultado final foi muito positivo. Os números de 2020 foram superiores ao que imaginávamos no começo da pandemia", avaliou o presidente da CBIC, José Carlos Martins, em entrevista coletiva à imprensa.

"O resultado das vendas de imóveis é extremamente significativo. A maioria dos setores teve queda no ano passado", complementou.

Com mais vendas do que lançamentos, o estoque (unidades novas, na planta e em obras) caiu 12,3% desde o fim de 2019 até o fim de

2020, chegando a 164.786 unidades.

O nível atual de estoques é considerado saudável, na visão da CBIC. Considerando o ritmo de vendas dos últimos 12 meses, seriam necessários 10,4 meses para escoar esse estoque. Um ano antes, nas condições proporcionais, eram precisos 13 meses. Há, portanto, uma indicação de melhora na liquidez.

Durante a entrevista, a CBIC ainda divulgou uma segunda pesquisa, esta sobre o que os consumidores querem. Foram ouvidos 1.200 consumidores entre os dias 28/01 e 08/02. Pela pesquisa, 41% das pessoas ouvidas tinham em fevereiro a intenção de comprar um imóvel nos próximos dois anos. Os principais motivos são sair do aluguel, trocar por uma residência maior, para investir para alugar, ou ainda sair da casa dos pais/morar sozinho.

BRASIL SÓ VAI VOLTAR AO 'AZUL' EM 2030

ORÇAMENTO O Brasil deve continuar com as contas desequilibradas até o fim da década, prevê a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. O órgão prevê uma sucessão de rombos até 2030, o que, se confirmado, significaria uma sequência de 17 anos de gastos acima da arrecadação - as finanças brasileiras estão no vermelho desde 2014. Com isso, a dívida bruta do governo continuaria subindo até alcançar o patamar de 103,4% do PIB em 2030.

MERCADO PREVÊ INFLAÇÃO ACIMA DA META

DENTRO DA MARGEM Em meio à alta nos preços dos alimentos e de combustíveis, os economistas do mercado financeiro projetam pela primeira vez uma inflação em 2021 acima da meta perseguida pelo Banco Central. O Relatório de Mercado Focus - que reúne as expectativas do mercado - indica que a inflação estimada para este ano já está em 3,82%. O centro da meta perseguida pelo BC é de 3,75%. A margem de tolerância é de 1,5 ponto porcentual (entre 2,25% e 5,25%).

INDICADORES

CÂMBIO

	Cotado	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.4134	R\$ 5.4139
Dólar Turismo	R\$ 5.4190	R\$ 5.6200
Euro Turismo	R\$ 6.6330	R\$ 6.8430

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	10.607,76	-4,67%

POUPANÇA

21/02/2021	3,789%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.038,00

INFLAÇÃO

	Jan/20	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,2%	0,2%	4,9%
INPC/IBGE	0,9%	0,9%	4,3%
IGP-M/FGV	0,4%	0,4%	7,8%

CAIXA AMPLIA CRÉDITO AGRÍCOLA

12B|

de reais é o quanto a Caixa vai disponibilizar para crédito agrícola neste semestre. O total - que era 4 vezes menor, foi ampliado porque, segundo banco, R\$ 8 bilhões já foram contratados.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A interferência na Petrobras é mais grave do que o mercado refletiu ontem no banho de sangue dos pregões. Ao fim, a Petrobras tinha perdido R\$ 98 bilhões em dois dias. Outras estatais também caíram. O que Bolsonaro quer? Ele busca ganhos políticos. Faz demagogia com os caminhoneiros para usá-los politicamente, faz populismo com todos os que sentem no bolso o preço da gasolina ou do diesel, cria um inimigo e ainda manipula o imaginário brasileiro com a frase "o petróleo é nosso". São estratégias conhecidas.

A ditadura chilena dos anos 1970 usou os caminhoneiros como arma política. A ditadura da Venezuela usou a gasolina barata, o inimigo externo e o nacionalismo para se eternizar. O jogo é conhecido dos candidatos a ditador.

Enquanto isso, para acalmar os investidores locais e internacionais, a equipe econômica tenta usar uma arma de destruição em massa de princípios da Constituição. A proposta é aprovar uma PEC como condição para dar o auxílio emergencial. Pela versão divulgada ontem ela elimina todas as vinculações constitucionais para saúde e educação. Veja-se este ponto que pa-

Bolsonaro escancara populismo econômico

rece incompreensível. "Revogar o caput e os §§ 1º e 2º do art. 212 da Constituição." Isso mata o Fundeb. Simples assim. E está lá como se fosse inofensivo no item quarto do artigo quarto da PEC. Todo o esforço brasileiro de criar um fundo de valorização do ensino básico, que foi debatido intensamente no ano passado, seria apagado com uma penada. Ora, senhores da equipe econômica, na democracia uma mudança dessa profundidade não pode ser feita na chantagem da necessidade de um auxílio emergencial, nem no afogadilho de uma votação marcada para daqui a dois dias.

Mas há outras encrencas nas últimas decisões de Bolsonaro que vão bater no bolso do contribuinte. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 14) qualquer aumento de subsídio tem

que ser compensado com elevação de imposto. Não basta cortar uma despesa. Está na lei que a compensação tem que ser: "aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos." Então aqueles R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões a mais de gasto pela redução dos tributos do diesel e do gás de cozinha terão que ser compensados com novo imposto. E mais. Pela Lei das Estatais, se qualquer estatal tiver prejuízo por uma medida tomada pelo governo, o Tesouro terá que compensar a empresa. Se a Petrobras tiver perdas de caixa com uma nova política de preços o Tesouro terá que compensá-la. No fim, quem pagará a conta do populismo econômico de Bolsonaro é o contribuinte.

Trocar presidente de estatal

é natural. Passar por cima de leis, normas e estatutos e ainda acusar o que sai de "jogar contra o país" não é natural. A ironia é que Roberto Castello Branco fez parte do trio inicial do programa econômico do candidato Jair Bolsonaro. Era Paulo Guedes, ele e Rubem Novaes, ex-Banco do Brasil. Castello Branco entregou exatamente o que foi pedido a ele. Isso é que deixou economistas do mercado perplexos:

— Se Bolsonaro fizer metade do que ele falou nos últimos dias, o risco fiscal vai aumentar e o BC será forçado a subir juros em março pela confusão causada pelo presidente da República — avaliou um economista que influencia muita gente no mercado.

O consumidor está bravo porque o combustível subiu muito este ano. Gasolina 34%, e diesel, 27%. Mas no passado,

com a pandemia, houve queda de 13% no diesel e redução de 4% na gasolina. Em parte, os preços estão subindo agora por causa do câmbio. O real é uma das moedas que mais perdem valor diante do dólar e isso é resultado direto das crises criadas pelo próprio presidente. O dólar sobe e bate em diversos preços que batem no bolso dos consumidores. Veja-se o caso da energia de Itaipu até agora presidida pelo general Joaquim Silva e Luna, que vai para a Petrobras. A energia de Itaipu subiu entre 35% e 40%. Ela é corrigida pelo dólar. O assunto não gerou polêmica porque Itaipu reajusta os preços automaticamente, a distribuidora repassa para o consumidor, que culpa a concessionária. A Itaipu do general Luna subiu seus preços pela mesma lógica que Castello Branco.

Bolsonaro desde o início sabotou o projeto liberal que vendeu na eleição. Agora foi além no estelionato. Ele escancarou seu populismo econômico, um caminho que sempre termina em crise.

Bolsonaro quer ganhos políticos com seu populismo, mas produziu uma queda desastrosa das ações. A conta será paga pelo país.

*COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

BRASIL

Proposta acaba com piso para gastos em saúde e educação

ORÇAMENTO A minuta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que recria o auxílio emergencial prevê o fim dos mínimos de gastos em saúde e educação, tanto na União quanto em estados e municípios. Essa proposta já havia sido cogitada pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, no fim de 2019, quando foi enviada a PEC do pacto federativo, mas acabou perdendo força diante das fortes resistências no Congresso.

Como resultado, a proposta foi de apenas fundir os mínimos em saúde e educação para que os gestores tivessem mais flexibilidade na aplicação dos recursos. Agora, o relator, senador Marcio Bittar (MDB-AC), retoma a ideia original. Caso essa iniciativa seja aprovada pelo Congresso Nacional, os parlamentares federais, estaduais e municipais terão de decidir ano a ano qual será o montante de recursos destinado à educação e à saúde, disputando com ou-

tras demandas dentro do Orçamento.

Hoje, os estados e o Distrito Federal precisam destinar 12% das receitas com impostos às ações de saúde. Os municípios têm de aplicar o equivalente a 15%. Na União, esse percentual também era de 15% da receita corrente líquida até 2017, quando o piso passou a ser atualizado pela inflação.

No caso da educação, o mínimo é de 25% das receitas com impostos para Estados e municípios. Na União, o piso era de 18% até 2017, quando o valor passou a ser atualizado pela inflação.

Desde a década de 1930, quando a Constituição passou a prever percentual de aplicação mínima na educação, o piso deixou de existir apenas em períodos autoritários: durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1946) e no período de 1967 a 1988, sob a Carta outorgada pelo Regime Militar. Já a vinculação da saúde foi incluída na atual



O relator da PEC, senador Marcio Bittar (no centro) durante encontro com o presidente Bolsonaro

34,2
bilhões de reais é quanto deve custar ao governo a nova rodada de auxílio emergencial, segundo a Instituição Fiscal Independente do Senado. A projeção considera um programa com quatro parcelas de R\$ 250

Constituição, vigente já há mais de 30 anos.

A versão do relatório também revoga outros dispositivos, como o repasse de 28% das receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A aprovação da PEC é uma das contrapartidas para a volta do auxílio emergencial. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), voltou a defender ontem que

a nova rodada do auxílio emergencial comece a ser paga já em março deste ano. Pacheco disse haver uma "compreensão de todos" de que a assistência "precisa existir nos próximos quatro meses".

O senador afirmou ainda que o governo deveria liberar as novas parcelas assim que o Senado aprovar a proposta de Emenda à Constituição conhecida como PEC Emergencial - mesmo sem o aval da Câmara.

Baianos relatam medo de enfrentar a doença no momento em que a saúde está à beira do colapso

Daniel Aloisio*

REPORTAGEM
daniel.aloisio@redetbahia.com.br

Na frente do gripário de Paripé, o semblante de dor de Geane Santana de Oliveira, 35 anos, chamava atenção. Mas não era ela quem estava com sintomas da covid-19 e sim sua mãe, Maria Clara, 65 anos, que na manhã de ontem foi admitida na unidade com quadro grave de insuficiência respiratória. Geane ficou na frente do gripário esperando notícias. Enfrentou chuva, sol e a sensação térmica de 33°C que fazia em Salvador. Como se segurasse a mão da própria mãe, ela apertava o terço que Maria Clara carregava e não pôde entrar na unidade. "Pedi pelo amor de Deus pra ser atendida, pois ela chegou num estado bem mal", recorda.

Geane é uma das milhares de balanas que enfrentam o medo de lidar com a covid-19 quando a Bahia vive o seu pior momento desde o início da pandemia. Pelo quarto dia consecutivo, a Secretária da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) registrou ontem o maior número de pacientes internados em UTIs Covid-19 desde o início da pandemia. São 912 pessoas em estado grave ocupando leitos nas diversas regiões do estado. No dia anterior eram 890 doentes. A taxa de ocupação dos leitos de UTI é de 80%.

O medo de Geane é que a mãe seja uma das pessoas que precisem de um dos 20% de leitos UTI que restaram. Pela tarde, ela soube que a mãe ia precisar ser regulada para um hospital de qualquer jeito. Até as 18h de ontem, Geane permanecia na frente do gripário.

Ali, por volta do meio-dia, em torno de 50 pessoas aguardavam o atendimento. A maioria estava aglomerada no pequeno espaço de sombra que tinha. Vanessa Santos Silva, 31 anos, acompanhava o marido Marcos Alexandre. "Ele perdeu o paladar, está com dor no corpo, dor de cabeça e teve falta de ar a noite toda", descreveu a esposa. O casal chegou no local às 9h40. Ao meio-dia sequer tinham passado pela triagem.

Somente em fevereiro, os gripários de Salvador realizaram 12,6 mil atendimentos de pessoas com sintomas da covid-19. É desses locais que os

Covid: o drama de quem espera por atendimento



Chegada de ambulância com paciente de covid no Hospital do Subúrbio: rede de saúde à beira do colapso

Estamos vivendo uma nova fase com crescimento de casos. As unidades estão sobrecarregadas

Antonio Bandeira

Coordenador de infectologia do Hospital Aeroporto

pacientes da capital são regulados para serem internados em leitos clínicos ou de UTI em hospitais da cidade, que também recebem pacientes do interior. Até às 18h de ontem, a taxa de ocupação dos leitos de UTI em Salvador era de 82%, sendo que cinco unidades hospitalares estavam completamente lotadas: Itagira Memorial, Português, Maternidade Professor Jose Maria De Magalhães Neto, Hospital Municipal e Hospital do Subúrbio.

Tamara Jesus, 32 anos, chegou no gripário dos Barris por volta de 12h30 com o seu marido. Lá ela pegou a ficha 198, mas o atendimento ainda estava no número 50, o que dá 148 pessoas na frente. O marido preferiu voltar para casa e ficar sem atendimento.

Já Vanessa Lidia, 34 anos, estava com dor de cabeça, coriza e sem o paladar. Ela admite que, se não fosse pelo

Quem tem plano não está conseguindo hospital e então acaba vindo para as nossas unidades

Bruno Reis

Preleta

seu local de trabalho – uma clínica de saúde particular –, preferiria ficar em casa, mesmo com os sintomas. "Eu tenho que estar 100% para trabalhar lá e não posso perder o emprego. Mas esse caos na saúde assusta muito", conta.

HOSPITAIS PRIVADOS

Ontem, alguns hospitais particulares de Salvador e Lauro de Freitas ultrapassaram a marca dos 90% de ocupação dos leitos de UTI para pacientes com covid-19. Alguns como o Hospital da Bahia, Aeroporto e Jorge Valente atingiram 100% de ocupação. A realidade está tão difícil que tem pacientes com planos de saúde indo procurar o setor público, segundo o prefeito Bruno Reis. "[Eles] não estão conseguindo hospital e estão vindo para as nossas unidades", disse.

Já os hospitais Santa Isabel, Português e Teresa de Lisieux

Acho que tinham que fazer medidas mais severas, pois tem muita gente relaxada, infelizmente

Cristiane Batista

Comerciária

atingiram, respectivamente, 95%, 87% e 85% de ocupação, segundo informado ao CORREIO. Os hospitais Aliança, Cardiopulmonar e São Rafael também foram procurados, mas não responderam. No entanto, segundo apuração do G1 Bahia, a ocupação nessas unidades de saúde é de 97% no São Rafael, 95% no Aliança e 90% no Cardiopulmonar.

O coordenador de infectologia do Hospital Aeroporto, Antonio Bandeira, confirmou que a unidade está com 100% de ocupação nos leitos de UTI e em situação complicada. "Estamos vivendo uma nova fase com crescimento de casos. As unidades de saúde estão sobrecarregadas. Nos hospitais privados elas já vinham sendo pressionadas há duas semanas. Os casos de covid-19 não pararam de chegar", disse.

* COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

Bruno e Rui anunciam novos leitos

O governo do estado e a Prefeitura de Salvador se mobilizam para ampliar o número de leitos para paciente com covid-19 e assim evitar uma sobrecarga ainda maior na rede pública da capital. Ontem à noite, o governador Rui Costa anunciou a reabertura do hospital de campanha da Arena Fonte Nova, que contará com 80 leitos, sendo 50 de UTI e 30 leitos clínicos – todos exclusivos para o tratamento da covid-19.

O número representa 10 leitos a mais do que o hospital abrigou na inauguração. O estado aguarda a chegada de respiradores enviados pelo Ministério da Saúde à Bahia. De acordo com Rui, ele já ordenou uma licitação para contratar uma organização que vai gerir o equipamento.

Já a prefeitura abrirá mais 100 novos leitos, sendo 20 de terapia intensiva e outros 80 de clínica médica. Os equipamentos serão instalados no Hospital Salvador, na Federação, que funcionará exclusivamente para acolhimento dos pacientes do novo coronavírus. Com isso, o município chegará a um total de 555 vagas exclusivas para covid-19 sob gestão municipal, número superior aos 449 leitos que foram implantados no auge da primeira onda do vírus na cidade.

Os novos leitos devem entrar em operação de maneira gradativa e fazem parte dos esforços da prefeitura para assegurar que todos os soteropolitanos possam ter acesso ao atendimento em vagas especializadas.

QUEM TEM PLANO

● Na hipótese de não haver disponibilidade de leito integrante da rede que ofereça o serviço demandado no município de abrangência do plano, a operadora deverá garantir o atendimento em prestador não integrante da rede assistencial no mesmo município. Na hipótese de inexistência de leito, a operadora deverá garantir atendimento em prestador integrante ou não da rede assistencial nos municípios limítrofes. Na hipótese de inexistência de leito, a operadora deverá garantir o transporte do beneficiário até um prestador apto a realizar o devido atendimento, assim como o seu retorno à localidade de origem.



Intervenção derrete ações da Petrobras

Estatal perdeu R\$ 103 bi em valor após governo mudar comando da companhia

Das Agências

REPORTAGEM
comin2@nrcs3jredetalia.com.br

A semana começou com forte turbulência no mercado financeiro do país. A Bolsa de Valores (B3) despencou, ontem, 4,87% em reação à indicação do general Joaquim Silva e Luna para assumir o cargo de presidente da Petrobras. A principal pressão no índice veio do tombo nos papéis da estatal. As ações ordinárias da companhia derreteram 20,48%, a R\$ 21,55, e as preferenciais tiveram uma baixa de 21,51%, a R\$ 21,45.

A Petrobras tem peso de 10,27% no Ibovespa. Segundo levantamento da Economatica, com o tombo nas cotações, a empresa perdeu ontem quase R\$ 75 bilhões em valor de mercado. Foi a segunda maior queda diária em valor de mercado da estatal desde o início do plano Real. Na última sexta-feira, a petroleira já tinha encolhido R\$ 28 bilhões.

Os temores de ontem se estenderam à intervenção do governo na política de preços do setor de energia e na gestão de outras estatais. O Banco do Brasil terminou com perda de 11,65%. O dólar também teve

um dia turbulento. A moeda norte-americana teve alta de 1,26%, a R\$ 5,4554.

O risco-país, medido pelo CDS (Credit Default Swap), também aumentou. O CDS funciona como um indicador da confiança de investidores em um país: se o número sobe, é sinal de que os investidores têm dúvidas sobre o futuro financeiro do país e de sua capacidade de resolver suas dívidas. O valor do CDS chegou ontem a 182,26, depois de ter fechado a 158,88 na sexta-feira, alta de 14,71%.

Felipe Miranda, da consultoria Empíricus, afirma que as notícias dos últimos dias em relação à Petrobras são bastante graves, e fizeram ressurgir o "medo de uma real explosão da economia brasileira". "Para comprar qualquer ativo brasileiro, diante da incerteza e do retorno do risco, todos agora exigirão algum desconto. Ninguém vai dar o benefício da dúvida ao governo", disse o sócio-fundador da empresa de análise em publicação.

MUDANÇA

Na noite de sexta-feira, após o fechamento do mercado, Bolsonaro anunciou a indicação do general Joaquim Silva e Luna, atual diretor da Itaipu Binacional, para a presidência

da Petrobras, no lugar de Roberto Castello Branco. Para que a troca seja concretizada, a indicação ainda precisa do aval do Conselho de Administração da Petrobras, que tem reunião prevista para hoje. O anúncio aconteceu após Bolsonaro fazer críticas à gestão da Petrobras e às sucessivas altas no preço dos combustíveis. Segundo ele, o último reajuste foi "fora da curva".

A decisão do presidente repercutiu negativamente no mercado. A credibilidade da empresa é colocada em dúvida, tendo em vista que os investidores passam a não ter segurança sobre os rumos dos negócios, que podem sofrer outras mudanças que não estejam previstas em seu plano de gestão.

Luiz Octavio da Motta Veiga, ex-presidente da Petrobras, lembrou que os ex-presidentes Collor e Dilma tentaram segurar o preço para controlar a inflação, e que o governo atual faz isso por "populismo". Para Mailson da Nobrega, ex-ministro da Fazenda, se o preço do petróleo e taxa de câmbio não forem repassados, a Petrobras terá prejuízo como foi no governo Dilma. "Está se iniciando uma nova era Dilma na história da Petrobras".

A Bolsa brasileira caiu ontem quase 5% com intervenção do presidente Jair Bolsonaro na Petrobras. Já as ações preferenciais da estatal recuam mais de 21%.

Especialistas recomendam cautela ao investidor

Após o forte tombo nas ações da Petrobras ontem, o que o investidor deve fazer? Mesmo com diversos analistas cortando a recomendação para os papéis, bem como reduzindo preços-alvo, especialistas alertam que é importante ter calma neste momento, uma vez que ainda há uma série de incertezas e questões em aberto sobre o futuro da estatal.

"Não acredito que seja um momento para os acionistas se desfazerem da empresa, se desfazerem das ações na sua carteira. Mas ressalto cautela para aqueles que querem comprar, porque o preço pode continuar caindo nos próximos dias", afirma Rafael Panonko, analista chefe da Toro Investimentos.

Em relatório a clientes, a corretora Necton também recomendou que os investidores aguardem e não vendam as suas ações neste momento, citando a possibilidade dos papéis da Petrobras recuperarem parte das perdas com o passar do tempo. Para a equipe da Necton, é recomendado neste momento uma menor posição em renda variável para o curto prazo.

A XP cortou a recomendação para os papéis da Petrobras de "neutro" para "venda", em relatório sob o título "Não há mais como defender".

Para a equipe da Mirae Asset, a decisão de Bolsonaro "tende a comprometer a venda de ativos da empresa".

Juiz dá 72 horas para governo explicar mudanças na estatal

O juiz da 7ª Vara da Justiça Federal da 1ª Região, em Belo Horizonte, André Prado de Vasconcelos, determinou que o presidente Jair Bolsonaro, a União e a Petrobras expliquem, no prazo de 72 horas, a indicação do general Joaquim Silva e Luna para presidente da estatal. A determinação do juiz federal foi motivada por um pedido de liminar feito pelos advogados Daniel Perrelli Lanza e Gabriel Senra para impedir a saída do atual presidente e a posse do general.

Ontem, Bolsonaro negou que exista em curso uma interferência sua na Petrobras, mas voltou a deixar clara sua insatisfação com a política de preços adotada pela estatal. Bolsonaro afirmou que a política adotada na estatal "só tem um viés" e que isso tem alegrado "alguns do mercado financeiro" por "atender os interesses próprios de alguns grupos".

"Não será reconduzido (Castello Branco). Qual o problema? É sinal que alguns do mercado financeiro estão muito felizes com a política que só tem um viés da Petrobras, atender os interesses próprios de alguns grupos, nada mais além disso", disse Bolsonaro.

O presidente Jair Bolsonaro questionou a metodologia de reajuste da Petrobras, que, para ele, precisa ser explicada.

Ele também voltou a criticar o fato de Castello Branco estar trabalhando em casa desde março, em razão da pandemia.

Tribuna

Raio Laser

Máscaras obrigatórias

Em live realizada na noite de ontem, através de suas redes sociais, o governador Rui Costa (PT) afirmou que o descumprimento do uso de máscara para proteção da Covid-19 pode gerar multa e condução

à delegacia. Segundo o governador, este é o pior momento da pandemia desde que o primeiro caso foi registrado na Bahia. De acordo com Rui, por causa do avanço da doença foram contratados 20 novos leitos de UTI na cidade de Ilhéus, 10 em Caetité e outros serão instalados em Itabuna. Ainda conforme o governador Rui Costa, hoje será aberta uma licitação para a implantação de leitos no Hospital de Campanhá da Arena Fonte Nova, em Salvador, que deverá voltar a funcionar em breve.



Rui Costa

VLT

As inscrições para mais de 2,2 mil vagas para atuar nas obras do VLT de Salvador terminam na sexta-feira (26). As oportunidades são para pedreiro, carpinteiro, eletricista, montador de andaime, operador de empilhadeira, servente de obra, operador de guindaste, entre outras.

De acordo com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia (Setre), o total de vagas para atuar nas obras do VLT de Salvador é de 2.250. Desse total, 1.069 serão preenchidas neste ano e as demais, em 2022, no decorrer da obra. As inscrições foram abertas no dia 11 de fevereiro.

Crédito

O deputado federal Igor Kannário (Democratas) apresentou uma indicação ao Ministério da Economia sugerindo a criação de um programa de créditos a residentes e empreendedores atuantes em favelas e periferias com baixa renda. O parlamentar defende que a proposta pode ajudar a combater a desigualdade e promover o desenvolvimento econômico e social nas regiões periféricas.

Presidente anuncia que sancionará autonomia do BC

ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente da República, Jair Bolsonaro, anunciou que vai sancionar o projeto de autonomia do Banco Central na quarta-feira, 24. A proposta foi aprovada no Congresso Nacional e pode ser sancionada pelo chefe do Executivo até o dia 4 de março. Ele poderá vetar dispositivos da nova lei.

Também para quarta, Bolsonaro anunciou a posse do deputado João Roma (Republicanos-BA) no Ministério da Cidadania, conforme o Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) antecipou.

O parlamentar foi efetivado no cargo após o partido apoiar Arthur Lira (PP-AL) na

eleição para a presidência da Câmara.

O atual chefe da pasta, Onyx Lorenzoni, assumirá a Secretaria-Geral da Presidência, vaga aberta após a saída de Jorge Oliveira no fim do ano passado ao tomar posse como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em meio a críticas do setor econômico pela troca no comando da Petrobras, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), minimizou a mudança na estatal, classificando-a como "polêmicas administrativas sobre provimentos de cargos".

Segundo Lira, a troca na presidência da estatal é "relevante", mas as mudanças "não sombreiam nem tiram o brilho" do fato.

Tribuna

Auxílio emergencial será de até R\$ 250

A meta desenhada pelo Palácio é pagar quatro parcelas de R\$ 200 entre março e junho

VICENTE NUNES, CORREIO
BRAZILIENSE

O governo já bateu o martelo sobre a volta do auxílio emergencial. A meta é pagar quatro parcelas de R\$ 200 entre março e junho, valor que poderá subir para R\$ 250 numa negociação com o Legislativo. Esse é o máximo que a equipe econômica considera viável sem agravar ainda mais as contas públicas. Pelos cálculos do governo, poderão ser beneficiadas até 40 milhões de pessoas, parte delas já inscritas no Bolsa Família. As contas de técnicos da Esplanada são de que, para bancar o benefício, o Tesouro Nacional terá de se endividar em pelo menos R\$ 30 bilhões. O complemento necessário virá do orçamento do Bolsa Família, previsto em R\$ 34,8 bilhões para todo o ano de 2021.

Para que o pagamento do auxílio emergencial seja iniciado ainda em março, o governo precisa, porém, que o Congresso aprove a PEC Emergencial o mais rapidamente possível. A minuta do documento já foi distribuída pelo relator da PEC, senador Márcio Bit-

tar, aos líderes partidários. Pelo cronograma traçado pela equipe econômica, a PEC deverá ser aprovada ainda na quinta-feira (25/02) no Senado e, no máximo, em duas semanas, na Câmara. A partir daí, o governo editará uma Medida Provisória definindo o valor efetivo do benefício. A equipe econômica admite que tudo será negociado com os parlamentares, mas deixa claro que não há como bancar nada acima de R\$ 250.

Como o período de calamidade acabou em dezembro de 2020, pondo fim ao auxílio emergencial, a PEC a ser votada dará uma espécie de perdão (waiver) para que o benefício possa ser retomado por mais quatro meses.

A mesma Proposta de Emenda à Constituição trará, no entanto, uma série de travas fiscais como contrapartidas, para evitar qualquer estripulia nas contas públicas em momentos de crise. Será definido o que é emergencial fiscal, o que é processo de calamidade e, sobretudo, um novo marco fiscal, que estabelecerá metas para a dívida pública.

Com esses instrumentos, acabará qualquer possibilidade de o Congresso



O TESOURO Nacional terá de se endividar em pelo menos R\$ 30 bilhões. O complemento necessário virá do orçamento do Bolsa Família

dar um cheque em branco ao governo de plantão. A PEC Emergencial não prevê, como desejava a equipe econômica, a criação de um Conselho Fiscal da República, reunindo os presidentes dos Três Poderes, mais o do Tribunal de Contas da União (TCU) e um representante dos governadores. Essa proposta ficou de fora do projeto que será analisado pelo Congresso a pedido do presidente do Supremo Tribunal Federal

(STF), Luiz Fux, que alegou ver conflitos de interesse, pois um representante da Corte estaria num órgão decisório, cujas ações podem ser avaliadas pelo Tribunal. Mas o governo não desistiu de criar o Conselho.

A PEC Emergencial que será votada pelo Congresso reúne pontos das três propostas apresentadas pelo governo ao Senado no fim de 2019, mas nunca votadas, mais tre-

chos da PEC da Guerra, aprovada em 48 horas no início da pandemia do novo coronavírus. O governo acredita na agilidade do Legislativo para que o socorro aos mais pobres comece o mais rapidamente possível. A equipe econômica acredita que a efetividade do benefício, agora, será maior, pois, depois do cruzamento de dados, sabe-se quais são as pessoas que realmente precisam da ajuda financeira.

Relator libera governantes de gastos mínimos

A Constituição diz que estados devem destinar 12% da receita à saúde e 25% à educação

ALEXANDRO MARTELLO, G1—
BRASÍLIA

O relator da proposta de emenda à Constituição conhecida como PEC Emergencial, senador Márcio Bittar (MDB-AC), divulgou o parecer sobre o assunto ontem. O texto acaba com os pisos para gastos em saúde e educação dos estados e municípios.

Com isso, caso a proposta passe pelo Legislativo, os governantes ficam desobrigados de efetuar gastos mínimos nessas áreas. O senador já havia defendido essa

medida anteriormente.

Atualmente, no orçamento do governo federal, os pisos de saúde e educação têm de ser corrigidos pela inflação do ano anterior — conforme regra do teto de gastos aprovada em 2016 no governo do então presidente Michel Temer.

No caso dos estados, a Constituição diz que devem destinar 12% da receita à saúde e 25% à educação. Municípios, por sua vez, têm de gastar, respectivamente, 15% e 25%. A proposta do senador difere do que foi apresentado pelo governo

em novembro de 2019, pela qual os pisos seriam mantidos, mas unificados, dando uma maior flexibilidade a estados e municípios para gastarem mais em uma área do que em outra.

Em entrevista à GloboNews, Bittar afirmou que, embora essa proposta seja polêmica, resolveu incluí-la no texto final de seu relatório. Segundo ele, vincular (definir valores fixos) os gastos com saúde e educação não surtiu os efeitos esperados ao longo dos anos.

"[A ideia é] devolver aos municípios, aos estados e

à União o poder de legislar uma das leis mais importantes, que é a do orçamento. Até porque, vincular o orçamento da União, que é o único país democrático no mundo que tem esse grau de vinculação, não resolveu nada. Nós gastamos 6,3% do PIB nacional com educação e estamos com educação brasileira entre as 20 piores nações do mundo", declarou.

Segundo a assessoria de imprensa do senador, Bittar não incluiu no relatório a proposta do governo de reduzir jornada e salário de servidores

públicos em até 25%. Essa ideia era cogitada como uma forma de ajustar as contas públicas, mas ficou de fora.

Também não foi incluída no relatório da PEC emergencial, segundo a assessoria do senador, a possibilidade de congelar benefícios de aposentados, que chegou a ser discutida com a área econômica no ano passado.

Essa alternativa foi criticada pelo presidente Jair Bolsonaro. Ele ameaçou dar um cartão vermelho a quem defendesse a medida no seu governo.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Dia & Noite
Data: 23/02/2021	Página: 08

Tribuna

SEI

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) apresenta um compêndio de indicadores da Bahia, o Info Bahia 2020. O trabalho segue a mesma linha do Info Nordeste e Info Semiárido, disponíveis no site da SEI. Trata-se de um conjunto dos principais indicadores econômicos da Bahia em formato de infográficos. O objetivo é apresentar para a sociedade uma visão geral do Estado com informações extraídas de fontes fidedignas e sistematizadas para a fácil visualização do público em geral. Busca-se, também, despertar o interesse para as tendências que as atividades produtivas têm seguido na Bahia, abrindo oportunidade para novos estudos que permitam compreender a atual dinâmica econômica da região.

Veículo: Bocão News	
Data: 23/02/2021	



Funcionários da Ford retornam ao trabalho na fábrica de Camaçari



23 de Fevereiro de 2021 às 09:52

Cerca de 700 funcionários da Ford retornam aos postos de trabalho, em Camaçari, na região metropolitana de Salvador, nesta terça-feira (23). Uma pequena parte do grupo de trabalhadores voltou ainda na segunda-feira (22).

Na última quinta (18), o Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT5-BA) determinou que os funcionários demitidos da montadora retornassem aos postos de trabalhos.

LEIA TAMBÉM: [Acampados na frente da Ford, em Camaçari, funcionários relatam incertezas um mês após anúncio do fechamento da fábrica](#)

O acordo é de que as negociações diretas entre as partes serão realizadas durante o prazo de 90 dias, com a garantia de salários para todos trabalhadores que forem ou não convocados para o trabalho.

Liminar

A Ford [derrubou no último dia 13 uma liminar que impedia a demissão em massa dos empregados](#) até que as negociações com o sindicato fossem exitosas. Com a decisão, a montadora teve a liberação para demitir os funcionários da empresa após o esgotamento dos meios de conciliação.

A decisão do desembargador do Trabalho Edilton Meireles de Oliveira Santos, a qual o **BNews** teve acesso, concede a medida liminar “para que se interprete a ordem de abstenção ‘de promover dispensa coletiva de trabalhadores até logre êxito a negociação coletiva para tal com a entidade sindical profissional, devendo todas as possibilidades serem analisadas e discutidas’ no sentido de que a empregadora deve se abster de dispensar coletivamente os empregados até o encerramento da negociação coletiva respectiva (tenham ou não chegado a qualquer consenso)”, diz um trecho da decisão.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 22/02/2021	



Governo do Estado entrega mais de 532 mil máscaras para 223 municípios

22 fevereiro 2021



Foto: Seplan

O Governo do Estado enviou, nesta segunda-feira (22), 532.500 máscaras reutilizáveis de tecido para 223 municípios que estão vinculados aos Núcleos Regionais de Saúde do Centro-Oeste, Centro-Leste, Extremo Sul, Leste, Nordeste, Norte, Oeste, Sudoeste e Sul.

As máscaras foram adquiridas junto a 603 associações, cooperativas e empresas habilitadas para a produção de mais de 13 milhões de unidades, gerando oportunidade de trabalho em toda a Bahia, numa ação realizada em parceria entre as secretarias do Planejamento (Seplan), Desenvolvimento Econômico (SDE) e Desenvolvimento Rural (SDR). Além destas, o Governo do Estado adquiriu outras 2,6 milhões de máscaras por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre).

“O Governo da Bahia continua firme no combate à pandemia do coronavírus, e o envio de mais máscaras para os municípios fortalece a proteção da população. Estamos atravessando um momento delicado no país, com a pandemia bastante ativa, então é imprescindível que as pessoas utilizem máscaras, pratiquem o distanciamento social, usem o álcool 70 e lavem sempre as mãos”, destacou o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Para a região Centro-Leste estão sendo entregues 11 mil máscaras para os municípios de Conceição do Coité, Souto Soares, Gavião, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Seabra e Valente.

No Leste baiano são 108.500 máscaras para Muniz Ferreira, Madre de Deus, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Salinas das Margaridas, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu, Lauro de Freitas, São Felipe, Cruz das Almas, Candeias, Mutuípe, Nazaré, Varzedo, Conceição de Feira, São Francisco do Conde, São Félix, Pojuca, Muritiba, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Castro Alves, Camaçari, Dias D’Ávila, Amargosa, Maragogipe, Itatim, Simões Filho, Laje, Itaparica, Jiquiriçá, Governador Mangabeira, Cachoeira, Santo Amaro, São Miguel das Matas, Conde, Milagres, Ubaíra, Vera Cruz, Cabeceiras do Paraguaçu, Saubara.

A região Nordeste está recebendo 28 mil unidades para Catu, Banzaê, Araçás, Fátima, Pedrão, Jandaíra, Aramari, Ouriçangas, Itapicuru, Esplanada, Inhambupe, Acajutiba, Rio Real, Aporá, Entre Rios, Itanagra, Cardeal da Silva, Olindina, Crisópolis e Sátiro dias.

Na região Norte, são 29 mil máscaras para Pindobaçu, Uauá, Filadélfia, Antônio Gonçalves, Jaguarari, Senhor do Bonfim, Andorinha, Ponto Novo, Itiúba, Glória, Macururé, Abaré, Rodelas e Chorrochó. Localizado na região Oeste, o município de Ipujiara vai recepcionar mil máscaras.

Já para os municípios da região Sudoeste estão sendo destinadas 94 mil máscaras para Itororó, Piripá, Caatiba, Ibicuí, Vitória da Conquista, Cordeiros, Potiraguá, Itambé, Maiquinique, Itapetinga, Maetinga, Macarani, Aracatu, Poções, Firmino Alves, Barra do Choça, Ibipitanga, Planalto, Bom Jesus da Serra, Mirante, Jussiape, Condeúba, Encruzilhada, Guajeru, Iguai, Ibicoara, Itarantim, Nova Canaã, Caetanos, Rio de Contas, Mortugaba, Anagé, Caraíba, Belo Campo, Jacaraci, Licínio de Almeida, Caturama, Tremedal, Macaúbas, Botuporã, Paramirim, Rio do Pires e Dom Basílio.

Para o Sul da Bahia são 161 mil máscaras para Ibirataia, Itabuna, Almadina, Aiquara, Maracás, Itajuípe, Apuarema, Gandu, Piraí do Norte, Jussari, Aurelino Leal, Jaguaquara, Lafayette Coutinho, Wenceslau Guimarães, Dário Meira, Ipiaú, Nova Itarana, Santa Cruz da Vitória, Floresta Azul, Ubatã, Itagi, Teolândia, Nova Ibiá, Gongogi, Jitaúna, Itagibá, Ibirapitanga, Ubaitaba, Taperoá, Itamari, Manoel Vitorino, Maraú, Valença, Camamu, Ituberá, Barra do Rocha, Igrapiúna, Itacaré, Nilo Peçanha, Planaltino, Una, Brejões, Santa Inês, Cravolândia, Lajedo do Tabocal, Itaquara, Boa Nova, Canavieiras, Itiruçu e Iramaia. O município Ouroândia, na Região Centro-Oeste, vai recepcionar 2 mil máscaras.

Para o Extremo Sul da Bahia são 55 mil máscaras para Jucuruçu, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Itamaraju, Santa Cruz de Cabralia, Itanhém, Vereda, Guaratinga, Itagimirim, Alcobaça, Mucuri, Itabela, Prado, Belmonte, Itapebi e Nova Viçosa.

Fonte: Ascom/Seplan

Veículo: Gov Bahia	
Data: 22/02/2021	



Bahia enfrenta pobreza com projetos que geram renda

22 fevereiro 2021



Foto: SDR

Depois de ter estado fora do Mapa Mundial da Fome em 2014 (segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO), o Brasil voltou a fazer parte desse cenário. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no Brasil, há 10,3 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, trazendo importantes desafios para os governos.

Na Bahia, esse número tem impacto forte no meio rural e, apesar desses dados, o Governo do Estado tem atuado no combate à insegurança alimentar e nutricional e na inclusão produtiva, por meio de projetos importantes como o Bahia Produtiva e o Pró-Semiárido. Além de assegurarem a produção de alimentos para milhares de baianos, as iniciativas promovem ações desde a assistência técnica até a comercialização, passando pelas inovações tecnológicas, insumos específicos adaptados a cada sistema produtivo e agregação de valor.

Somente por meio desses projetos, estão sendo atendidas diretamente 55 mil famílias, com ações de inclusão produtiva e geração de renda. Os investimentos já aplicados ultrapassam R\$ 980 milhões. Executados pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), o Bahia Produtiva tem cofinanciamento do Banco Mundial, enquanto o Pró-Semiárido é cofinanciado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida).

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Rural, Josias Gomes, a Bahia tem escolhido um caminho inverso ao do cenário nacional, ampliando e qualificando ações que buscam tirar as pessoas da fome. “O destaque da atuação do Governo da Bahia está na atuação na base, para organizar a produção, melhorando o rebanho, organizando a produção de sementes, melhorando o manejo de solo, permitindo maior mecanização com tratores, o que resultou no aumento da produtividade e da produção dos agricultores. Esse é o caminho que nós estamos seguindo e não vamos abrir mão dele.”

São ações que visam conciliar o incentivo ou incremento da produção de alimentos saudáveis com outras políticas públicas já em curso, como crédito rural, assistência técnica, aquisições públicas, implantação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, dentre outras, permitindo o alcance mais rápido dos resultados esperados, diminuição dos custos e o impacto efetivo imediato na vida dos agricultores familiares, comunidades tradicionais e dos municípios baianos.

Aumento da renda média das famílias

Estudo interno de Avaliação Intermediária de resultados alcançados, pela CAR, indica que, no Bahia Produtiva, a renda média líquida mensal por família, que era de R\$ 941,13, em 2016, aumentou para R\$ 1.164,51 (2020). As famílias assistidas pelo projeto Pró-Semiárido também apresentaram aumento na renda, que passou de R\$ 1.335,00 (2016), para R\$ 1.534,27 (2020).

Um bom exemplo do resultado dessa avaliação é a Cooperativa dos Produtores Rurais da Chapada Diamantina (Coopchapada), localizada no município de Ibicoara, que registrou uma renda média líquida mensal de R\$ 3.440,88, para cada uma das 68 famílias cooperadas. Na Cooperativa Agroindustrial Vale do Paraíso (Cooperparaíso), no município de Sobradinho, onde 65 famílias produzem acerola orgânica verde para exportação, a renda líquida mensal de cada família foi de R\$ 2.727,66.

O diretor-presidente da CAR, Wilson Dias, prevê que os resultados serão ainda mais expressivos quando os investimentos maturarem. “O acréscimo total de renda anual líquida das 55 mil famílias será de R\$ 441,0 milhões, a partir de 2022. Esses recursos serão injetados na economia baiana, cuja maior densidade vão direto para o consumo de alimentos e bens de primeira necessidade, elevando a condição de vida dessas famílias e multiplicando seus efeitos para a sociedade”.

Parceria com a Seplan

Um estudo mais detalhado do resultado dos projetos está sendo realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan). Os resultados estão disponíveis no próximo mês de junho.

“Na contramão do Governo Federal, que excluiu 12.706 famílias baianas, entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, do Programa Bolsa Família, o Governo da Bahia vem ampliando programas de inclusão de renda com foco na melhoria da qualidade de vida das pessoas”, destaca o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

As ações integram a estratégia ‘Parceria Mais Forte, Juntos para Alimentar a Bahia’, executada pela SDR para assegurar o desenvolvimento rural do estado, com iniciativas estruturantes que fortalecem a agricultura familiar nos 27 Territórios de Identidade, contando com a parceria de prefeituras municipais, consórcios públicos, entidades sem fins lucrativos e iniciativa privada.

Fonte: Ascom/SDR

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 23/02/2021	Caderno: Notícias



Terça, 23 de Fevereiro de 2021 - 06:40

Decreto de Bolsonaro obriga postos a informar composição do preço de combustíveis

por Ricardo Della Coletta | Folhapress



O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assinou um decreto que obriga postos de gasolina a informar a composição do valor cobrado por combustíveis na bomba.

De acordo com a Secretaria-Geral da presidência, o objetivo é que os consumidores tenham "mais clareza dos elementos que resultam no preço final".

"Isso dará noção sobre o real motivo na variação de preços. O decreto também obriga os postos a dispor informações sobre os descontos vinculados ao uso de aplicativos de fidelização", diz a Secretaria-Geral, em nota.

A norma deve ser publicada no Diário Oficial da União de terça-feira (23).

Bolsonaro enfrenta pressão pela alta no preço dos combustíveis, principalmente de caminhoneiros que se queixam das variações do valor cobrado pelo diesel.

O medo do Planalto é que a insatisfação da categoria --próxima a Bolsonaro-- leve a uma nova greve, como a que paralisou o Brasil em 2018.

O presidente costuma se defender responsabilizando o ICMS cobrado por estados.

Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional um projeto que prevê a unificação das alíquotas do imposto, mas a ideia sofre resistência de estados que perderiam arrecadação.

Em meados de fevereiro, Bolsonaro chegou a pedir a seus seguidores nas redes sociais que abastecessem seus veículos com R\$ 100 e compartilhassem a nota fiscal. O objetivo do presidente era questionar o ICMS dos combustíveis cobrado pelos estados.

Em outra frente, ele prometeu zerar tributos federais sobre o diesel durante dois meses e determinou a troca do atual presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, pelo general

Joaquim Silva e Luna.

O presidente está insatisfeito com a política de preços da estatal e a troca foi entendida pelo mercado como uma intervenção política do Planalto, o que gerou forte abalo no valor de mercado da empresa.

O governo alega que o novo decreto fortalece o "direito à informação" de consumidores.

"Como a oscilação nos preços dos combustíveis está atrelada aos preços das commodities no mercado internacional, e suas cotações variam diariamente, o consumidor muitas vezes não compreende o motivo da variação no preço final", diz o comunicado divulgado pelo governo.

"Quanto aos aplicativos de fidelização, o governo quer assegurar aos consumidores o direito de serem devidamente informados sobre os preços praticados e sobre as possibilidades de aderirem ao programa de fidelização para obtenção de descontos, devolução de parte do valor pago e outros benefícios".

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 23/02/2021	Caderno: Notícias



Terça, 23 de Fevereiro de 2021 - 00:00

Bahia foi 4º estado que mais recebeu recursos do MEC para combate à Covid-19 nas escolas

por **Mauricio Leiro**

A Bahia é o quarto estado da União que mais recebeu verba do Ministério da Educação para o combate ao novo coronavírus através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). As informações constam no 6º relatório bimestral da execução orçamentária do Ministério da Educação, da organização Todos pela Educação ([clique e veja](#)), divulgado nesta segunda-feira (22).

No pódio dos estados que mais receberam estão: Minas Gerais (R\$ 56,1 bilhões), São Paulo (R\$ 51,1 bilhões), Paraná (R\$ 38,2 bilhões) e a Bahia (R\$ 36,9 bilhões). Entre os estados que menos tiveram destinação da verba estão o Amapá (R\$ 1,1 bilhão), Roraima (R\$ 1,9 bilhão), Acre (R\$ 4,3 bilhões) e Sergipe (R\$ 4,8 bilhões).

A distribuição não acompanha necessariamente a ordem dos Estados com o maior número de matrículas. Como o ponderador por matrícula do montante destinado apenas aos Estados é maior, aqueles com a rede menos municipalizada tendem a receber mais recursos mesmo com menos matrículas, como é o caso do Paraná.

A Bahia segue sem definir prazo para o retorno das aulas, que estão suspensas desde março de 2020. O governador Rui Costa (PT) já garantiu que as atividades escolares presenciais na Bahia serão retomadas antes da imunização da maioria da população, já que, segundo ele, na melhor das hipóteses, a margem só será alcançada no segundo semestre deste ano ([relembre aqui](#)).

Mesmo tentando mudar a modalidade de ensino durante a pandemia, a Bahia ficou em último lugar num ranking brasileiro de educação pública à distância durante a pandemia elaborado pela Fundação Getúlio Vargas ([veja mais aqui](#)).

Procurada pelo Bahia Notícias, a secretaria de educação da Bahia informou que 911 escolas estaduais receberam R\$ R\$14.744.652,97 do PDDE Qualidade – Emergencial.

"Cada escola recebeu R\$ 1 mil fixo mais 19,22 por cada aluno matriculado, valor insuficiente para atender as demandas necessárias que o enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus requer", pontuou a nota da secretaria.

Ainda de acordo com a SEC, "estes recursos só foram repassados direto às contas das escolas no mês de novembro de 2020". "São destinados, por exemplo, para a aquisição de itens de consumo para higienização do ambiente e das mãos; para a compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); e para a contratação de serviços especializados na desinfecção de ambientes", finaliza.

O QUE É PDDE?

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tinha por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica.

O repasse tem as regras estabelecidas na Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018, com os repasses dos recursos dar-se-ão em duas parcelas anuais, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetivado até 30 de abril e o da segunda parcela até 30 de setembro de cada exercício.

O programa engloba várias ações que possuem finalidades e públicos-alvo específicos, embora a transferência e gestão dos recursos sigam os mesmos moldes operacionais do PDDE.

O PDDE destina-se às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 22/02/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 22 de Fevereiro de 2021 - 18:40

Fecomércio aponta que 61% dos soteropolitanos acumulam dívida em fevereiro

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Fecomércio-BA, apontou que, em fevereiro, 61% das famílias em Salvador possuem algum tipo de dívida. No total, são 567 mil famílias endividadadas, 8,1 mil a menos do que no mês anterior. Embora pareça uma diferença pequena em relação a janeiro, a entidade ressalta que a taxa de endividados caiu pelo quinto mês consecutivo, e desde setembro, quando o percentual foi de 66,9%, o número de famílias com dívidas reduziu 53,8 mil.

De acordo com o consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze, "a taxa de inadimplentes também caiu pelo quinto mês seguido e atinge 25,5% das famílias em fevereiro, ou 237 mil famílias que não conseguiram pagar a dívida até a data do vencimento, 49 mil a menos do que em setembro passado". Mesmo com alguma melhoria no período, "o percentual de inadimplentes continua alto e preocupante, pois há um ano a taxa era de 15,7%", ressalta.

"O que vale o destaque relativamente positivo da pesquisa é o resultado das famílias que já dizem que não vão conseguir pagar a dívida em atraso, que passou de 13,6% em julho de 2020 e, após sete retrações, atinge os 9,9%. Sinal de que houve uma melhora nas condições econômicas das famílias ao longo do segundo semestre do ano passado e que deu suporte para este início de ano também. Os feirões de renegociação também foram importantes para equalizar as dívidas desses atrasados", pontua o economista.

Dentre os endividados, o tipo de dívida mais recorrente continua sendo o cartão de crédito com 94,2%, seguido dos carnês (8,4%). Os dados do Banco Central confirmam a maior utilização do cartão de crédito como meio de pagamento.

"No último trimestre do ano passado, as famílias brasileiras usaram 4,4% a mais de crédito no pagamento à vista em relação ao mesmo período do ano anterior. No entanto, devido ao aumento do uso dessa modalidade, o risco de inadimplência também sobe e com isso os juros ficam mais altos, em média 302% ao ano no rotativo", explica Dietze.

Outro dado avaliado pela pesquisa foi o percentual da renda comprometida com a dívida, que atingiu 36,5%, abaixo dos 37,9% de janeiro e dos 38,2% de dezembro. O ideal, de acordo com a Fecomércio, é estar próximo aos 33% para reduzir os riscos de descontrole com as demais contas do dia a dia das famílias.

Veículo: Metro 1	
Data: 23.02.2021	Caderno: Economia



Doze estados e DF estão com taxa de ocupação de UTIs acima de 80%

Segundo Guilherme Werneck, epidemiologista da UERJ, a transmissão do coronavírus "claramente não está controlada" e tem sido estimulada pelo contato entre as pessoas

Foto : Divulgação

Por **Kamille Martinho** no dia 23 de Fevereiro de 2021 · 08:20

Ao menos 12 estados brasileiros e o Distrito Federal estão com taxas de internação por Covid-19 acima de 80%, nível considerado crítico. São eles: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina.

"Há uma ausência de bloqueio da transmissão. As novas variantes podem ser mais transmissíveis e potencializar o aumento de casos, mas não explicam esse cenário, que é caracterizado pela abertura de atividades não essenciais de maneira caótica. O repique decorre do aumento da circulação e aglomeração, em transportes coletivos lotados, bares, restaurantes, festas, além do uso eventual e incorreto de máscaras", avalia Lígia Bahia, especialista em Saúde Pública da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em entrevista ao Globo.

Segundo Guilherme Werneck, epidemiologista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a transmissão do coronavírus "claramente não está controlada" e tem sido estimulada pelo contato entre as pessoas.

Veículo: Metro 1	
Data: 23.02.2021	Caderno: Economia



Estados do Nordeste anunciam medidas restritivas para conter Covid-19

João Pessoa, capital da Paraíba, terá toque de recolher e fechamento de orla, enquanto estado do Piauí suspendeu aulas presenciais

Foto : Freepik

Por **Juliana Rodrigues** no dia 23 de Fevereiro de 2021 · 09:02

O governo da Paraíba e a prefeitura de João Pessoa anunciaram que vão implementar novas restrições contra a covid-19 a partir de hoje (23), válidas pelos próximos 15 dias. Entre as ações previstas, estão o toque de recolher a partir das 22h e fechamento da orla. Além disso, o retorno das aulas presenciais na rede estadual será suspenso em razão do crescimento de casos e internações no Estado. O Piauí tomou a mesma medida, suspendendo a reabertura de escolas e as atividades não essenciais. A informação é do Estadão.

Em João Pessoa, a taxa de ocupação de leitos chegou a 84%. Além disso, 138 municípios da Paraíba estão na fase laranja, uma das mais restritivas na classificação do plano local de combate ao coronavírus. Entre as ações do governo estadual definidas para os próximos 15 dias, estão a redução do horário de bares e restaurantes e o cancelamento de celebrações presenciais em igrejas. As aulas da rede estadual, que iriam retornar no dia 1º de março, com 30% dos estudantes, foram suspensas.

O governo do Piauí deve publicar amanhã (24) um decreto de suspensão das atividades econômicas presenciais não-essenciais até o dia 7 de março, “como medida excepcional voltada para o enfrentamento da grave crise de saúde pública decorrente da covid-19”. As aulas presenciais também não serão permitidas, sendo realizadas apenas de forma remota.

mercado

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Interferência de Bolsonaro no preço de combustíveis afeta produção de etanol

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) está buscando inspiração no que, durante a campanha eleitoral, considerava o que havia de pior. Está seguindo a cartilha de intervencionismo de Nicolás Maduro, da Venezuela, ao buscar uma política de controle de preços dos combustíveis, e repete também ação do governo de Dilma Rousseff (PT), que segurou reajustes de diesel e de gasolina, onerando a Petrobras.

programa do Renovabio, necessita de investimentos para elevar produção e produtividade no setor. A falta de previsibilidade põe em risco a expansão prevista de 50 bilhões de litros de etanol para 2030. Na safra mais recente, foram produzidos 30 bilhões de litros. Para atingir os previsões de etanol de 2030, o setor terá de moer 900 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, 40% mais do que o volume atual. As incertezas dificultam os investimentos. A previsibilidade dos reajustes de combustíveis, com base em preços internacionais do petróleo e câmbio, já

ocorria desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, seguida também por Luiz Inácio Lula da Silva. A chegada do carro flex, em 2003, e a redução do ICMS de 25% para 12% em São Paulo, a partir de 2004, deram nova força ao etanol. Alguns estados acompanharam São Paulo nessa redução de alíquota. O sonho de Lula de tornar o etanol uma commodity mundial, porém, não vingou, o que reduziu nas perspectivas de exportação do combustível. Além disso, a crise financeira internacional de 2008 ocorreu em um período de expansão e de capacidade ociosa de muitas empresas, penduradas

em empréstimos. O descompasso entre os preços do petróleo, em alta no mercado internacional, e a política de segurar reajustes no governo de Dilma colocou várias empresas na UTI. Atualmente, as unidades paradas e as em recuperação judicial somam 170. Essa nova interferência do governo poderá agravar ainda mais a situação financeira delas. O desacostumamento entre preços excessivos do petróleo, câmbio e artificialismo nos reajustes internos de combustíveis eleva ainda mais a necessidade de importações pela Petrobras, uma vez que as empresas privadas saem do mercado porque as contas não fecham. E esse joguete afeta o etanol. A eficiência energética do combustível tem uma paridade de 70% de rendimento, em relação à da gasolina.

Ou seja, quando o preço do etanol na bomba vale, em média, 70% ou menos do da gasolina, é recomendável o uso do derivado de cana, do ponto de vista econômico. Estudos mais recentes indicam uma eficiência ainda maior, devido aos novos motores e à qualidade do etanol. O achatamento artificial dos preços da gasolina reduz a competitividade do etanol. Essa interferência no mercado exige redução de custos e aumento de produtividade das usinas, o que, dependendo do grau da ação do governo, não é viável. Uma boa oferta de etanol no mercado garante, durante a maior parte do ano, preços de combustível mais acessíveis aos consumidores. Além disso, é um produto renovável e menos poluente. A menor competitividade

do etanol no mercado leva as indústrias para o açúcar, desde que os preços estejam favoráveis. Essa troca, no entanto, tem limites, conforme a demanda externa e a concorrência de outros produtos mundiais. Nesta safra, com demanda e preços externos favoráveis, de cada 100 toneladas de cana moída, 46 vão para a produção de açúcar. Na safra anterior, eram apenas 34. A mudança de tributação sobre os combustíveis também preocupa o setor. Ela não pode contemplar apenas um dos itens da cadeia, mas todos, e na mesma proporção. O valor bruto de produção do setor de cana-de-açúcar deverá atingir R\$ 61 bilhões neste ano, conforme estimativas da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), 1,3% mais do que em 2020.

Governo acena ao mercado com MP que reduz participação na Eletrobras

Medida, que visa arrefecer desgaste com Petrobras, dilui participação da União e cria golden share

Gustavo Uribe, Danielle Brant e Julio Wiziack

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro deve enviar nas próximas semanas ao Poder Legislativo uma medida provisória para diminuir a participação da União na Eletrobras, empresa estatal de energia. A intenção, com a iniciativa, é tentar arrefecer o desgaste do governo provocado pela intervenção na Petrobras. Caso contrário, perdem a validade. Pelo acordo que está sendo costurado pelo Planalto com o Congresso, o BNDES estrutural do modelo de venda da estatal durante a transição da medida provisória. Em outra frente, o tempo também é necessário para diminuir a resistência ao assunto, em especial no Senado.

ficam com 2,97%. A proposta é fazer com que a empresa lance no mercado novas ações ordinárias, que não seriam compradas pela União. Assim, o aumento do capital social da estatal diluirá a participação total do governo até uma fatia minoritária próxima de 45%. As medidas provisórias entram em vigor às vezes que são publicadas, mas precisam do aval da Câmara do Senado em 120 dias. Caso contrário, perdem a validade. O texto em construção também contempla a possibilidade de que a União tenha uma golden share, ação especial que garante poder de veto mesmo se ela tiver participação minoritária na empresa. O instrumento é visto com ressalvas por investidores, pelo poder que confere à União. A minuta da MP em fase de finalização no Ministério da Economia não contempla a venda de ativos da elétrica.

A privatização da Eletrobras foi uma das prioridades elencadas por Bolsonaro a Lira e ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), no início de fevereiro. A dificuldade de aprovar a venda da estatal foi um dos motivos que levaram à saída de Wilson Ferreira Junior da presidência da Eletrobras, no fim de janeiro. Ao anunciar que deixaria o cargo, ele afirmou que a privatização é prioridade do governo federal, mas que essa vontade não é suficiente sem o apoio do Congresso. O executivo enviou, em novembro de 2019, um projeto de lei para viabilizar a privatização da empresa, que começou a tramitar — e travou — na Câmara. A proposta prevê a emissão de ações ordinárias, com direito a voto, em quantidade equivalente a 42,57% do capital da empresa. Além disso, o governo detém 13,79% e fundos de governo, 2,97%

mar. Pela proposta, seriam emitidas novas ações para diluir a participação da União, que também venderia papéis que tem na Eletrobras. O governo, porém, jogou a toalha depois de o então presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmar que a iniciativa dificilmente seria chancelada pelos senadores. Na Casa, a resistência continua sendo muito grande, em especial no Norte/Nordeste. A edição da MP foi resgatada neste momento como um aceno tanto ao mercado financeiro quanto ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que foi contrário a uma intervenção do comando da Eletrobras. Desde o fim de semana, Bolsonaro tem feito acenos ao ministro que não foi consultado sobre a decisão do presidente de intervir na petrolífera. Segundo assessores presidenciais, Bolsonaro telefonou no final de semana a Guedes e promoverá uma cerimônia nesta quarta-feira (24) para

sancionar proposta de independência do Banco Central, pauta que agrada a Guedes. O presidente também se comprometeu a não fazer, neste momento, mudanças no comando do Banco do Brasil. Desde janeiro, Bolsonaro discute a saída de André Brandão. O presidente se irritou com o plano de demissão voluntária aberto pela instituição financeira. Na época, ele foi convencido a suspender a demissão a pedido de Guedes e do presidente do BC, Roberto Campos Neto. Segundo relatos feitos à Folha, porém, ele voltou a cogitar uma troca. A fritura de Brandão passou a ganhar força após deputados do centrão terem defendido a necessidade de o BB ser administrado por um nome afimado a Bolsonaro, assim como a Pedro Guimarães, da Caixa. O BB é uma sociedade aberta, cujas ações podem cair diante de interferências do poder público. O cálculo de integrantes do governo é que a nomeação de um indicado pelo centrão possa evitar uma troca ministerial para acomodar uma das siglas da base. A reação negativa da intervenção na Petrobras, contudo, deu novo sobressaio a Brandão, já que uma saída agrada pouco tanto aumentar a desconfiança do mercado financeiro em relação a Bolsonaro como agravar o desgaste de Guedes.

CIDADE DE SÃO PAULO CULTURA
13ª EDIÇÃO DO PRÊMIO ZÉ RENATO PARA A CIDADE DE SÃO PAULO
Processo SEI nº: 6025.2021/0001862-6
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, abre procedimento de chamamento público para a 13ª EDIÇÃO DO PRÊMIO ZÉ RENATO PARA A CIDADE DE SÃO PAULO...

COMUNICADO PÚBLICO
ALCLARO S.A. comunica aos clientes e usuários das estações de atendimento ao cliente (SAC) que, em decorrência da implantação do sistema de atendimento ao cliente...

vivo Comunicado
A Telefônica Brasil S.A. dozeantena designada, via operadora do Serviço Móvel Pessoal (SMP) nos Regimes I, II e III do PDA, comunica a seus clientes e ao público em geral que a promoção Vivo Pure Talk Mensal 3GB no DDD 85 terá nova condição comercial a partir de 21/03/2021 com o valor de R\$19,99.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DO RAMO DE RODOVIAS E ESTRADAS EM GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Prao presente edital o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo, faz saber aos senhores empregados...

SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - HOSPITAL MUNICIPAL DE PARELHEIROS
convoca as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico nº SE 006/2021, a ser realizado para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, exaustão e refrigeração.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE BAHIA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA
CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE - SAFTEC
AVISO DE ABERTURA SUSPENSÃO EMERGENCIAL
A Coordenação de Compras do SAFTEC toma público que está aberto até dia 25/02/2021 prazo para entrega de propostas, na Av. Avenida nº 400, 2º andar, Prado Anzanello, CAB - Salvador-BA CEP 41.146-005...

EDITAL DE RELAÇÃO DE CREDORES, COM PRAZO DE 10 DIAS
PARA IMPUGNAÇÃO (ART. 9º DA LEI 11.101/2005)
EXPEDIDO NOS AUTOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE ALTERNATIVA SERVICIOS E TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL LTA, inscrita no CNPJ nº 08.000.190/0001-91, ALTERNATIVA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTA, inscrita no CNPJ nº 16.269.887/0001-41, ALTERNATIVA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTA, inscrita no CNPJ nº 16.269.887/0001-41, HORSE LOGISTIC DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTA, inscrita no CNPJ nº 23.076.568/0001-61, TR GERAL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTA, inscrita no CNPJ nº 15.219.269/0001-39, TR VISTA ALICERGE AGRONEGOCIOS LTA inscrita no CNPJ nº 23.771.000/0001-09, PROCESSO Nº 1020208-72.2020.2-000000-1.

mercado



Logotipo da Petrobras refletido em calçada no Rio de Janeiro Ricardo Moraes/Reuters

Alta do dólar após intervenção pressiona ainda mais a gasolina

Câmbio desvalorizado no governo de Jair Bolsonaro cria 'tempestade perfeita' para combustíveis, dizem analistas

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras define seus preços usando um conceito conhecido como paridade de importação, que calcula o quanto custaria para vender o combustível importado no país. O cálculo considera as cotações internacionais, a taxa de câmbio e custos logísticos.

O preço do petróleo vem se recuperando no mercado internacional, diante das expectativas de retomada da economia com o avanço da vacinação. Recentemente, ganhou um fator adicional de pressão, com o fechamento de poços e refinarias durante a onda histórica de frio nos EUA.

Na semana passada, a cotação do petróleo tipo Brent, usada como referência pela Petrobras, oscilou em torno dos US\$ 60 por barril, recuperando o patamar verificado no início de 2020, segundo o CBIE, a Petrobras vendia em suas refinarias gasolina por R\$ 1,85 por litro. O litro do diesel custava R\$ 2,18 (ou R\$ 1,93 e R\$ 2,28 em valores corrigidos pela inflação).

Agora, após os últimos reajustes anunciados na semana passada, são R\$ 2,48 e R\$ 2,58, respectivamente. Isto é, com o petróleo em mesmo patamar, a taxa de câmbio inflaciona ainda mais os preços.

Embora as cotações internacionais tenham caído na sexta, com o retorno às operações de algumas instalações de petró-

leo paralisadas pela onda de frio no Texas, não há muitos sinais de que recuarão fortemente nos próximos meses.

Segundo dados da EIA (a agência americana de informações em energia), o preço médio do diesel na região do golfo do México bateu US\$ 2,72 (cerca de R\$ 15) por galão, alta de 3,6% em relação à semana anterior.

Para analistas do mercado financeiro, o real também permanecerá desvalorizado, cenário agravado pelas incertezas geradas após as declarações intervencionistas de Bolsonaro. Na sexta, o Itaú disse esperar que a taxa de câmbio feche 2022 em R\$ 5 por dólar.

Na manhã desta segunda, ao anunciar revisão de suas expectativas, a Ativa Investimentos disse que "prevê um câmbio e juros mais elevado, uma eventual maior deterioração fiscal e um PIB mais baixo". Assim, caso a Petrobras mantenha sua política de preços, a expectativa é que novos aumentos serão necessários. A Ativa, por exemplo, vê espaço para alta de até 6%.

"Ainda que Bolsonaro tenha dito que não irá intervir no preço da Petrobras, o discurso dele torna-se populista quando se vale de uma tentativa de colocar o povo como explorado", diz o economista-chefe da Ativa, Étore Sanchez.

Em 2021, a Petrobras já promoveu quatro reajustes no preço da gasolina e três no do diesel, com altas acumuladas de aproximadamente 35% e 28%, respectivamente. Especialistas ainda veem espaço para mais altas.

"Acho que o Brasil não está preparado para manter uma taxa básica de juros de 2%", diz

Sérgio Araújo, presidente da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Petróleo). "Isso pressiona o câmbio e prejudica a precificação dos produtos dolarizados."

Araújo questiona a elevação do preço do biodiesel, que tem forte impacto no valor cobrado pelo diesel nos postos, que leva 12% de combustível vegetal na mistura. Entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2021, o litro do biodiesel subiu cerca de 50%, chegando a R\$ 4,277, segundo levantamento do consultor Dietmar Schupp.

A alta reflete a disparada da cotação da soja e a desvalorização cambial. Em março, a mistura sobe para 13%, segundo o cronograma original, o que representaria impacto de mais R\$ 0,02 por litro no diesel. "O vilão do preço do diesel é o biodiesel", afirma Schupp.

Em suas primeiras declarações após ser indicado à presidência da estatal, o general Joaquim Silva e Luna disse que não poderia interferir na política de preços, que "é responsabilidade da diretoria-executiva" da empresa, mas defendeu que a empresa deve ter consciência de que é parte da sociedade e que seus produtos são voltados a pessoas.

Mudanças no estatuto da companhia feitas no governo Michel Temer (MDB) tornam ainda mais difícil a intervenção, ao determinar que a Petrobras cobre do acionista controlador eventuais perdas em políticas intervencionistas. O texto determina que políticas de interesse de seu controlador que não respeitem condições semelhantes às da iniciativa privada devem ser tornadas públicas por meio de lei, convênio ou contrato.

Entenda como funciona o contágio da Petrobras nos outros indicadores

Ações da Petrobras

A primeira consequência da intervenção de Bolsonaro foi a queda no preço das ações da estatal do petróleo, que recuaram mais de 20% nesta segunda (22).

Analistas temem que a empresa possa ser utilizada para bancar políticas que resultem em perda financeira, como subsidiar os consumidores de combustíveis.

Ações de outras estatais

As afirmações do governo de que haverá intervenções em mais áreas e empresas também derrubaram as ações de outras estatais, como Eletrobras e Banco do Brasil. A primeira perdeu seu presidente recentemente, diante dos entraves à sua privatização. O BB também já foi alvo de críticas de Bolsonaro.

Queda do Ibovespa

Como essas ações têm participação significativa no índice Ibovespa, contribuiu para a queda do principal indicador do mercado acionário brasileiro.

Dólar e risco-país

A percepção de que o governo poderá manipular outros preços de mercado ou adotar soluções que gerem prejuízos para o Tesouro também ajuda a contaminar outros indicadores, como dólar e risco-país.

Impacto na inflação e no juros

As altas do dólar e do risco Brasil, por sua vez, também ajudam a alimentar as expectativas de inflação e de necessidade de altas maiores de juros no futuro para conter os índices de preços e a fuga de recursos do país.

OUTRAS INTERVENÇÕES NA PETROBRAS E NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Governos Lula e Dilma Rousseff

Em 2014, a ANA (Associação Nacional de Proteção dos Acionistas Minoritários) calculou perda de mais de R\$ 130 bilhões de geração de caixa devido à defasagem nos preços dos combustíveis desde 2002, quando a estatal passou a adotar política de suavizar o repasse de custos internacionais ao mercado interno. O Centro Brasileiro de Infraestrutura calculou perda de R\$ 71 bilhões de 2011 a 2014. Segundo informações divulgadas pela estatal, a ingerência política, não só no preço dos combustíveis, mas nas políticas de investimentos, deu mais prejuízo que os casos de corrupção descobertos na Lava Jato.

Governo Michel Temer

A saída de Pedro Parente do comando da Petrobras,

em 2018, foi vista como um sinal de que as necessidades do governo interferiram na empresa, durante a crise da greve dos caminhoneiros, e de que essa ingerência poderia aumentar no futuro. Como resultado, as ações da estatal despencaram quase 15%. Cedendo à pressão dos caminhoneiros, o governo anunciou na época redução no preço do diesel por 60 dias e determinou que os reajustes passariam a ser mensais. Também determinou que o Tesouro cobriria parte do prejuízo da empresa.

Governo Jair Bolsonaro

Em abril de 2019, Bolsonaro disse que ligou para o presidente da estatal quando soube de um aumento de 5,7% no diesel e mandou suspender o reajuste. A Petrobras perdeu R\$ 32,4 bilhões em valor de mercado

Sindicatos contra venda de refinaria pedem reunião com árabes

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO Sindicatos de petroleiros de 13 estados (São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Amazonas) enviaram na sexta (19) uma carta ao fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos que está em processo de compra da refinaria da Petrobras na Bahia, a segunda maior do país.

O fundo Mubadala fez a melhor oferta na concorrência para a refinaria, no valor de US\$ 1,65 bilhão, segundo informou a petroleira em 8 de fevereiro.

Eles pedem uma reunião para expor detalhes sobre a venda da refinaria. As entidades defendem no documento que a transação é ilegal e inconstitucional.

Os sindicatos argumentam ainda que a transação "acarretará graves prejuízos econômicos ao patrimônio da Petrobras, pelo negócio estar inserido diante de insegurança jurídica".

No sábado (20), os petroleiros já haviam acionado a Justiça e o TCU (Tribunal de Contas da União) contra a venda da refinaria, considerada uma peça importante para capacidade de refino do Brasil.

A venda será a primeira de uma refinaria da estatal desde que a empresa abriu processo para buscar interessados por 8 das suas 13 refinarias, em 2019, sob o argumento de que precisa focar seus esforços na exploração do pré-sal.

Procurada, a Petrobras afirma que a conclusão da venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), localizada em São Francisco do Conde (BA), depende ainda de aprovação de órgãos competentes.



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), durante entrevista nesta segunda (22) *Roque de Sá/Agência Senado*

PEC acaba com piso para gasto em educação e saúde

Versão do texto prevê também extinção de transferência do FAT para o BNDES

Thiago Resende, Renato Machado e Leandro Colon

BRÁSILIA A versão preliminar do relatório da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial prevê a extinção dos valores mínimos a serem aplicados em educação e saúde. O fim do piso valeria para União, estados e municípios.

Isso faz parte do pacote de medidas em avaliação pelo relator da PEC, senador Márcio Bitar (MDB-AC). O objetivo do projeto é apresentar um conjunto de ações de redução de despesas para o ajuste das contas públicas e, além disso, viabilizar uma nova rodada do auxílio emergencial em 2021, a trabalhadores informais e desempregados.

Para acabar com o gasto mínimo para saúde e educação, é necessário aval do Congresso, onde há uma resistência histórica a essa ideia. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), por exemplo, não apoia a extinção total dos pisos constitucionais. Deputados e senadores das bancadas

de saúde, educação e ligados ao serviço público também tentariam barrar a mudança.

Nos bastidores, a equipe econômica apoia a desvinculação dos pisos sobre saúde e educação. Na avaliação do governo, o Congresso precisa assumir com mais ênfase a condução do Orçamento. O governo defende a aprovação da PEC com o discurso de que representa o que chama de "protocolo fiscal futuro", que inclui desindexações e desvinculações obrigatórias do Orçamento e compromissos de responsabilidade fiscal.

Desde 2018, o cálculo do piso para saúde e educação para a União é com base no valor desembolsado em 2017 corrigido pela inflação do período. Para 2021, estima-se R\$ 123,8 bilhões para a saúde e R\$ 55,6 bilhões para educação.

O projeto de Orçamento de 2021 prevê a aplicação de R\$ 98,9 bilhões em manutenção e desenvolvimento do ensino, e R\$ 124,6 bilhões em ações e serviços públicos de saúde, segundo cálculos

da Consultoria de Orçamento da Câmara.

Para estados e municípios, o piso constitucional varia. Para educação, estados e municípios precisam investir 25% da receita. No caso dos serviços de saúde, é de 12%, para estados, e 15% para prefeituras.

O fim dos valores mínimos previstos na Constituição já havia sido defendido por Bitar em tentativas anteriores de destravar a votação da PEC Emergencial. Ele argumentou, na época, que cada governante deve ter a liberdade de decidir onde aplicar o dinheiro.

Em entrevista à GloboNews, o senador afirmou nesta segunda-feira (22) que o apoio à desvinculação dos gastos com saúde e educação cresceu no Congresso recentemente e citou que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), eleito no início de fevereiro, também defende a proposta.

"Devolver aos municípios e aos estados à União o poder de legislar uma das leis mais importantes que é a do Orçamento. Até porque vincular o

➤ O que prevê a proposta?

- Fim do gasto mínimo para saúde e educação
- Permite que nova rodada do auxílio emergencial fique fora de regras fiscais, como teto de gastos e meta para contas públicas
- Reduz repasses para o BNDES
- Cria mecanismos a serem acionados temporariamente em caso de aperto nas contas públicas, como barreira a aumentos de gastos com servidores e à criação de despesas obrigatórias e de benefício tributário
- Cria dispositivos para enfrentamento de novas calamidades públicas, como flexibilização de aumento de despesas e de regras para contratação de pessoal
- Prevê que uma lei complementar traga regras e medidas visando a sustentabilidade da dívida pública

Orçamento da União, que é o único país democrático no mundo que tem esse grau de vinculação, não resolveu nada", afirmou.

No Senado, Pacheco disse nesta segunda que o melhor seria flexibilizar os critérios de piso para saúde e educação, mas preservando a garantia de uma aplicação mínima unificada (um percentual para ambas as áreas).

"A desvinculação, a partir desses critérios, preservando os investimentos na educação e na saúde pode ser um caminho de meio termo interessante para o Brasil, permitindo, repito, uma flexibilização dos gastos, de acordo com cada ente federado", declarou Pacheco.

Essa ideia já chegou a ser defendida por técnicos da equipe econômica. O argumento é que, por exemplo, em cidades com população mais velha, o prefeito possa gastar mais em saúde, pois não consegue usar toda a verba para educação.

No entanto, aliados de Lira não acreditam que o fim do gasto mínimo para essas áreas irá ser aprovado. O deputado Doutor Luizinho (PP-RJ) classificou a proposta como "péssima". Ele faz parte da bancada da saúde, que, assim como partidos de esquerda da Câmara e do Senado, se mobilizam para derrubar esse trecho da PEC.

No Senado, muitos parlamentares, inclusive líderes de bancada, consideram difícil que avance no Congresso, especialmente em um ritual acelerado.

"Acho até um absurdo querer vincular uma proposta de desvincular gastos com saúde e educação numa PEC Emergencial, que é para ontem. Nós acabamos de aprovar o Fundeb [fundo de recursos para educação] e agora vem uma proposta para desvincular. Desvincular significa reduzir os recursos da educação", afirma o líder da bancada do PSDB, Izalci Lucas (DF).

A versão preliminar do relatório também prevê o fim da transferência de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Isso chegou a ser proposto na reforma da Previdência.

Esses recursos são financiados com o PIS/Pasep. A Constituição determina que, pelo menos, 40% das receitas do PIS/Pasep serão destinadas ao BNDES para financiar os programas de desenvolvimento econômico.

A votação da PEC Emergencial está programada para quinta-feira (25) no plenário do Senado.

Durante reunião de líderes na quinta-feira (18), havia ficado acertado a apresentação de um relatório da PEC Emergencial desidratado, sem as medidas polêmicas que vem dificultando a sua tramitação no Senado, como o corte no salário e jornada de servidores públicos.

A aprovação da PEC, mesmo numa versão mais enxuta que o projeto original, abriria o caminho para o envio da proposta de auxílio emergencial.

O governo mantém sua disposição inicial de pagar três parcelas de R\$ 200 do auxílio emergencial e aceita uma negociação que chegue ao limite de R\$ 250 em quatro parcelas. Bitar, porém, tem defendido uma faixa mais alta, entre R\$ 250 e R\$ 300. O senador também é relator da proposta de Orçamento de 2021, que ainda não foi aprovada pelo Congresso.

Expectativa do ministério é editar uma MP (medida provisória) oficializando o novo auxílio assim que a PEC for aprovada nas duas Casas. Há uma possibilidade de a medida sair após a votação dos senadores, desde que haja permissão para tanto no texto a ser apreciado. Pacheco concorda com essa solução para dar celeridade à liberação do auxílio.

O governo quer iniciar os pagamentos em março e trabalhar com a possibilidade de um acordo com o comando do Congresso para que a MP seja publicada com o valor definido para o benefício, sem risco de ser ampliado quando for votada pelos parlamentares.

Segundo integrantes da equipe econômica, a despeito com o auxílio ficar em R\$ 30 bilhões, podendo chegar a R\$ 40 bilhões a depender do valor final e das parcelas.

A versão preliminar do relatório não determina um valor para o auxílio nem o custo do programa. O texto propõe que o gasto não será contabilizado na meta fiscal do ano.

No início de fevereiro, Congresso e a equipe econômica haviam chegado a um acordo para uma nova rodada do auxílio emergencial, que seria pago entre março e maio, com a possibilidade de prorrogá-lo até junho.

A condição seria justamente a aprovação de uma PEC com medidas de ajuste fiscal.

A PEC prevê uma série de ações a serem adotadas em caso de crise nas contas públicas. No caso da União, os mecanismos poderão ser acionados a partir do momento em que a relação entre despesas obrigatórias sujeitas ao teto de gastos sobre as despesas totais sujeitas ao teto superasse 95%.

Novo auxílio será 'fura-teto' e não exigirá corte de gasto social

ANÁLISE

Vinicius Torres Freire

SÃO PAULO Não haverá cortes obrigatórios de despesas a fim de compensar o novo auxílio emergencial que o Congresso deve aprovar em breve. É um dos artigos centrais do texto quase pronto da emenda constitucional que trata de gastos na epidemia, calamidades e de controles de gastos públicos.

Não haverá redução de salários de servidores, nem agora nem depois, tampouco corte de outros benefícios sociais. De grande impacto, propõe-se a extinção do gasto mínimo em saúde e educação, o que pode implicar o fim da eficácia prática do Fundeb (a transferência de recursos federais para a educação básica em estados e municípios). No Congresso, já se ouve queixa geral sobre o fim do gasto mínimo em saúde e educação — difícil que passe.

Muito barulho por não muito, enfim. Venceu Jair Bolsonaro, que desde o ano passado vetava quase qualquer sugestão de corte. Não será preciso decretar

calamidade para que se aprove o auxílio emergencial. Mas, no caso de o Congresso decretar calamidade nacional, nos dois anos seguintes ao fim dessa situação excepcional os governos deverão adotar medidas que contenham o aumento de gastos obrigatórios e com pessoal.

O novo auxílio emergencial que o Congresso deve aprovar em breve será um "fura-teto". Isto é, essa despesa: 1) não estará sujeita ao limite constitucional de gastos deste ano; 2) não será contada no cálculo da meta fiscal (a diferença entre o que o governo gasta e arrecada, estipulada em lei anual); 3) não estará sujeita à regra de ouro (grosso modo, o governo não pode se endividar para pagar despesas além daquelas de investimento em obras, equipamentos etc.).

O que há de "compensação" em termos de controle futuro de gastos? A versão "quase final" proposta de emenda constitucional 186 (PEC 186) especifica medidas a fim de evitar o estouro do teto de gastos — as regras até aqui eram confusas ou contraditórias. Se na aprovação

da lei do Orçamento se verificar que a despesa obrigatória do governo supera 94% da despesa sujeita ao teto, estará suspensa qualquer medida que eleve o gasto com pessoal (reajuste, benefício, contratação, promoção etc. com exceções menores), durante o ano de vigência do Orçamento.

Na novidade aqui é o "gatilho" dos 94%. A despesa obrigatória já supera tal limite de 94% e assim deve ser em 2022. Em outro artigo, governadores e prefeitos ficam autorizados a adotar medidas de contenção de gasto caso a despesa corrente, calculada em um período de 12 meses, supere em 95% a receita corrente — a contenção pode durar enquanto durar o estouro deste limite.

Isto é, governadores e prefeitos podem proibir mais gasto com pessoal ou outra despesa obrigatória, o reajuste de despesa obrigatória além da inflação, novos financiamentos, novos períodos de dívida ou não podem conceder ou ampliar benefícios tributários (redução específica de imposto para determinado setor ou grupo de cidadãos).

As mesmas medidas podem ser adotadas caso a despesa ultrapasse o limite de 85%, desde que com autorização do Poder Legislativo.

Caso o governo federal, o Executivo, note que as receitas são insuficientes para cumprir metas fiscais do ano, precisa "contingenciar" (adiar até

segunda ordem) parte da despesa prevista no Orçamento. Pela PEC, os demais Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão de adotar cortes provisórios na mesma medida definida pelo Executivo (vale também para estados, Distrito Federal e municípios).

Caberá ao Congresso decretar estado de calamidade nacional. Nesse caso, ficam suspensas várias normas de contratação de despesa pública e o cumprimento da "regra de ouro". Dois anos depois da calamidade, União, estados, Distrito Federal e municípios terão de adotar medidas de controle de despesa previstas naquele caso em que gastos superam receitas em 95% (contenção de gastos obrigatórios e com servidores).

A PEC estipula que o presidente da República terá de mandar ao Congresso uma lei de redução paulatina de benefícios tributários, em até seis meses depois da promulgação da emenda. Isto é, o valor das reduções especiais de impostos deverá baixar de pouco mais de 4% do PIB para 2% no prazo de oito anos. Há exceções, como benefi-

cios da Zona Franca de Manaus, de micro e pequena empresa, para produtos da cesta básica, para entidades filantrópicas de saúde, educação e assistência social, para partidos, sindicatos, e no caso de benefícios concedidos no âmbito de fundos constitucionais do Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Ousaja, nota-se que a PEC foi redigida a dedo e que vai ser, pois, difícil reduzir benefícios tributários.

A Constituição já prevê que uma lei complementar trate da dívida pública. Na PEC, estipulam-se várias providências novas em relação a essa exigência: limite do valor da dívida, compatibilidade entre metas fiscais e crescimento da dívida, métodos de ajuste, planejamento de privatizações a fim de abater dívida etc.

Emfim, de principal, a PEC também tenta evitar uma espartezita de municípios e/ou estados: não incluem na despesa com pessoal os gastos com inativos ou pensionistas. Agora, estaria previsto na Constituição o veto a essa manobra para gastar mais do que permitem os limites de despesa com pessoal.

[...]

Muito barulho por não muito, enfim. Venceu Jair Bolsonaro, que desde o ano passado vetava quase qualquer sugestão de corte

poder

Bolsonaro é incapaz da verdade

Como o presidente corrói a liberdade de imprensa no Brasil

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP

A ONG Repórteres Sem Fronteiras, que milita pela liberdade de imprensa em todo o mundo, lançou uma campanha publicitária crítica a Jair Bolsonaro, representado sem roupa. Nela, a ONG mostra a "verdade nua" dos mortos da Covid, tema que o governo busca esconder.

A campanha é bem-vinda. Mesmo antes e independente da pandemia, Bolsonaro já era hostil à imprensa livre. Xingou e caluniou jornalistas e usou ou ao menos se gaba de usar

para premiar veículos aliados e punir adversários.

Um subproduto dos ataques verbais diretos são agressões verbais e físicas contra jornalistas. Uma sociedade em que parte da população, por uma adesão servil ao presidente, sai de seu caminho para hostilizar ou injuriar jornalistas vistos como "inimigos" do regime não é uma nação com liberdade de imprensa plena.

Durante a pandemia, Bolsonaro também fez por merecer. No início, acusava a imprensa de aumentar a ameaça da pan-

demia. "No meu entender, muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propaga ou propaga pelo mundo todo", disse em março.

Quando ficou claro que a crise era grande e o Brasil estava despreparado, tentou bagunçar o debate divulgado, não o número de mortos, mas o de curados. Assim é fácil! Os homicídios estão em alta? Basta celebrar todas as pessoas que não foram assassinadas. Depois de problemas na divulgação dos dados oficiais, coube à "malva-

da" imprensa tomar para si a responsabilidade de publicar os números diários de mortes e contaminações com transparência e agilidade.

Para Bolsonaro, não existem problemas reais; apenas de comunicação. Reduzir o contágio, adquirir uma vacina eficaz para o coronavírus não são medidas importantes. O importante é persuadir o eleitorado de que tudo vai bem. Falar dos vírus, promover a cloroquina. E quem cobra prova de eficácia é tratado como inimigo. O governo segue empurrando seu "tra-

tamento precoce" (um coquetel de cloroquina e outros remédios) goela abaixo do Brasil, enquanto permanecemos acima das mil mortes diárias. O crime tem sido devidamente registrado pela imprensa.

Perseguição direta e indireta é uma maneira de prejudicar a liberdade de imprensa. Desinformar o público e melar o debate com tanta fake news que já não se sabe mais o que é verdade e o que é mentira, também. Estamos ainda longe do nível de repressão à imprensa de uma Cuba ou Venezuela, mas a deterioração é preocupante.

Os riscos para a imprensa num país como o nosso são dois: o primeiro é o de se aliar ao poder da vez, ceder às pressões do dinheiro e da proximidade com os poderosos. O segundo é o de, reagindo aos ataques do governo, tornar-se militante contra ele, retrocedendo a cada notícia para que desabone o

presidente. Embora o primeiro seja claramente o pior, ambos se desviam da missão maior do jornalismo: a busca da objetividade, de modo a minuciar o debate público com informações relevantes e verdadeiras.

Nesse contexto, é um privilégio fazer parte da Folha de S. Paulo, que completou 100 anos no dia 19. Em sua primeira encarnação, como Folha da Noite, chegou a ser tirada de circulação pelo presidente Arthur Bernardes. Eleita como uma das maiores inimigas de Bolsonaro, e com jornalistas seus ativamente perseguidos por gangsteres da milícia federal, continua fazendo jus à sua vocação de espinho na carne do poder. Bolsonaro é moralmente incapaz da verdade. Todos já sabem disso; o rei está nu. Cabe à imprensa nem tapar suas deformidades nem aumentá-las; basta mostrar a verdade nua e crua.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QU. Elio Gaspari, Conrado H. Mendes | QUI. Fernando Schüller | SEX. Reinaldo Azevedo, Sílvio Almeida, Angela Alonso | SÁB. Demétrio Magnoli

FOLHA, 100 REPERCUSSÃO

Ricardo Kotscho

jornalista e colunista do UOL

"Me dei conta de que a Folha vai chegar aos 100 anos na liderança dos jornais brasileiros. Essa marca foi alcançada em 1985. Ou seja, faz 35 anos que a Folha é líder de mercado. Acho que isso não tinha acontecido antes com outro jornal. Mais um motivo pra comemorar."

Vanessa Adachi

editora-chefe no Resnet

"Não resisti às lembranças conforme fui vendo postagens de tantos amigos. A Folha aguçou meu instinto de repórter e colocou na minha vida alguns dos jornalistas mais brilhantes que conheço. Para quem sempre foi de redações de economia, sentir a potência de publicar reportagem na Folha é algo que nunca esqueci. Parabéns! #sigafolha! E todos os bravos que fizeram e fazem parte dessa força do jornalismo."

Préfácio Comunicação

"Há cem anos nascia um dos principais jornais do país. Uma prova: que assessor de imprensa nunca ouviu de cliente "quero sair na Folha"? O que para nós significa o desafio de emplacá-lo, para o público reflete a credibilidade do veículo. Ainda mais em tempos de fake news e ataque a veículos de comunicação, o jornal é um pilar de resistência da nossa democracia. Parabéns e obrigado!"

Xing Qu

diretor-geral adjunto da Unesco

"Em meio à penosa atualidade da mídia, na qual o impacto econômico da crise da Covid-19 se soma a múltiplos outros desafios enfrentados pela imprensa tradicional, a celebração do centenário da Folha se mostra um farol de esperança. Esperamos continuar nossa frutífera cooperação para proteger e promover a liberdade de imprensa diante de desafios emergentes nos anos por vir."

Ricardo Madalena

deputado estadual (PL-SP)

"Parabenizo a Folha pelo seu centenário, que se renova a cada dia, trazendo informações de qualidade. Desejo vida longa ao jornal e a todos que se empenham em fazer da Folha um registro palpável de acontecimentos, nos ajudando a adquirir conhecimento e a manter a democracia tão importante no país."

Investigação que mira Judiciário inclui ex-Timbalada e joalheiro de famosos

Suspeita de lavagem de dinheiro envolve personalidades próximas do mundo jurídico na Bahia

OPERAÇÃO FAROESTE

João Pedro Pitombo e José Marques

SALVADORE SÃO PAULO Na varanda de seu apartamento, que fica em um dos bairros mais caros de Salvador, o joalheiro Carlos Rodeiro ergue o celular, liga a câmera e dá um giro de 360 graus para mostrar as pessoas ao seu redor: "Está bombando, está bombando, está bombando".

Na festa, em um sábado de Carnaval, os convidados bebericavam uísque ou espumante em torno de uma mesa de centro repleta de arte sacra ou na sacada com vista para a baía de Todos-os-Santos.

O regafófe se repete em praticamente todos os Carnavais, quando empresários, artistas, políticos, desembargadores e outras personalidades do mundo jurídico da Bahia vão ao encontro do joalheiro.

Com relação próxima com grande parcela do poder na Bahia, Rodeiro se tornou personagem da Operação Faroeste depois de ter sido alvo de mandados de busca e apreensão da Polícia Federal.

Principal operação do Ministério Público Federal contra venda de decisões judiciais, a Faroeste se ramifica em investigações que envolvem outros Poderes e ajudou a desmontar um suposto esquema de vendas de decisões por meio de advogados que operavam para interessados.

Com a primeira fase deflagrada há menos de um ano e meio, a operação teve origem em uma disputa de terras na divisa da Bahia com o Piauí e o Tocantins e se expandiu com a ajuda de delações premiadas.

Até fevereiro de 2021, oito desembargadores já haviam sido afastados do Tribunal de Justiça da Bahia por decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), além de outros três juízes. Três desembargadoras estão presas preventivamente, e uma quarta está em prisão domiciliar.

Carlos Rodeiro foi alvo de busca e apreensão sob suspeita de que suas joias eram um meio de lavar dinheiro do suposto esquema de venda de sentenças e também de que subornava autoridades.

Em seu celular, os investigadores encontraram diversas conversas com a então procuradora-geral de Justiça do Ministério Público da Bahia,



Amanda Santiago, ex-vocalista da Timbalada e o designer de joias Carlos Rodeiro



Ediene Lousado.

Isso indicaria, na interpretação do Ministério Público Federal, "que ela defenderia seus interesses e receberia joias e empréstimos, uma vez que, ante a magnitude do cargo ocupado, não se revela crível que a autoridade máxima do parquet faça assessoria jurídica pro bono para ele".

Ediene, por exemplo, intermediou a relação de Carlos Rodeiro com o secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitorino. Ainda entregou, em uma viagem para Brasília, um colar de Rodeiro de presente para a então procuradora-geral da República Raquel Dodge.

Para a investigação, uma "sistemática que aparenta possível tentativa de cooptação da máxima autoridade do Ministério Público brasileiro, responsável, em última instância, pelo desfecho da Operação Faroeste".

"Raquel amou o presente! Depois te mando as fotos", disse Lousado antes de enviar uma imagem com Dodge usando o colar. Depois, Lousado pede a Rodeiro que lhe faça uma transferência bancária porque estava "precisando muito".

"O áudio do gerente hj [hoje] me assustou. Meu limite já caiu, cartões atrasados e demais compromissos também. Td pq [tudo porque] não posso pegar empréstimo, sequer vender minhas fêrias ao banco posso, por causa do cargo

e da licitação."

Rodeiro, aponta o material apresentado pelos investigadores, pediu a Lousado que intervisse em um processo ligado a um advogado investigado na operação.

Além do joalheiro, as investigações também miraram personagens do meio artístico baiano, incluindo Amanda Santiago, ex-vocalista da banda Timbalada.

A cantora é filha da desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, que está presa desde 2019. Em dezembro, ela também foi alvo de busca e apreensão no âmbito da Operação Faroeste.

Amanda, segundo as investigações, é suspeita de ser receptora de recursos ilegais destinados à desembargadora, que é ex-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia. O Ministério Público Federal diz que Socorro usava suas filhas "como vias de captação de vantagens indevidas, demonstrando preocupação com a incorporação de bens em seu nome".

Os investigadores usam, para provar isso, relatórios financeiros, trocas de mensagens em aplicativos de celular e informações sobre ligações telefônicas trocadas com outros suspeitos.

Segundo relatório do Coaf (órgão federal de inteligência financeira), Amanda Santiago teve movimentações suspeitas de aproximadamente R\$ 8

milhões "numa conjuntura de absoluta incompatibilidade financeira, visto que sua renda declarada é de R\$ 1.200".

Amanda esteve na linha de frente da Timbalada entre 1999 e 2007, e dividiu os vocais com cantores como Vinícius e Denny. Depois que deixou a banda, ainda seguiu por um tempo em carreira solo.

Logo após ser alvo de operação, no ano passado, disse em vídeo que iria provar a sua inocência.

"A minha família é inocente, eu sou inocente, minha mãe é inocente. Eu digo isso porque minha mãe já está numa preventiva há mais de um ano e já apresentamos provas e perícias para provar a inocência dela e a minha impressão é a de que não estamos sendo ouvidos", disse Amanda.

Amanda e Rodeiro negam todas as irregularidades

OUTRO LADO Procurado, o joalheiro Carlos Rodeiro afirmou à Folha que Maria do Socorro era sua cliente há apenas dois anos e que as peças apreendidas pela Polícia Federal na casa da desembargadora eram itens de valor baixo, em sua maioria peças de prata banhadas a ouro.

Ele afirma que a sua loja, a CR Joalheria, tem pouquíssimos

clientes no Tribunal de Justiça da Bahia e que a desembargadora não comprou nada de grande valor e que não fosse de acordo com sua profissão.

Rodeiro classificou a procuradora-geral Ediene Lousado como "uma amiga muito querida" e confirmou que fez um empréstimo a ela no ano passado, de forma lícita e declarado em seu Imposto de Renda.

Ele também confirmou que apresenta artistas, celebridades e personalidades com suas joias, mas destaca que não se trata de joias de valor.

"São coisas simbólicas, brindes mesmo. Tenho certeza absoluta que as coisas estão ficando muito claras. Tenho uma trajetória de mais de 30 anos e na minha profissão é muito importante que eu mostre e divulgue meu trabalho", diz Rodeiro.

O advogado de Amanda Santiago, Victor Minermino, afirma que "destaca que acredita nas instituições deste país" e que, ao final do processo, será demonstrado por meio de provas e documentos "a regularidade em relação ao seu patrimônio e dos recebimentos enquanto artista".

"Em tudo sendo esclarecido, será possível sua absolvição, seja por meio de documentos, seja por meio de comprovações de rendas, de perícias e outras diligências que serão feitas ao longo da instrução em momento próprio", afirmou Minermino.

A defesa de Maria do Socorro, mãe de Amanda, afirma que não há qualquer participação da magistrada em qualquer ato de lavagem de dinheiro ou em uma eventual organização criminosa.

O advogado dela, Bruno Espinheira Lemos, tem dito que apesar de Socorro estar presa preventivamente há mais de um ano, a acusação não foi capaz de indicar que ela tenha "exercido qualquer papel, muito menos de destaque dentro do esquema de funcionamento da organização criminosa de venda de decisões judiciais para legitimação de terras no oeste baiano".

O advogado de Ediene Lousado, Milton Jordão, afirmou que a procuradora tinha uma relação de amizade com Carlos Rodeiro, mas que não cometeu irregularidades. Ele não deu mais detalhes da defesa sob alegação de que o processo está sob sigilo.



Guedes diz que vai compensar isenção de tributos federais sobre diesel e gás de cozinha

Ministro tentou acalmar interlocutores ao dizer que vai reparar a perda de receitas causada pela medida anunciada por Bolsonaro, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal; estimativa é de impacto de R\$ 3 bi nos cofres públicos

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

20 de fevereiro de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - O ministro da **Economia, Paulo Guedes**, garantiu a interlocutores que a decisão do presidente **Jair Bolsonaro** de **zerar os tributos federais sobre o diesel e o gás de cozinha** será acompanhada de medidas para compensar a perda de receitas, como exige a **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**. A sinalização é importante porque vem depois de Bolsonaro flertar com uma flexibilização da LRF para dispensar essa contrapartida, o que poderia fragilizar ainda mais as contas e abrir a porteira para novas benesses.

A garantia de compensação e o respeito à LRF têm sido cobrados até internamente. Técnicos na área econômica demonstram resistências em levar adiante uma concessão de benefício no **diesel** e no **GLP** sem a devida contrapartida, sobretudo num momento em que a equipe encampa uma batalha com o **Congresso** para conseguir a aprovação de medidas de ajuste fiscal para ajudar a pagar a conta da crise da **COVID-19**. Além disso, qualquer suspeita de afronta às leis na implementação da medida anunciada por Bolsonaro levaria técnicos a responderem individualmente, com seus CPFs. Por isso, ninguém quer assumir esse risco.

Na semana passada, o **presidente havia indicado a possibilidade de mudar a LRF para destravar a medida**, que é um aceno aos caminhoneiros, grupo que integra a base de apoiadores de Bolsonaro.

O **ex-secretário da Receita Federal Jorge Rachid** afirma que a exigência de compensação se aplica a este caso e rechaça o argumento de que a não aprovação do Orçamento até agora permitiria o recálculo das receitas e livraria o governo dessa obrigação. “Tem de ter um ato concomitante, um ato concreto. Uma medida provisória ou um decreto”, diz. Ele ressalta que a compensação tem de ser apresentada com a isenção do diesel e do GLP, ainda que entre em vigor depois – algumas mudanças de tributos requerem a chamada “noventena”, período de 90 dias antes de passarem a valer.

Lista de opções

Com a garantia de Guedes de que haverá compensação, os técnicos agora se debruçam sobre a lista de opções para fazer frente à renúncia, calculada em cerca de R\$ 3 bilhões, segundo fontes da área econômica. Na mira estão benefícios concedidos a diferentes setores, em tributos como **IPI**, **IOF** e o próprio **PIS/Cofins**, mas até agora não há decisão de quem vai pagar a conta. A preferência é por medidas que dependam apenas de um decreto presidencial, sem necessidade de aval do Congresso.

Na lista, há desde incentivos ao setor de aeronaves até à água mineral, mas escolher uma cesta capaz de compensar a benesse no diesel e no gás de cozinha “é a parte mais difícil”, nas palavras de uma fonte ouvida pela reportagem. A busca é por uma solução que seja suficiente para o impacto da medida em todo o ano, ainda que o benefício sobre o diesel dure apenas dois meses. Na prática, essa compensação pode ser mais “diluída” ao longo dos meses, embora a benesse seja concentrada.

Segundo uma fonte da área econômica, a atuação do governo sobre os preços de combustíveis deveria ser como a do **Banco Central** no câmbio, reduzindo volatilidade, mas sem interferir na trajetória do preço.



Decreto de Bolsonaro obriga postos a informar composição de preços de combustíveis

Obrigação passa a valer em 30 dias, de acordo com texto publicado nesta terça-feira no 'Diário Oficial' da União; segundo o presidente, maior peso dos tributos sobre o diesel e a gasolina é de responsabilidade dos governadores

Luci Ribeiro, O Estado de S.Paulo

23 de fevereiro de 2021 | 08h27

BRASÍLIA - Pressionado pelos caminhoneiros para resolver o preço alto do diesel, o presidente **Jair Bolsonaro** formalizou nesta terça-feira, 23, mais uma promessa que vem fazendo ao setor. Por decreto, o presidente determinou aos postos de combustíveis que detalhem ao consumidor os valores estimados dos tributos que compõem o preço final dos combustíveis automotivos. A obrigao passar a valer em 30 dias, conforme o ato, que está publicado o *Diário Oficial* da União.

Bolsonaro afirma que o peso maior dos tributos sobre os combustíveis não é de sua responsabilidade, mas, sim, dos governadores. No último sábado, 20, o presidente disse que a formao de preço dos combustíveis no País é uma "caixa-preta".

Crítico da política de reajustes da **Petrobrás**, que segue a cotao internacional do petróleo, Bolsonaro também disse que a gasolina e o diesel poderiam ser 15% mais baratos se os órgãos de fiscalizao "estivessem funcionando. "Quando você v  a nota fiscal você também não sabe quanto de imposto   federal, quanto   estadual, quanto   a margem de lucro dos postos e quanto se paga também na questão da distribuio. Você não sabe de nada, é uma caixa-preta", declarou.

O decreto de Bolsonaro diz que "os consumidores têm o direito de receber informações corretas, claras, precisas, ostensivas e legíveis sobre os preços dos combustíveis automotivos no território nacional".

Pela norma, os postos revendedores ficam obrigados a informar os valores estimados de tributos das mercadorias e dos serviços oferecidos por meio de painel afixado em local visível do estabelecimento, que deverá conter o valor médio regional no produtor ou no importador, o preço de referência para ICMS, o valor do ICMS, o valor de PIS/Pasep/Cofins e o valor da CIDE.

Os postos também devem divulgar os preços reais e os promocionais dos combustíveis. "Na hipótese de concessão de descontos nos preços de forma vinculada ao uso de aplicativos de fidelização pelos postos revendedores de combustíveis automotivos, deverão ser informados ao consumidor: o preço real, de forma destacada; o preço promocional, vinculado ao uso do aplicativo de fidelização; e o valor do desconto", cita o texto.

O preço dos combustíveis é formado por uma série de componentes. As refinarias impõem um valor para as distribuidoras que, por sua vez, vendem para os postos. Em todas as etapas, incidem o preço de custo e o lucro. Além dos tributos federais, há incidência do **ICMS, que é estadual**.

Na última quinta-feira, 18, a Petrobrás anunciou aumento de 15,2% no diesel e de 10,2% na gasolina. Foi o quarto reajuste do ano, o que pesou para que Bolsonaro indicasse um novo nome para o comando da estatal, no lugar de **Roberto Castello Branco, a quem o presidente criticou até por estar em regime de home office durante a pandemia**. Para Bolsonaro, Castello Branco tinha "compromisso zero" com o País. Para o comando da estatal, foi indicado o **general Joaquim Silva e Luna**, que ainda precisa ser aprovado pelo Conselho de Administração da empresa. O diesel e a gasolina já acumulam alta de 27,5% e 34,8% em 2021.

Após sustentar a economia, crédito deve perder força

Com menor oferta de recursos, a inadimplência pode voltar a assombrar

23/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Banco Central (BC) deve divulgar nos próximos dias os dados do desempenho do crédito em janeiro. Há expectativa em relação aos números do primeiro mês após o fim dos empréstimos especiais desenhados pelo governo para enfrentar a pandemia do novo coronavírus. As linhas emergenciais amenizaram a retração econômica do ano passado, levando o saldo das operações de crédito ao maior crescimento em oito anos, 15,5% nominais, para R\$ 4,018 trilhões. O valor é equivalente a 54,2% do Produto Interno Bruto (PIB), 7,2 pontos a mais em relação ao fim de 2019.

O crescimento foi maior nas operações de crédito para empresas, impulsionado pelas linhas destinadas às pequenas companhias, e pelas medidas de afrouxamento da liquidez, liberação de compulsórios e das exigências de provisões. Os empréstimos para pessoas jurídicas, estagnados em 2019 com a retração do BNDES, saltaram 21,8%, para R\$ 1,8 trilhão. Apenas as operações com recursos direcionados para empresas, lastreados em fontes definidas pelo governo, aumentaram 23% depois da retração de 14% de 2019. Já as operações com pessoas físicas mantiveram o ritmo, com expansão de 10,9% para R\$ 2,2 trilhões, em comparação com 11,9% em 2019.

As empresas de serviços foram as que mais demandaram recursos. O estoque de crédito para o setor cresceu 24,6%, acima do segmento corporativo como um todo. A agropecuária também ficou na frente, com expansão de 23,4%. Já o estoque de

crédito para a indústria cresceu menos, 17,8%, apesar de a oferta ter sido mais ampla para os segmentos têxtil, de vestuário, calçados e couro, de embalagens, petróleo, gás e álcool, e química e farmacêutica, segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

As linhas emergenciais de crédito, como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac), começaram a funcionar no segundo semestre. O Pronampe liberou R\$ 37,5 bilhões, em 516 mil operações, 300 mil para pequenas empresas e 216 mil para microempresas.

Nos últimos dois dias do ano houve verdadeira corrida para abocanhar os R\$ 10 bilhões liberados pelo governo para a terceira e última fase do Pronampe, que só podiam ser gastos em 2020. O projeto que alocou esse valor foi aprovado pelo Senado em 18 de novembro e ficou parado na Câmara por mais de um mês. Mais preocupados com a disputa pela presidência da Casa, os apoiadores de Arthur Lira, travaram a agenda. O projeto só ganhou o sinal verde dos deputados em 22 de dezembro e sancionado no dia 29. As empresas tiveram tempo de levantar apenas R\$ 5 bilhões.

Outra fonte de alívio foi o estímulo à renegociação das dívidas bancárias proporcionado pela redução das exigências de provisionamento para os bancos. O sistema financeiro suspendeu o vencimento de um total de R\$ 971,5 bilhões em contratos entre 16 de março e 31 de dezembro, postergando o pagamento de R\$ 146,7 bilhões em parcelas, de acordo com a Febraban, por prazos entre 60 a 180 dias. Mais recentemente foram beneficiados Estados e municípios, em um total de R\$ 3,9 bilhões, com prorrogações que vão até maio. Em consequência, o prazo médio de pagamento do crédito com recursos livres chegou a 61 meses em comparação com 52 meses de cinco anos atrás.

Esse conjunto de medidas mais a queda dos juros na esteira do recuo da Selic e do afrouxamento da liquidez contribuíram para reduzir a inadimplência, mesmo com o elevado nível de endividamento entre as famílias. A taxa média do crédito com recursos livres caiu de 33,4% em 2019 para 25,2% ao ano. A inadimplência média

ficou em 2,1%, a menor da série histórica, sendo de 2,9% nas operações com recursos livres.

Taxas mais baixas e menos calote favorecem o crédito neste início de ano. Mas as boas notícias param aí. A previsão do próprio Banco Central (BC) é que o crescimento dos empréstimos será a metade do registrado no ano passado, ficando em 7,8%, sendo 11,1% a expansão das operações com recursos livres e apenas 3,3% com os direcionados. O crédito para pessoas físicas deve manter o ritmo, com expansão de 10,6%; mas o oferecido para empresas volta a desacelerar, aumentando 4,2%.

Com menor oferta de recursos, apesar de a segunda onda da pandemia estar assolando a população e amarrando a economia, a vacinação lenta, a descontinuidade das linhas especiais e a indefinição do futuro do auxílio emergencial, o crédito dificilmente repetirá o papel anticíclico do ano passado e a inadimplência pode voltar a assombrar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

Compre Van de passageiros Sprinter em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora com frete grátis para Salvador

SUTIÃ 5D

Bolsonaro edita MP para socorrer o Acre

União abre crédito extraordinário de R\$ 450 milhões para o Estado

Por **Fabio Murakawa** — De Brasília

23/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro editou ontem uma medida provisória abrindo crédito extraordinário de R\$ 450 milhões para Estados e municípios que decretarem calamidade pública.

O anúncio foi feito após reunião no Palácio do Planalto com o senador Marcio Bittar (MDB-AC), por meio de um vídeo postado no Twitter do ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo (Segov).

Segundo o Planalto, a MP é destinada a atender as ações da Defesa Civil no socorro e na assistência a vítimas e o restabelecimento de serviços essenciais.

“Lembrado pelo senador Bittar do Acre dos problemas que o Estado atravessa, e como nós não tínhamos Orçamento, estávamos carentes de recursos para atender o Estado nessa questão da calamidade pública”, disse Bolsonaro no vídeo.

No material, o presidente aparece ao lado de Ramos e Bittar e ainda anuncia que viajará ao Estado na próxima quarta-feira.

“Então, conversada com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com a Receita e com a própria Economia e o senador [Bittar], estamos fazendo uma MP para atender o Brasil em caso de calamidade, num total de R\$ 450 milhões”, afirmou o presidente. “E uma parte agora, após a assinatura dessa MP, vai para o Acre e para os municípios que porventura decretarem estado de calamidade.”

O Acre enfrenta atualmente uma séria crise, que combina enchentes, surto de dengue e um enorme fluxo de imigrantes haitianos, em meio à pandemia provocada pelo coronavírus.

A decisão de editar uma MP para socorrer Estados e municípios em calamidade foi acertada na semana passada, durante visita do governador do Acre, Gladson Cameli (PP), a Brasília.

Na ocasião, ele encontrou-se com os ministros da Economia, Paulo Guedes, e do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e afirmou o Acre não tem condições financeiras de lidar com o cenário sem o auxílio da União.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Acesse showroommercedes-benz.com.br

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Completa rede de hospitais com isenção de carência* e sem taxa de adesão, para o Servidor Público.

QUALICORP

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Promoção VAN de vantagem Sprinter. Aproveite!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo cartão de crédito atinge marca de 1 milhão de pedidos. Peça o seu!

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Alarmes Verisure N°1 | Proteção 24h

ALARME VERISURE N°1 DO BRASIL

Concessões e PPPs de saneamento emperram depois do marco legal

Levantamento mostra queda em 2020, com retração das prefeituras

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

23/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Bruno Pereira: país precisa de um articulador capaz de fomentar o interesse por PPPs e concessões nos municípios — Foto: Luis Ushirobira/Valor

Apesar da aprovação do novo marco regulatório do saneamento em junho, o ano passado foi marcado por forte retração nas Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões para o setor. Levantamento da consultoria Radar PPP indica que em 2020 foram lançados 35 projetos voltados para os segmentos de água e esgoto, contra 87 no ano anterior e 66 em 2018. Os números foram influenciados por uma retração na esfera municipal. Não só em função de incertezas geradas pela pandemia mas também pelo fato de 2020 ter sido um ano eleitoral.

“Falta, também, um braço indutor”, acrescenta Bruno Pereira, sócio da Radar PPP. Na visão dele, a mudança normativa - a partir da sanção do novo marco do saneamento - não veio acompanhada de um incentivo aos prefeitos para refletir sobre o futuro do saneamento em suas cidades. “Temos no Brasil 400 cidades com mais de 80 mil habitantes”, diz Pereira, para quem há necessidade de um articulador capaz de fomentar na esfera municipal o interesse por PPPs e concessões.

Na comparação entre 2020 e 2019, consideradas as PPPs e concessões estaduais e municipais, caíram quase pela metade os projetos com contratos assinados (de 23 para 12). O número de licitações publicadas diminuiu de 44 para 32, nesse mesmo período.

Sócio do escritório Felsberg Advogados, Rodrigo Bertocelli destaca que, sete meses após a sanção da lei que instituiu o novo marco legal do saneamento básico, o setor ainda aguarda uma série de definições e decretos necessários para dar mais previsibilidade às modelagens e efetividade à operação.

Bertocelli cita como exemplo o veto do presidente Jair Bolsonaro ao artigo da lei que permitiria a prorrogação dos chamados “contratos de programa” por mais um exercício. Os contratos de programa são aqueles nos quais um ente federativo transfere a outro a execução de serviços. No caso do saneamento, de competência municipal, os serviços podem ser prestados por companhias estaduais a partir de um contrato de programa firmado entre a prefeitura e a empresa.

Em teoria, ao vetar a prorrogação, Bolsonaro abre oportunidades para a iniciativa privada entrar em municípios hoje atendidos por estatais estaduais. Mas o veto ainda pode ser derrubado. “Falta ainda a análise do Congresso Nacional sobre os vetos presidenciais”, frisa Bertocelli.

Para o secretário-executivo da Associação Nacional dos Serviços de Saneamento (Assemae), Francisco Lopes, a expansão das parcerias-público privadas no país esbarra na capacidade dos municípios - principalmente aqueles sem pessoal técnico ou autarquias especializadas - de preparar editais e fiscalizar o cumprimento dos contratos.

Embora cite exemplos de PPPs bem-sucedidas em Ribeirão Preto (SP), Blumenau (SC) e Piracicaba (SP), Lopes defende o “protagonismo do setor público” no saneamento básico. “As prefeituras que têm contratos assinados com companhias estaduais geralmente não possuem expertise em saneamento. Acabam recebendo propostas prontas que não conseguem avaliar”, diz o secretário-executivo. “São propostas que não refletem a realidade local.”

Para 2021, a expectativa de Bruno Pereira, da Radar PPP, é de um incremento no número de parcerias público-privadas de saneamento básico nos municípios onde o serviço é prestado localmente. “Não é ‘wishfull thinking’ [desejo, ilusão]. Ou esses municípios abraçam a PPP de esgoto ou serão pressionados a conceder tudo”, diz.

O novo marco regulatório estabelece - entre outras metas - que 90% da população deverá ter acesso a serviços de coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033. O descumprimento das metas pode acarretar processo por improbidade administrativa contra o gestor.

A licitação de concessões de serviços da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), prevista para 30 de abril, tem potencial para tornar o cenário mais favorável à iniciativa privada inclusive na esfera municipal, diz Pereira. “Grandes casos, como o da Cedae, têm o efeito de derrubar barreiras simbólicas no grupo dos formadores de opinião e das autoridades públicas.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

Desoneração de combustível poderá ter isenção de IOF

Tributo deixaria de incidir sobre fundos constitucionais de financiamento

Por **Fabio Graner** — De Brasília

23/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A isenção de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre os fundos constitucionais de financiamento é uma das possibilidades na mesa da equipe econômica para compensar a desoneração de combustíveis prometida pelo presidente Jair Bolsonaro que valerá a partir de março. Mudanças em incentivos do setor petroquímico e revisão de tributação de bancos também são estudadas.

O governo ainda não divulgou o tamanho do rombo que a redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins sobre diesel e gás de cozinha fará. No diesel, o impacto é superior a R\$ 3,3 bilhões, por dois meses, mas para o gás o número ainda não conhecido e a revisão seria definitiva.

Os técnicos da Economia estão buscando alternativas de compensação, a despeito de Bolsonaro ter dito que gostaria de flexibilizar a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina essa compensação. Além da LRF, isso é necessário por causa da meta fiscal de resultado primário, embora, em caso de decretação de calamidade, essa e outras regras deixarão de ter validade.

A desoneração dos combustíveis foi anunciada na última quinta-feira por Bolsonaro em uma de suas já tradicionais “lives” (transmissão ao vivo). Foi no mesmo dia em que ele colocou sob ameaça o presidente da Petrobras, Roberto Carlos Branco, cuja demissão foi confirmada na sexta-feira

Preocupado com a possibilidade de uma greve dos caminhoneiros e insatisfeito com a sequência de reajustes da Petrobras, Bolsonaro partiu para o ataque contra a gestão da empresa e também contra o sistema tributário.

Ao reduzir o PIS/Cofins sobre combustíveis, ele pretende colocar pressão sobre os governadores estaduais para que reduzam também o ICMS, reduzindo assim seu ônus político causado pela alta de preços. Nesse sentido, o governo enviou proposta para mudar o sistema estadual de tributação desses produtos e a equipe econômica negocia outras mudanças com os Estados, como a maior periodicidade de pesquisa de preços.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

A ideia desse relógio militar é brilhante!

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

PicPay Rende 210% do CDI

PICPAY

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

por taboola

Conteúdo Publicitário

Equipe econômica quer volta de limite

Se não conseguir modificar PEC, Guedes tentará ser intransigente em relação ao valor do benefício fixado em MP

Por **Fabio Graner** — De Brasília

23/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A equipe econômica vai tentar recolocar no substitutivo da PEC emergencial um limite para os gastos com uma nova rodada do auxílio emergencial. O objetivo é deixar uma trava para tentar conter os ímpetos dos parlamentares em fixar valores mais altos para a retomada do benefício, que o governo quer no máximo em quatro parcelas de R\$ 250.

Na minuta que foi apresentada aos líderes e ao presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), feita pelo relator Márcio Bittar (MDB-AC) junto com a equipe econômica, a autorização para o auxílio emergencial estava limitada a R\$ 30 bilhões. O limite, porém, foi revogado na segunda versão, fechada por Bittar após as reações dos parlamentares ao longo do fim de semana. O senador que relata as PECs que compõem o “novo pacto federativo” desde o ano passado também desidratou seu texto em temas importantes para o governo, como a desindexação de benefícios durante o período de emergência fiscal.

A alegação de Bittar para as mudanças foi a necessidade de viabilizar um acordo. Mesmo assim, a equipe econômica ainda tenta colocar um limite para o auxílio. A visão é que, mesmo que haja um valor maior (a Economia já fala que pode chegar a R\$ 40 bilhões em gastos com o auxílio), é melhor ter um teto do que deixar totalmente aberto.

Se a pasta, porém, não conseguir retomar a limitação, a estratégia será centrar foco no texto da MP, colocando um valor e trabalhando para que o Congresso não a vote, deixando a medida “caducar”, ou seja, perder validade, garantindo seus efeitos apenas no seu período de validade.

Já a retirada de mecanismos de desindexação, outro ponto perdido nas negociações do fim de semana, não era o desejado pelo time de Paulo Guedes, mas o risco de sua saída estava mapeado. Mesmo com a desidratação já feita no relatório mais recente, a equipe econômica ainda está com um discurso de que, no geral, o texto ainda satisfaz.

Uma fonte graduada destacou que há elementos muito importantes a serem comemorados na versão mais recente do relatório: o teto funcionar de forma perene; a possibilidade de acionamento de emergência fiscal para estados e municípios, considerada o ponto alto do texto; a redução de gastos tributários; o comando para o equilíbrio fiscal de longo prazo com a dívida como ancora; e a desvinculação dos mínimos da saúde e educação.

A aprovação da PEC no Senado nesta semana é a grande esperança da equipe econômica para recuperar algum clima positivo depois da confusão que se instalou por conta da intervenção abrupta feita pelo presidente Jair Bolsonaro na Petrobras.

Fontes da pasta reconhecem que o estrago está sendo grande, mas avaliam que é possível minimizar os danos com a continuidade da agenda de ajuste fiscal e de reformas de longo prazo.

Na prática, o que Guedes está tentando fazer é aceitar uma contração fiscal menos acentuada do que ele queria fazer no curto prazo por um ajuste de longo prazo, que dê um horizonte de estabilização e posterior queda da dívida pública. O custo da política de auxílio neste ano, se o Congresso confirmar a proposta, será bem menor do que os R\$ 293 bilhões pagos no ano passado. Por isso, mesmo com a volta desse benefício, ainda é difícil não ver a política fiscal como fator que desestimula a economia neste ano, embora em escala bem menor do que em 2020.

A aprovação dessa nova versão das PECs do pacto federativo é a grande obsessão de Guedes há um bom tempo. O ministro certamente não ficou satisfeito com a truculenta ação de Bolsonaro na estatal, a despeito do silêncio que tem mantido desde sexta-feira, cujos custos ficaram claros nos preços das ações das estatais, mas também no mercado de títulos públicos. Nesse contexto, as medidas de ajuste de longo prazo, que preveem congelamento de salários por mais tempo e o acionamento de outras medidas de ajuste fiscal, ainda que em versão mais branda do que o original da Economia, são vistas como uma tábua de salvação.

A questão agora é saber se o Congresso vai aceitar essa troca. O país ainda não está em ano eleitoral, mas Bolsonaro já está com a mira calibrada para 2022. E, se ele está, certamente todos os demais políticos estão. Nesse contexto, a dúvida é se a classe política topará medidas que deixarão o Estado ainda mais travado por um bom tempo.

As declarações do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) em entrevistas e também em rede social foram positivas para a equipe econômica. Mas ele, apesar do poder da cadeira, é só um entre 513 deputados. É preciso conquistar 3/5 dos deputados e senadores. Se Guedes conseguir emplacar essa medida, talvez o mercado se acalme mesmo. A isca de Guedes é o auxílio emergencial, que ele só aceita pagar depois que as duas Casas aprovarem o relatório de Bittar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Completa rede de hospitais com isenção de carência* e sem taxa de adesão, para o Servidor Público.

QUALICORP

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

Impasse nas negociações atrasa parecer sobre PEC emergencial

Votação em primeiro turno no plenário do Senado está marcada para quinta-feira

Por Raphael Di Cunto, Renan Truffi, Vandson Lima e Marcelo Ribeiro — De Brasília

23/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Bittar: relator da PEC tirou do parecer o congelamento das emendas parlamentares ao Orçamento até 2024 — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Aguardado pela classe política para destravar mais quatro meses de pagamento do auxílio emergencial, o parecer do senador Márcio Bittar (MDB-AC) sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) emergencial foi adiado de novo, desta vez para hoje, diante de impasses nas negociações. Desde o fim do ano, a proposta já vem sendo desidratada para excluir as medidas de ajuste fiscal mais duras e, no fim de semana, ocorreu uma nova rodada de “enxugamento”.

A votação em primeiro turno no plenário do Senado está marcada para quinta-feira e o parecer seria apresentado formalmente ontem, após ser enviado para os partidos para uma análise final, mas questões polêmicas como o fim do piso para gastos com saúde e educação levaram a mais negociações e adiaram o protocolo.

Bittar entregou uma versão à cúpula do Congresso na noite de sexta-feira, cujos detalhes foram antecipados pelo **Valor PRO** no domingo, mas as negociações ao longo do fim de semana levaram a exclusão de mais pontos ainda do projeto. Entre as mudanças está permitir o pagamento do auxílio emergencial sem contrapartidas ou exigência de regras fiscais e sem a limitação, presente até sexta-feira, de que os gastos estariam limitados a R\$ 30 bilhões. A nova versão, que circulava ontem entre os líderes, não estabelecia mais um limite, e o auxílio será pago por meio da abertura de crédito extraordinário.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse ontem que espera que o governo envie uma medida provisória (MP) logo após a aprovação da PEC no Senado, sem aguardar a tramitação na Câmara (que deve levar pelo menos dois meses). “O que vamos defender é que, uma vez aprovado no Senado Federal, já haja por parte do governo uma efetivação do auxílio emergencial, considerando que há uma tendência muito clara da Câmara, diante da importância disso para o país, também aprová-la no tempo que seja adequado.”

O governo e o Congresso abandonaram a ideia de promover corte de despesas para que a nova fase do auxílio emergencial não fosse paga fora do teto de gastos (que proíbe o crescimento das despesas acima da inflação do ano anterior) e retiraram todas as medidas de corte imediato de despesas. Até o fim do ano passado, negociava-se cortar no abono salarial, reduzir em 25% o salário dos servidores públicos (com redução de jornada) e diminuir incentivos fiscais.

Na sexta-feira, o parecer de Bittar já previa apenas medidas de congelamento de gastos, sem nenhum corte imediato de despesas. O presidente da República ficasse desobrigado do reajuste anual do salário mínimo, do seguro-desemprego, salário-família, auxílio-reclusão e aposentadoria dos servidores públicos. Esses aumentos ainda poderiam ocorrer, mas não seriam mais obrigatórios. Na nova versão de ontem, isso tudo foi retirado.

Também saiu do texto, após negociações no fim de semana, o congelamento das emendas parlamentares ao Orçamento até 2024 e a suspensão do aumento do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), aprovado pelo Congresso no ano passado para contrariedade do ministro da Economia, Paulo Guedes. Restou no texto apenas travar o repasse dos fundos regionais em valor nominal.

A medida mais concreta de corte de gastos é a proibição de aumentar o salário dos servidores públicos, a realização de novas contratações e de progressões na carreira por mais dois anos, até 2024, em caso de decretação de calamidade pública - o que permitiria de novo ao governo descumprir as regras fiscais com o argumento de ter margem para combater a covid-19.

O texto abre brecha, contudo, para permitir a criação de cargos e contratação de pessoal, caso as despesas criadas durante a calamidade pública fiquem restritas ao período de duração desse regime. Assim, poderia ocorrer a contratação de policiais federais prometida pelo presidente Jair Bolsonaro, que encontrou Bittar domingo.

Outra redução de despesas, embora não imediata, será nos incentivos tributários. Bolsonaro terá seis meses após a promulgação da PEC para propor ao Congresso um plano de redução, com o corte de deles 10% no primeiro ano. A meta é diminuir esse tipo de gasto pela metade como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), de 4,2% do PIB para 2% em oito anos, o que não necessariamente significa corta-los, mas pode representar apenas um congelamento caso o PIB cresça. Essas medidas terão que ser aprovadas pelo Legislativo.

O relator também desistiu de que o novo estado de calamidade pública seja submetido previamente aos presidentes da Câmara, do Senado, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de um

“Conselho Fiscal da República”. A proposta gerou reações do Judiciário e TCU, que julgarão depois dos gastos feitos.

Hoje quem pede a calamidade pública é o presidente da República, sozinho, e cabe ao Congresso validá-la. Pela PEC, o estado de calamidade pública nacional permitirá instituir um regime extraordinário de pagamentos, que poderá ignorar licitações e fazer contratações “simplificadas”, não precisará apresentar fontes de receita ou corte de despesas ao propor medidas “transitórias” e permitirá descumprir as regras fiscais.

A PEC ainda estabelece a possibilidade de congelamento de salários, contratações e progressão na carreira dos servidores para os três Poderes da União, Estados e municípios quando as despesas correntes estiverem acima de 85% das receitas. Isso tudo, porém, ocorrerá de forma facultativa e terá que passar pelo aval do Legislativo depois. Os “gatilhos” do teto de gastos também serão modificados pela PEC para serem ativados sempre que se perceber, na votação da Lei Orçamentária, que essa regra será descumprida - quando mais de 94% das despesas primárias foram obrigatórias, sem margem para corte.

O texto também prevê a criação de uma lei complementar para estabelecer regras de sustentabilidade da dívida pública e a inclusão de indicadores sobre o controle do endividamento do país anualmente na lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Essa lei complementar estabelecerá “medidas de ajuste, suspensões e vedações” para atingir a sustentabilidade da dívida, assim como projetar sua trajetória, definir regras para apurá-la e estabelecer um “plano de venda de ativos” (privatizações) para reduzi-la.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Acesse showroommercedes-benz.com.br

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

Jovem precisa de políticas públicas para ontem

Jovens e crianças parecem abandonados à própria sorte no país, dizem pesquisadores da FGV

Por Ana Conceição

23/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Os jovens têm sido muito citados nesses últimos meses, em intermináveis relatos sobre aglomerações em festas e bares, que ajudam a espalhar o coronavírus. O que tem chamado pouca atenção é que, quando a pandemia acabar, entre as tragédias produzidas pela maior crise mundial em décadas estarão milhões de jovens pobres com uma lacuna educacional significativa e acesso precário a um mercado de trabalho, que mesmo antes já não era dos mais amigáveis. Enquanto governos federal e regionais ainda se batem sobre questões básicas, que já deveriam ter sido superadas um ano depois de o coronavírus chegar por aqui, falta quem discuta políticas públicas para ajudar essa parcela da população a enfrentar os efeitos deletérios permanentes que serão deixados pela pandemia.

Ajudar jovens pobres a melhorar de vida - e com isso beneficiar toda a sociedade - é antes uma questão de direitos humanos. Mas nunca é demais lembrar que o chamado bônus demográfico - quando o crescimento da população em idade ativa é maior do que o da população total - acabou em 2018 no Brasil. O que implica dizer que a população está envelhecendo. E que, sem a demografia jogando a favor, para haver crescimento econômico sustentável será preciso - entre outras coisas - elevar a escolaridade dos jovens, um dos vetores necessários para aumentar a produtividade da economia.

Jovens e crianças parecem abandonados à própria sorte no país

É medida de longo prazo que o Brasil deveria ter tomado como prioridade há tempos, mas que, apesar de alguns avanços pontuais, tem sido deixada de lado por sucessivos governos. Agora, se tornou ainda mais importante para pensar no desenvolvimento pós-crise.

Alguns números ajudam a entender o drama. Como já é conhecido, a pandemia deixou uma multidão de desempregados pelo país. Resquícios da forte recessão de 2015-2016, a alta taxa de desemprego, o aumento da informalidade e salários deprimidos já eram a tônica do mercado de trabalho brasileiro, mas o quadro se deteriorou, e muito. E se piorou para todos, para os jovens têm sido particularmente devastador, ainda mais porque o aumento do desemprego veio junto com interrupção do acesso à educação. Com as escolas fechadas, o sistema público falhou em oferecer a continuidade do currículo escolar ao longo de 2020. Sem internet, computador, tablet, a exclusão digital agravou o quadro. Segundo pesquisa do Instituto DataSenado, no auge da pandemia, em agosto, dos 56 milhões de alunos do ensino fundamental, médio e superior das redes pública e privada, apenas 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas. Na rede pública, entre os que tinham aula on-line, 26% não possuíam acesso à internet. A chegada de 2021 trouxe junto o recrudescimento da pandemia, dificultando a volta às aulas presenciais. Por mais que as autoridades mantenham as instituições de ensino abertas, o temor de contaminação afasta os estudantes. Vide a ausência recorde nas provas do Enem.

A isso se soma o desemprego. Com uma taxa historicamente mais alta que nas demais faixas etárias, nas crises, os jovens geralmente são os primeiros a perder o trabalho. A taxa de desemprego entre trabalhadores de 18 a 24 anos chegou a inéditos 31,4%, contra 14,6% da população em geral, segundo dados da Pnad Contínua trimestral mais recente, de setembro do ano passado.

Uma eventual volta ao mercado quando houver recuperação da economia pode ser mais difícil. Informações levantadas pelo economista Tiago Cabral, do Instituto IDados, a partir dos microdados da Pnad, mostram que os jovens também têm sido mais afetados pelo desemprego de longo prazo (acima de 12 meses). Na faixa até 24 anos, essa condição afetava 11,5% da força de trabalho no terceiro trimestre do ano passado, ante 4,7% da força de trabalho em geral. E enquanto de 2019 para 2020 o desemprego cresceu de forma mais ou menos homogênea entre as faixas etárias, o

desemprego de longo prazo cresceu a uma taxa três vezes maior entre os jovens. A crise atual, diz Cabral, tende a atrasar a reinserção desse grupo ao mercado de trabalho. Num contexto em que boa parte desses jovens tem dificultado o acesso à escola cria-se uma combinação fatal para o desenvolvimento do chamado capital humano.

Em artigo publicado neste jornal na semana passada, os economistas Renato Fragelli Cardoso e Pedro Cavalcanti Ferreira, da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE), da Fundação Getulio Vargas (FGV), chamaram atenção para os impactos duradouros dessa crise na vida de jovens de baixa renda. Se antes da pandemia muitos deles nem sequer terminavam o ensino médio (35% dos brasileiros de até 19 anos não tinham concluído essa fase em 2019, segundo o Todos pela Educação), agora o abandono escolar pode ser maior. Para eles, haverá uma geração permanentemente menos educada que a anterior uma vez que, após um ano ou dois fora da escola, esses jovens dificilmente voltarão a estudar. Sem políticas públicas à vista, jovens e crianças parecem ter sido abandonados à própria sorte, afirmam. O que implica dizer que ficarão presos a empregos e ocupações de baixa remuneração. No futuro, a pobreza será maior.

Em artigo publicado no Blog do Ibre, Fernando Veloso, também professor da EPGE-FGV, acrescenta outro ingrediente a esse cardápio de problemas: as novas tecnologias de automação e inteligência artificial, que prometem mudanças profundas no mercado de trabalho. Numa reflexão a partir de discussões dos economistas Dani Rodrik e Daren Acemoglu sobre o papel do Estado na geração de bons empregos, Veloso diz que embora não esteja claro que essas tecnologias promovam um aumento no desemprego, há evidências que favorecem trabalhadores com maior escolaridade. O que é particularmente desafiador para o Brasil, que tem grande massa de trabalhadores pouco qualificados e elevada regulação no mercado de trabalho. A reflexão de Veloso tem mais elementos, mas vale como alerta do que deveria estar na lista de prioridades dos governos.

Por fim, o termo “guerra” e seus derivados (linha de frente, hospitais de campanha, inimigo) têm sido muito usados na tentativa de dimensionar os impactos de um evento tão devastador para o mundo como a pandemia de covid-19. Embora historiadores relativizem esses termos, os números mostram pode ser, sim,

necessária uma operação de guerra, emergencial, mas também de longo prazo, para resgatar os jovens pobres de um destino melhor do que o que parece reservado a eles no país.

Ana Conceição é repórter.

E-mail: ana.conceicao@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Acesse showroommercedes-benz.com.br

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

PicPay Rende 210% do CDI

PICPAY

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Com troca na Petrobras e desoneração de combustíveis, Bolsonaro afasta mais governo da linha de Guedes

VALOR INVESTE

Pacheco sugere ‘mínimos unificados’ para saúde e educação

Depois de Arthur Lira, presidente do Senado diz ser ‘simpático’ à ideia, mas propõe alternativa

Por Vandson Lima, Renan Truffi, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

23/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Pacheco: “A desvinculação [...], preservando investimentos, pode ser um caminho de meio termo interessante” — Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), condicionou a mudança na regra que institui valores mínimos a serem aplicados em educação e saúde por União, Estados e municípios - que integra a chamada PEC emergencial - à definição de um patamar mínimo de gastos com essas duas áreas, ficando a cargo dos gestores definir o montante para cada uma delas.

“Tenho muito cuidado de expor minhas percepções, considerando que sou o presidente do Senado. Em relação à desvinculação, posso dizer a você que sou simpático à ideia de termos um orçamento que possa permitir ao gestor público, dentro de mínimos unificados de educação e saúde, destinar para educação e saúde a depender da necessidade do ente federado”, apontou Pacheco. “A desvinculação a partir desses critérios, preservando investimentos, pode ser um caminho de meio termo interessante para o Brasil, permitindo uma flexibilização dos gastos”.

A desvinculação ganhou força entre os cabeças do Congresso após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) afirmar em entrevista a “O Globo” que uma de suas prioridades é aprovar medidas que garantam aos parlamentares o controle do Orçamento federal, acabando com a vinculação de verbas para qualquer área.

Relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê gatilhos para contenção de despesas - a PEC emergencial, cuja votação no Senado está marcada para quinta-feira-, o senador Márcio Bittar (MDB-AC) resolveu então retomar em seu parecer a desvinculação de gastos com saúde e educação.

Hoje, o piso constitucional para educação é de 25% da receita para Estados e municípios. No caso da saúde, é de 12% para Estados e 15% para prefeituras. No Orçamento federal, os índices são de 18% e 15%, respectivamente.

Bittar confirmou que optou por revogar os gastos mínimos obrigatórios com saúde e educação, uma proposta que ele sempre defendeu, mas que até o ano passado

encontrava forte resistência, porque percebeu que há um apoio maior à medida no Congresso. “Isso [desvinculação de gastos obrigatórios] devolve poder aos Estados e municípios para legislarem sobre sua própria receita. Vincular não resolveu nada”, avaliou. “Resolvi manter [a proposta] quando percebi um grau de apoio maior do que eu imaginava”, comentou. A PEC emergencial tem votação marcada para esta quinta-feira.

Parlamentares de bancadas da saúde e da educação, contudo, prometem resistir. Eles vão atuar conjuntamente para tentar derrubar a proposta na PEC emergencial. A expectativa é que integrantes das duas bancadas se reúnam hoje.

Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, a deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) vê com preocupação o fato de ser abrir um debate dessa natureza quando é preciso mais recursos para a área da Saúde, tanto nos Estados e municípios como no Ministério da Saúde. A avaliação dela é que o assunto deve repercutir não apenas entre as bancadas e no plenário, mas também nas comissões temáticas, que reabrirão nesta semana.

Coordenadora da Frente Parlamentar Mista da Educação, Professora Dorinha Rezende (DEM-TO) disse que trabalhará contra a aprovação do trecho. Em sua avaliação, há poucas chances de a proposta avançar, já que o Senado aprovou a PEC do Fundeb com 79 dos 81 votos.

O senador Flávio Arns (Podemos-PR) avaliou que a proposta de revogação dos mínimos constitucionais “liquida” com o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), aprovado no ano passado pelo Congresso Nacional.

“A PEC emergencial, no seu art. 4º, inciso IV, liquida com o Fundeb, ou seja, com a educação básica, que é tudo o que o Brasil precisa. É uma proposta escandalosa e que desfaz a grande conquista que obtivemos no ano passado”, disse Arns, que foi um dos relatores da proposta. Criado em 2007, o Fundeb é uma das principais fontes de financiamento da educação no país.

Oposição e parte das legendas de centro rechaçam a desvinculação. Um senador próximo ao governo disse ao **Valor** que espera que Bittar não oficialize essa

proposta em seu parecer final, a ser apresentado hoje.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

Compre Van de passageiros Sprinter em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

PicPay Rende 210% do CDI

PICPAY

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Com troca na Petrobras e desoneração de combustíveis, Bolsonaro afasta mais governo da linha de Guedes

VALOR INVESTE

Surto de covid-19 em Wuhan pode ter sido antes e maior, diz OMS

VALOR INVESTE

IRB terá novo presidente do conselho ou novo presidente até fim de março

Pressão de Bolsonaro testa regra que protege preços da Petrobras

Troca de comando, em meio a críticas do presidente Jair Bolsonaro à política de preços, será o grande teste a curto prazo para a governança, que protege a petroleira de prejuízos

Por André Ramalho, Juliana Schincariol e Rodrigo Carro — Do Rio

23/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A troca de comando da Petrobras, em meio à pressão do presidente Jair Bolsonaro por mudanças na política de preços da estatal, será o grande teste a curto prazo para a governança que protege a petroleira de prejuízos com eventuais subsídios nos combustíveis. No mercado, o futuro da prática de preços é um dos fatores de maior incerteza sobre a nova gestão da empresa. A dúvida é se os mecanismos de proteção previstos na Lei das Estatais e no estatuto da petroleira serão suficientes para conter possíveis interferências.

Pelo estatuto da Petrobras, a companhia pode ser usada para praticar subsídios, desde que ressarcida por isso. O documento diz que a empresa pode ser orientada pela União “de modo a contribuir para o interesse público” - com subsídios nos combustíveis, por exemplo. Nesses casos, porém, o Tesouro deverá compensar a petroleira pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional (ou retorno econômico) da obrigação assumida.

Estatuto da estatal permite a companhia praticar subsídios, desde que seja ressarcida pelos prejuízos com a medida

Já a Lei das Estatais - criada em 2016 na sequência dos episódios de corrupção na petroleira - prevê que quaisquer obrigações e responsabilidades que uma empresa de economia mista assuma “em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado em que atua” deverão estar claramente definidas em lei ou regulamento. Além disso, custos com essas obrigações devem ser divulgados de forma transparente. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu um processo administrativo, para apurar os acontecimentos recentes envolvendo a troca de comando da Petrobras. A Lei das Estatais visa a blindar o conselho de administração de qualquer tipo de interferência do governo.

Ontem, Bolsonaro recorreu à Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê a suspensão de metas fiscais em casos de calamidade pública, ao defender que a estatal deve “olhar para outros objetivos” num estado de calamidade. O temor é que a governança seja flexibilizada sob o pretexto da crise desencadeada pela pandemia de covid-19.

“O que o Bolsonaro sugere é que, em determinadas circunstâncias, a Petrobras não precisa atender às leis vigentes. É um discurso de antecipação que sugere controle de preços”, diz o sócio da consultoria Leggio, Marcus D’Elia.

Segundo membros do conselho da Petrobras, o colegiado está atento à política de preços. Ainda não está claro se haverá, de fato, mudanças na política de preços da estatal, que prevê reajustes sem periodicidade definida e alinhados ao mercado internacional. Em meio à ameaça de greve dos caminhoneiros, Bolsonaro tem feito críticas aos reajustes. Após ser indicado para comandar a petroleira, o general da reserva Joaquim Silva e Luna negou que Bolsonaro tenha pedido mudanças na precificação, mas disse que a estatal precisa enxergar as “questões sociais”.

Esta não é a primeira vez que a pressão dos caminhoneiros coloca em xeque a liberdade de precificação da estatal. Em 2018, a Petrobras não resistiu à greve da categoria e acabou com os reajustes quase diários, mas conseguiu conter os prejuízos pelo controle dos preços. Na ocasião, o governo Michel Temer anunciou um programa de subvenção ao diesel, por seis meses. O Tesouro desembolsou, ao todo, R\$ 6,8 bilhões para ressarcir a Petrobras e demais agentes por venderem o derivado R\$ 0,30 o litro mais barato que o preço de referência - fixado com base no preço de paridade de importação.

Para o pesquisador do Instituto de Energia da PUC-Rio, Edmar Almeida, a experiência deixou uma lição: controlar preços não é suficiente para conter a crise dos caminhoneiros. “Qualquer solução que não seja seguir preços internacionais tem um custo insustentável”.

O controle de preços pode ser feito de diferentes formas, via Petrobras ou via renúncia fiscal ou via fundo de estabilização para conter grandes volatilidades. O alcance das medidas fiscais, no entanto, é baixo, já que os tributos federais respondem por 9% do preço final do diesel - a Petrobras representa 49%. Daí a tentação de todo governo de recorrer à estatal em casos de pressão social. “Mas ninguém vai transportar mais carga porque o diesel está mais barato. Trata-se de uma questão de oferta e demanda [de caminhões]”, defende D’Elia. Além disso, intervenções afastam investidores, perpetuando o monopólio no refino.

O sócio-executivo da consultoria GO Associados, Gesner Oliveira, acredita que não há espaço para uma guinada populista em relação aos combustíveis, porque não há “espaço fiscal”. Segundo o ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), porém, é possível conciliar o alinhamento da Petrobras aos preços internacionais com mecanismos como alíquotas flexíveis de imposto ou fundo de estabilização. “Se o petróleo está caro no mundo, ele não pode estar barato no Brasil. É um fato da realidade”, disse, ao concordar com o alinhamento da estatal aos preços externos.

A discussão sobre os preços da Petrobras passa por um debate mais amplo sobre a função social da companhia. Empresas de economia mista vivem uma dicotomia entre a função social e lucratividade. O advogado Marcelo Guimarães, da consultoria Swot Global, defende que as companhias devem buscar antes o lucro. “A função social se daria na maximização dos dividendos”, disse.

A Constituição estabelece a função social das empresas públicas. E a Lei das SA prevê que o controlador tem “deveres e responsabilidades”, mas poderá orientar a sociedade de economia mista “de modo a atender ao interesse público que justificou a sua criação”. “A grande questão é limitar qual é a finalidade pública de cada estatal”, diz Mayara Tonin, do escritório Justen, Pereira, Oliveira & Talamin.

Projeto vai permitir aquisição de vacinas por Estados e empresas

Depois de reunião com Pazuello, presidente do Semado anuncia criação de nova regra que permitirá que Estados, municípios e empresas comprem vacinas

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

23/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse ontem que o Congresso vai elaborar um projeto que autorize não apenas a União, mas também Estados, municípios e a iniciativa privada a assumir riscos na compra de vacinas contra a covid-19. A proposta seria uma forma de viabilizar um acordo com os laboratórios responsáveis pelos imunizantes da Pfizer e da Janssen, que pertence à Johnson & Johnson. A afirmação foi feita após reunião entre Pacheco e o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

“Identificamos um caminho inteligente, que eu considero seguro, que é de uma alternativa legislativa. Um projeto que será concebido, eu acredito, ainda hoje no âmbito do Senado Federal para que encontremos um caminho que autorize a União, mas também Estados e municípios a assumirem os riscos das compras das vacinas”, explicou o senador.

Segundo ele, o projeto pode constituir “garantias, cauções e seguros” para a aquisição da vacina. “Uma ideia que surgiu aqui nessa conversa que é a possibilidade de termos a participação da iniciativa privada. Há inúmeros segmentos da iniciativa privada dispostos a auxiliar na aquisição dessas vacinas e contribuir para o país”, disse Pacheco, acrescentando que a participação de empresas não afetaria o Sistema Único de Saúde (SUS) ou o Programa Nacional de Imunizações (PNI).

“É óbvio que nós vamos construir uma forma que seja uma forma que preserve o PNI, que preserve o Sistema Único de Saúde em razão da universalidade, que obedeça às prioridades do Brasil para que não haja sacrifício a essas prioridades. É uma forma de nós construirmos e vamos fazer isso agora”, afirmou.

O projeto, disse ele, poderia facilitar acordo com a Pfizer e a Janssen, de modo que as vacinas dessas empresas fossem liberadas em abril. “Os laboratórios não me entregaram, pelo menos para o Congresso Nacional, o cronograma de vacinas. Talvez tenham entregue para o Ministro da Saúde, mas de qualquer forma a entrega seria já para abril em diante. Essa é a nossa expectativa, é o tempo que a gente precisa de entrega que sejam aumentadas gradativamente.”

No domingo, o ministério divulgou uma nota afirmando que havia pedido apoio do Palácio do Planalto para destravar as negociações com a Pfizer e a Janssen. O ministério disse que as conversas “se encontram emperradas por falta de flexibilidade das empresas”.

Ontem, a Pfizer reagiu dizendo que não pode comentar negociações com o governo, mas que as cláusulas estão em linha com as de contratos fechados com outros países. A Janssen disse manter diálogo frequente com o ministério e com a Anvisa com vistas a um futuro acordo de venda de sua candidata a vacina. E também afirmou que os termos contratuais seguem requisitos que estão negociados com outros países.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência*, para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

Acesse showroommercedes-benz.com.br

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

Salto vê dificuldade em modelo para estender auxílio

Diretor-executivo da IFI critica falta de transparência do governo e afirma que aumento da percepção de risco afeta o cenário macroeconômico

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

23/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





Felipe Salto: aumento da percepção de risco afeta cenário macroeconômico — Foto: Dênio Simões/Valor

O plano de prorrogar o auxílio emergencial exigindo em contrapartida medidas que permitam a adoção de programas de ajuste fiscal por União, Estados e municípios é muito difícil para ser implementado em pouco tempo. Esta foi a avaliação feita pelo diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, ao divulgar novo relatório sobre as contas públicas.

Ele criticou a falta de transparência do governo e afirmou que o aumento da percepção de risco, como se viu ontem em relação às empresas estatais, afeta o cenário macroeconômico e tem implicações na política fiscal.

A IFI calcula que o custo da prorrogação do auxílio emergencial ficará em R\$ 32,4 bilhões, na hipótese que serão quatro parcelas de R\$ 250 pagas a 45 milhões de beneficiários. Em um outro cenário, o gasto pode chegar a R\$ 58,7 bilhões, com seis parcelas em vez de quatro, para 50 milhões de famílias.

Já a parte da PEC que trata de cortes de despesas, como o dispositivo que elimina os gastos mínimos com saúde e educação, exige debate mais profundo, disse Salto. Ele comentou que “jabuti não sobe em árvore” e, se essas regras estão na Constituição, é preciso entender por que foram colocadas lá. São questões que demandam um debate profundo, disse.

Ao comentar a minuta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial que circulava ontem, ele ressaltou que a prorrogação do auxílio emergencial será feita por meio de crédito extraordinário. O texto deixa claro que a despesa ocorrerá fora da regra do teto, da meta de resultado primário e da “regra de ouro”. O que não quer dizer que o gasto extra não terá impacto nas despesas e na dívida. Não é a situação ideal, disse, mas é o possível dentro do quadro emergencial que se apresenta.

E o quadro fiscal continua intrincado, frisou, mesmo com uma revisão para cima, de 2,8% para 3%, da projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e seu reflexo na arrecadação. O risco de rompimento do teto de gastos foi revisto de alto para moderado e a perspectiva é de cumprimento da meta de resultado primário. Mas isso só é possível porque o auxílio emergencial ficará fora das duas regras, disse.

As projeções da IFI apontam para receitas totais de R\$ 1,636 trilhão em 2021, um valor superior à estimativa do governo. O dado que consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), disse Salto, é R\$ 1,595 trilhão. “Provavelmente, o governo fará a revisão das receitas”, comentou.

A diferença, da ordem de R\$ 40 bilhões, é explicada em grande parte pelo atraso no pagamento de impostos e contribuições diferidos em 2020. Cerca de R\$ 18,8 bilhões que deveriam ter sido recolhidos em 2020 ingressarão nos cofres públicos neste ano. A folga existe também, calcula a IFI, devido à inflação mais alta (de 3,1% em novembro para 3,6%) e da uma projeção menos ruim para o PIB.

Essa folga poderia ser utilizada, por exemplo, para compensar a renúncia da ordem de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões com a redução a zero do PIS/Cofins sobre o diesel, comentou. No entanto, o governo ainda não anunciou a forma de compensação da perda tributária. Da mesma forma, disse, há margem para cortar despesas previstas no Orçamento de 2021 e minimizar o impacto da prorrogação do auxílio. No entanto, decisões políticas de conter essas despesas não foram tomadas.

No relatório divulgado ontem, a projeção para as receitas líquidas passou de R\$ 1,311 trilhão para R\$ 1,333 trilhão. As despesas, por sua vez, deverão ficar em R\$ 1,580 trilhão, R\$ 51 bilhões acima do projetado no relatório anterior, de novembro. A

projeção para o déficit primário ficou em R\$ 247,1 bilhão, igual à meta do governo. Pelas contas da IFI, o saldo só voltará a ser positivo em 2030.

No cenário-base, o resultado primário está estimado em -2,92% do PIB, e o resultado nominal, em -7,29% do PIB.

Para 2021, a dívida bruta do governo geral está projetada em 92,7% do PIB no cenário básico, 91% no cenário otimista e 94,1% no cenário pessimista.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Novo cartão de crédito atinge marca de 1 milhão de pedidos. Peça o seu!

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Rendimento de 210% do CDI

PICPAY

LINK PATROCINADO

Método eficaz para a calosidade e ressecamento nos pés viraliza em Salvador

FOOTCARE

LINK PATROCINADO

Alarmes Verisure N°1 | Proteção 24h

ALARME VERISURE N°1 DO BRASIL

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Com troca na Petrobras e desoneração de combustíveis, Bolsonaro afasta mais governo da linha de Guedes

Volta do auxílio não melhora cenário para PIB deste ano

Para Ibre/FGV, prorrogação do benefício não evita fraqueza da atividade no primeiro semestre

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

23/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



A volta do auxílio emergencial em valor e duração menores deve atenuar a desaceleração da atividade na primeira metade do ano, mas é insuficiente para melhorar o cenário para 2021, na avaliação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). A entidade passou a esperar nova rodada de políticas governamentais de compensação de renda, mas manteve a estimativa de crescimento de 3,6% para o Produto Interno Bruto (PIB) na média do ano.

Na edição de fevereiro do Boletim Macro, antecipada ao **Valor**, o instituto afirma que a heterogeneidade entre países, semestres e setores será um traço forte da evolução da economia mundial em 2021. Enquanto nações asiáticas, que sofreram menos com a pandemia, e os EUA e Reino Unido, mais avançados no processo de vacinação, devem puxar o crescimento do PIB global, emergentes latino-americanos devem seguir com desempenho relativamente fraco.

Para a equipe de conjuntura do Ibre/FGV, os países emergentes só devem atingir o atual nível de vacinação dos Estados Unidos, em que cerca de 17% da população já recebeu ao menos a primeira dose, em meados do segundo semestre deste ano.

“Isso, claro, aumenta os riscos associados às novas variantes do coronavírus e, portanto, a incerteza sobre o ritmo da recuperação e a saúde fiscal nesses países”, alertam Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada do Ibre/FGV, e Silvia Matos, coordenadora técnica do boletim, na abertura do documento.

No Brasil, apontam Castelar e Silvia, o ritmo de imunização da população está muito lento: até a terceira semana deste mês, em torno de 6 milhões de doses de vacinas haviam sido aplicadas no país, o que equivale a apenas 2,8% da população. Enquanto isso, a pandemia não dá sinais de melhora. Há uma queda consistente no número de novos casos, mas o número diário de mortes se estabilizou em patamar elevado, ponderam os economistas, um pouco acima de mil mortes na média móvel de sete dias.

“Permanece, portanto, a avaliação de que o crescimento ao longo de 2021 deve ficar concentrado no segundo semestre, ainda que as novas políticas de compensação de renda, se oficialmente aprovadas, ajudem a mitigar a desaceleração da atividade econômica na primeira metade do ano”, comentam Silvia e a pesquisadora Luana Miranda na seção de atividade do boletim.

O cenário-base do Ibre/FGV para 2021 passou a contar com prorrogação do auxílio emergencial, que teria início em março e se estenderia por todo segundo trimestre, no total de R\$ 30 bilhões. Além disso, a entidade incluiu em suas estimativas cerca de R\$ 50 bilhões em antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas para abril e maio.

“Ainda que a aprovação dessas medidas ocorra, a massa ampliada de rendimentos deve registrar queda ao longo deste ano quando comparada a 2020, pois o volume de recursos liberados em 2021 será muito menor do que o que foi liberado no ano passado”, observam Silvia e Luana, para quem as transferências de renda devem apenas diminuir a retração do PIB a ser observada no segundo trimestre.

De janeiro a março, o Ibre/FGV estima que o PIB vai cair 0,4% em relação aos três meses anteriores, feitos os ajustes sazonais. Já para o segundo trimestre, por ora, a expectativa é de recuo de 0,5%. Mesmo com duas retrações seguidas do PIB na comparação trimestral, ainda é cedo para falar em recessão técnica no primeiro semestre, porque os números podem mudar após revisão do IBGE, ressalta Silvia.

Mesmo assim, a percepção é que a recuperação está condicionada ao processo de vacinação e, por isso, a primeira metade do ano será muito fraca em termos de atividade. “Vamos passar alguns meses com possibilidade de piora da pandemia, e a economia acaba sofrendo mais, com menos renda, menos emprego e menos circulação de pessoas. Nesse quadro, as atividades vão demorar mais para se normalizar”, diz a coordenadora do boletim.

Apesar da perda de fôlego da atividade no começo do ano, o balanço de riscos para a inflação piorou na visão do Ibre/FGV. Na seção sobre preços do documento, o pesquisador André Braz aponta que as cotações de commodities importantes para a atividade produtiva não param de subir, o que vem sustentando um maior espalhamento dos reajustes ao consumidor.

“Inicialmente se imaginava que esses aumentos ficariam mais concentrados em 2020, havendo pouco espaço para novas acelerações em 2021. No entanto, o gradual aquecimento da economia mundial vem sustentando novos aumentos em dólar de commodities agrícolas e industriais”, destaca Braz, que estima alta de 3,75% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) este ano.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Governo reduz taxas de importação de 25 produtos

Decisão foi tomada pelo Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex)

Opinião do GLOBO

Proposta de Lira para o Orçamento não se sustenta

Embora o tema seja essencial, é inviável a desvinculação total que o presidente da Câmara defende

Em entrevista ao GLOBO, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), elencou entre suas prioridades a desvinculação das receitas engessadas no Orçamento, tema fundamental. O princípio que ele defende é correto. Como disse o próprio Lira, as democracias mais sólidas são aquelas em que o Legislativo mantém controle sobre o que é gasto e onde é gasto. Nosso Congresso, não é novidade, se tornou um mero carimbador de verbas, com quase todo o Orçamento já predefinido pela legislação.

Mas a desvinculação orçamentária ampla de que tanto se fala também não passa de ilusão. Os gastos obrigatórios com salários do funcionalismo, Previdência e assistência social não poderiam ser “desvinculados” sem uma alteração profunda dos direitos gravados na Constituição. A proposta encaminhada no texto da PEC Emergencial, que permite o remanejamento de gastos em saúde e educação em estados e municípios sem compromisso com o piso mínimo, deverá ter pouco efeito.

Sem uma reforma administrativa robusta e outras alterações constitucionais, pelo menos 90% do Orçamento

continuam carimbados nas rubricas obrigatórias, incluindo aí custos ligados ao funcionalismo na Saúde e na Educação (a lei destina 15% da receita líquida da União à primeira, 18% à segunda). Maior item das despesas públicas primárias depois da Previdência, a folha dos servidores é blindada contra cortes pela estabilidade dos funcionários e ainda cresce vegetativamente pelas promoções automáticas por tempo de serviço e outras benesses.

Ainda há pagamentos de sentenças judiciais, subsídios, transferências a estados e municípios e benefícios como seguro-desemprego, abono salarial e Bolsa Família. Diversas dessas verbas também não poderiam ser simplesmente “desvinculadas” sem estudos sérios a respeito do impacto nas respectivas áreas. A saúde pública custa algo como 4% do PIB. Falar em melhorar a gestão sem apontar exatamente os ralos por onde o dinheiro escoar pode resultar em cortes irresponsáveis no meio de uma pandemia.

O mesmo vale para a Educação. Os recursos são redistribuídos no ensino básico pelo Fundeb. Por reunir num único programa receitas tributárias de União, estados e municípios, é uma so-

lução engenhosa para que recursos de entes federativos ricos sejam “desvinculados” para ajudar cidades e estados mais pobres. Uma maneira de distribuir melhor o dinheiro público dentro de um setor estratégico.

A superficialidade da proposta de Lira corresponde a outra estratégia, bem comum no Brasil: tentar empurrar problemas com a barriga. Chega a ser simplório simplesmente dizer platitudes como “quero 40% do Orçamento para Educação, então a população vai votar em deputados que defendam a Educação”. Significaria deixar o Orçamento à mercê dos esquemas político-eleitorais e dos lobbies.

O primeiro passo para o Legislativo retomar o controle do Orçamento é um conjunto de reformas, entre elas a administrativa, que não poupe funcionários da ativa e imponha ao setor público critérios de gestão que façam sentido na realidade brasileira, em vez da profusão de mamatas e privilégios que continuam em vigor. Também não pode faltar a avaliação da qualidade das despesas. Só assim os gastos obrigatórios cairiam como proporção do Orçamento, e o Congresso poderia arbitrar sobre uma fatia maior, como deseja.

PETROBRAS PERDE R\$ 98 BI

Junto com BB e Eletrobras, tombo de estatais soma R\$ 111,7 bi em 2 dias

JOÃO SORIMAN NETO
para o *o* globo
economia e mercado

LADEIRA ABAIXO

Fantasma de ingerência política faz Petrobras, BB e Eletrobras perderem R\$ 111,7 bi em valor de mercado em dois dias; só ontem, o tombo foi de R\$ 85 bi

A Petrobras perdeu ontem R\$ 70 bilhões em valor de mercado, devido ao tombo de mais de 20% em suas ações, reflexo do anúncio da troca no comando da estatal, com a indicação do general Joaquim Silva e Luna no lugar de Roberto Castello Branco feita pelo presidente Jair Bolsonaro na sexta-feira após o fechamento dos mercados. Em dois dias, desde que Bolsonaro se queixou da alta dos combustíveis em transmissão nas redes sociais na quinta-feira de noite, a petrolífera viu seu valor encolher R\$ 98 bilhões.

Como o presidente afirmou que faria mudanças em outras estatais, cresceu o temor de ingerência política. Em dois pregões, o Banco do Brasil perdeu R\$ 12,6 bilhões e a Eletrobras, R\$ 900 milhões. As três empresas tiveram desvalorização de R\$ 111,7 bilhões em dois dias. Somente ontem o tombo foi de R\$ 85 bilhões.

— A Petrobras está perdendo cerca de R\$ 100 bilhões em valor de mercado em apenas dois dias. É brutal. E não se sabe o que vai acontecer — diz Alvaro Bandeira, economista-chefe do banco Modalmais.

“NADA A VER COM PETRÓLEO”
Will Castro Alves, estrategista-chefe da Avenue Securities, em Miami, lembra que o derretimento das ações da Petrobras ocorre em um momento de alta do setor.

— Parece até que a Petrobras vende carnos, produz outra coisa que não tem nada a ver com o petróleo — afirma Alves. — O país produz mais petróleo pesado e precisa importar o óleo leve, e temos in-



Percepção de risco* do Brasil cresce

*Medida pelo credit default swap (CDS), espécie de seguro contra eventual calote

19/02: 163 pontos
22/02: 186 pontos

Fonte: Economática, Valor Pro, Luciano Rostagno, estrategista-chefe do banco Mizuho

Ibovespa desaba de 119 mil pontos para 112 mil em dois pregões

18/02: 119.198
19/02: 118.430
22/02: 112.668

Desvalorização de 5,7%

Editoria de Arte

capacidade de refino. A gente passa a ideia de que “O petróleo é nosso”, mas ele é tão falso quanto o coelhinho da Páscoa ou o Papai Noel.

O especialista aponta ainda que muitos estrangeiros estão classificando os papéis brasileiros como um “não investimento”.

— Não se trata de fluxo de caixa, de preço de petróleo, ou de variáveis que eu entendo e consigo modelar. Eu não consigo modelar a fala de um presidente, então eu, como investidor, decido pular fora.

Júlia Monteiro, analista da plataforma de investimentos MyCap, ligada à corretora inglesa TPICap, projeta queda de 30% no valor da Petrobras por causa da troca de comando da estatal. Ela observa que a mudança pode atrapalhar o plano de negócios da companhia, o que significa atraso na venda

de refinarias.

As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras desabaram ontem 20,48%, enquanto as preferenciais (sem voto) sofreram um tombo de 21,51% — segundo dados da Economática, a maior perda desde 9 de março de 2020, quando o mundo começava a se assustar com a pandemia.

Os papéis da Petrobras foram a maior queda do Ibovespa, índice de referência do mercado brasileiro, que encerrou ontem em queda de 4,87% aos 112.668 pontos.

Já o dólar comercial fechou em alta de 1,26%, a R\$ 5,45. Na máxima, bateu R\$ 5,53. Logo depois o Banco Central anunciou um leilão de US\$ 1 bilhão. — Por aqui, são os fatos domésticos que pesam. A forma como a troca do presidente da Petrobras foi feita traz

incerteza, aumenta o risco-país e atrasa a retomada da economia — diz Luciano Rostagno, estrategista-chefe do banco Mizuho no Brasil.

SETOR ELÉTRICO

Na B3, as ações ON da Eletrobras fecharam em queda de 0,69%, depois de caírem quase 10% pela manhã. No fim de semana, Bolsonaro disse que iria “enfiar o dedo no setor elétrico”, a fim de reduzir as tarifas.

Mas, segundo integrantes do governo, uma das possibilidades levantadas para o setor elétrico já estava prevista desde 2018. A ideia é transferir parte da arrecadação com a privatização da Eletrobras para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um superfundado que reúne os subsídios do setor elétrico — o restante da arrecadação de-

veir para o Tesouro. Esse fundo hoje é composto por recursos das contas de luz. Ao injetar dinheiro na CDE, reduz-se o peso sobre a tarifa.

Já os papéis ON do Banco do Brasil (BB) perderam 11,65%. Como Bolsonaro já havia mostrado insatisfação com o presidente do BB, André Brandão, depois de este anunciar o fechamento de agências, houve temor de uma troca também no comando do banco-estatal. Pela manhã, o risco-país, medido pelo credit default swap (CDS), espécie de seguro contra um possível calote, saltou de 163 para 186 pontos. É o maior patamar desde 6 de novembro do ano passado.

— Essa subida causa um aperto nas condições financeiras. As taxas de juros mais altas sobem, a confiança dos investidores cai, e as empresas ficam propensas a investir me-

nos — diz Rostagno.

As taxas dos juros futuros dos Depósitos Interfinanceiros (DI) encerraram em alta. Aquelas para janeiro de 2022 subiram de 3,44%, na sexta-feira, para 3,51%, enquanto as do DI para janeiro de 2027 saltaram de 7,37% para 7,58%.

O tombo de ontem assustou quem tem FGTS-Petrobras. Mas este já não vinha dando bom retorno. Segundo cálculos da Economática, nos últimos 12 meses, seu retorno médio era de -7%, enquanto o FGTS (considerando o rendimento de 3%, sem contar TR e distribuição de lucros) teve ganho de 3,12%. Especialistas ressaltam, porém, que a tendência da inflação é subir, o que deve corroer o rendimento de 3% do FGTS. (Colaboraram Henrique Gomes Batista, Manoel Ventura e Patrícia Valle)

Bolsonaro: 'Petróleo é nosso ou de pequeno grupo?'

Presidente cobra explicações sobre preços de combustíveis, diz que mercado só está interessado em atender interesses de alguns segmentos. Justiça dá 72 horas para mandatário explicar troca no comando da Petrobras

DANIEL GULLINO, RENNAN SETTE
E GLAUCIE CAVALCANTI
reacão@oglobo.com.br
BRASIL

Após indicar um novo presidente da Petrobras, o presidente Jair Bolsonaro repetiu ontem que não pretende alterar a política de preços, mas afirmou que "tem coisa que tem que ser explicada" sobre os reajustes. Em conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada, indagou se o petróleo "é nosso ou de um pequeno grupo", em uma referência à frase famosa dita por Getúlio Vargas, que se tornou mote da campanha que resultou na criação da Petrobras. Em 2016, ela foi usada por parlamentares do PT em um debate no Congresso sobre o projeto de lei que desobrigava a Petrobras de atuar em todos os consórcios do pré-sal.

Em conversa com apoiadores, Bolsonaro disse ontem que as reações à indicação do general Joaquim Silva e Luna para o comando da estatal indicam que parte do mercado apoia uma política que só atenderia a "alguns grupos".

— Sinal que alguns do mercado financeiro estão muito felizes com a política que só tem um viés na Petrobras: atender aos interesses próprios de alguns grupos do Brasil. Nada mais além disso — disse, acrescentando depois: — O petróleo é nosso ou é de um pequeno grupo no Brasil?

O presidente afirmou que quer "números concretos" da empresa, inclusive sobre o salário do presidente, e disse não conseguir entender um reajuste de 15% no diesel com intervalo de duas semanas.

— Tem coisa que tem que



"Sinal que alguns do mercado financeiro estão muito felizes com a política que só tem um viés na Petrobras: atender aos interesses próprios de alguns grupos do Brasil"

Jair Bolsonaro, presidente

ser explicada. Eu não peço, eu exijo transparência de quem é subordinado meu. A Petrobras não é diferente disso aí — afirmou.

A política de preços da Petrobras repassa para o valor cobrado na refinaria a variação nas cotações do dólar e do petróleo, que subiu impulsionado por uma onda

de frio nas EUA.

Apesar do pedido de explicações, a política de preços da empresa é protegida tanto pelo Conselho de Administração quanto pelo estatuto social da companhia. Uma mudança realizada ainda na gestão de Pedro Parente, no governo do então presidente Michel Temer, prevê que, se a companhia registrar perdas financeiras por interferências políticas, ela precisa ser indenizada no mesmo ano.

A forma como o presidente anunciou a troca no comando da empresa motivou um pedido de explicações da Justiça de Minas Gerais. O juiz da 7ª Vara da Justiça Federal da 1ª Região, André Prado de Vasconcelos, determinou que Bolsonaro, a União e a Petrobras expliquem em 72 horas o processo que levou ao anúncio de troca. O pe-

didado de liminar que resultou na decisão da Justiça argumenta que o governo teria desrespeitado a Lei das Estatais.

'MERCADO É REBANHO'

Bolsonaro voltou a criticar ontem o fato de o presidente da Petrobras trabalhar em regime de home office e perguntou a apoiadores se eles sabiam o salário do executivo. Uma pessoa respondeu que seria de R\$ 50 mil e ele retrucou:

— É mais do que isso por semana. Tem coisa que não está certo. Não quero que ele gahie R\$ 10 mil por mês não. Tem que ser uma pessoa qualificada. Mas não ter esse tipo de política salarial lá dentro.

Em 2020, a Petrobras aumentou a previsão de remuneração de seus executivos. Os salários mensais somados aos bônus de cada um dos nove di-

retores, incluindo o presidente, podem chegar a uma média próxima de R\$ 400 mil.

A remuneração, porém, é inferior à praticada em outras grandes petrolíferas. Em 2019, a americana Exxon Mobil pagou o equivalente a R\$ 7,8 milhões por mês ao presidente da companhia. Na Chevron, a remuneração no período ficou na faixa de R\$ 11 milhões.

O vice-presidente Hamilton Mourão negou que haja interferência na Petrobras e defendeu um fundo soberano com royalties do petróleo para "amortecer" reajustes. O vice-presidente minimizou a reação do mercado financeiro:

— Isso tudo é especulação. Mercado é rebanho eletrônico. Sai correndo para um lado, daqui a pouco eles voltam correndo de novo. Não vejo que vai prejudicar demais isso.

ANALÍTICO

Conjunto de investidores pode ser maior do que o presidente imagina

GUSTAVO ALVES gualves@oglobo.com.br

Para defender a decisão de trocar o presidente da Petrobras e manter-se na ofensiva, o presidente Jair

Bolsonaro fez uma pergunta que ecoou um antigo slogan e resumiu o problema de demitir Roberto Castello

Branco a uma escolha entre duas alternativas: "O petróleo é nosso ou é de um pequeno grupo?". O problema é que o "pequeno grupo" talvez não seja mais tão diminuto, se ele estiver falando de investidores da Bolsa.

O presidente tenta fixar na cabeça do público a imagem de um clube fechado de banqueiros que seriam os únicos interessados na gestão eficiente da Petrobras, em contraponto aos caminhoneiros e

outros trabalhadores penalizados com a alta do combustível. Mas entre um lado e outro, há as pessoas que têm algum dinheiro guardado e procuram protegê-lo por investimentos no mercado financeiro.

Esse grupo aumentou com a queda dos juros no Brasil, que levou à procura de meios mais rentáveis do que CDI e caderneta de poupança como forma de preservar o que sobra no fim do mês. E o investimento em renda variável, como as

ações da Petrobras, foi um caminho quase inevitável. São pessoas da classe média ou mesmo de menor renda: se mercado financeiro fosse assunto apenas de banqueiros, não haveria o fenômeno Nath Finanças, a blogueira que dá dicas para quem ganha pouco.

Se os chamados novos CPFs e "sardinhas" da Bolsa, apelido dos pequenos investidores, têm algum peso político para esboçar alguma reação, é o que se verá caso a co-

tação dos pagéis da Petrobras continue acumulando perdas e o neoinvertencionismo que Bolsonaro adotou contaminar as expectativas do mercado a ponto de ferir as economias dessas pessoas. Por ser diverso, é um grupo que não tem como fazer greve, como os caminhoneiros. Mas pode espalhar seu descontentamento de forma difusa na sociedade.

oglobo.globo.com/analitico

Auxílio: PEC acaba com piso para educação e saúde

Medida valeria para União, estados e municípios. Para integrantes da equipe econômica, aprovação da proposta ajuda a atenuar efeitos da intervenção na Petrobras. Texto preliminar prevê que benefício seja liberado sem exigência de cortes de gastos

GERALDA DOCA, MANOEL VENTURA E JULIA LINDNER
sobre o auxílio com 12
M&S

O relatório da proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre brecha para prorrogar o auxílio emergencial em 2021 também acaba com a exigência de gastos mínimos para saúde e educação em União, estados e municípios. A medida faz parte de uma reformulação das regras fiscais negociada pelo governo para destravar a liberação da nova rodada do programa social, que inclui a possibilidade de congelamento de salários de servidores no futuro. O projeto, porém, não prevê cortes de despesas como contrapartida à extensão do benefício.

O texto foi elaborado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC) e obtido pelo GLOBO. O Senado marcou para a próxima quinta-feira a sessão para votar a proposta. Até lá, a redação pode mudar. Integrantes da equipe econômica avaliam que a aprovação da PEC tem potencial para minimizar os efeitos da crise no mercado de trabalho pela inércia do governo na Petrobras.

Hoje, a Constituição exige que estados e municípios apliquem ao menos 25% de sua receita resultante de impostos e transferências na manutenção e no desenvol-

vimento da educação. No caso da União, o percentual mínimo era de 18% até 2017. O teto de gastos, porém, estipulou que a partir de 2018 a União investirá no mínimo o mesmo valor de 2017 mais o acréscimo da inflação do ano anterior medida pelo IPCA.

Nos gastos com saúde, o percentual mínimo é de 12% da receita para estados e 15% para municípios. Para o governo federal, a regra mudou em 2017 junto com o teto. Até aquele ano, era necessário gastar 15% da receita. Agora, a União investe no mínimo o mesmo valor de 2017 mais o acréscimo da inflação medida pelo IPCA.

CLÁUSULA DE CALAMIDADE

Em entrevista ao GLOBO neste fim de semana, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu a aprovação de medidas que garantam ao Congresso o controle do Orçamento, acabando com a vinculação de verbas.

Apartir do apoio de Lira, esse trecho já enfrenta resistência no Congresso, principalmente de parlamentares ligados à negociação para ampliação do Fundeb, fundo que financia a educação básica. Diante das críticas, é possível que a medida seja retirada da proposta.

O texto de Bittar prevê congelar os salários dos servi-



Espera. Para presidente do Senado, bastaria aprovação na Casa para auxílio ser liberado. Governo quer também auxílio Câmara

ços públicos e a contratação de pessoal por dois anos a partir da decretação do "Estado de Calamidade Pública". O aionamento dessa trava, no entanto, não ocorreria de forma automática, caso a PEC seja promulgada. Em vez disso, dependeria de solicitação posterior de Executivo autorizado do Congresso.

Para as parcelas que estão sendo negociadas para este ano, não será necessário acionar o mecanismo. O texto prevê uma autorização espe-

cial para a liberar o auxílio, cujos gastos ficariam fora das regras fiscais do país, inclusive o teto de gastos e a meta fiscal. Como o GLOBO mostrou semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, considera que o freio nos salários do funcionalismo aprovado em 2020 é suficiente para bancar as despesas por quatro meses.

Caso a ajuda se estenda além desse prazo, no entanto, a ideia é que seja necessário

recorrer à cláusula. Também está em negociação a possibilidade de decretar calamidade logo após a promulgação da PEC para que o governo tenha acesso a outros mecanismos previstos na medida, como agilizar contratações e conceder reduções de impostos sem ter que apresentar medidas de compensação.

A equipe econômica trabalha com um cenário no qual o auxílio emergencial custaria até R\$ 40 bilhões e seria voltado para cerca de 46 milhões

de trabalhadores, menor que o número de beneficiários do ano passado.

A versão preliminar do relatório da PEC não determina um valor para o auxílio nem o custo do programa, o que só será fixado na medida provisória (MP) com as regras da nova fase do benefício. Perguntado pela GloboNews sobre quais seriam os valores, o senador Márcio Bittar disse que isso será definido pelo governo, mas afirmou que "imagina" que serão quatro parcelas de R\$ 250 a R\$ 300:

— Se nós começássemos estipulando um valor ia ter uma enxurrada de propostas pedindo valores mais altos.

Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que basta que a PEC seja aprovada no Senado para o governo federal liberar a nova rodada de ajuda.

— O que nós vamos pretender é que, uma vez aprovado no Senado Federal, já haja por parte do governo uma efetivação do auxílio emergencial considerando que há uma tendência muito clara da Câmara—disse.

Integrantes do governo, porém, afirmam que é necessária a aprovação nas duas Casas. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que é preciso cumprir todo o processo

Bancadas das duas áreas vão tentar barrar a proposta

Desvinculação do Orçamento é defendida pelo presidente da Câmara. Parlamentares se reúnem hoje para articular reação

NATÁLIA PORTINARI, PAULO CAFFARELLI, JULIA LINDNER E BRUNO GÓES
sobre o auxílio com 12
M&S

As bancadas da saúde e da educação no Congresso vão se unir para tentar barrar a proposta que acaba com o mínimo constitucional de investimentos nas duas áreas no Orçamento. A desvinculação é defendida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Professora Dorinha Rezende (DEM-TO), presidente da frente parlamentar mista da educação, disse que há quem queira jogar "saúde contra educação" para argumentar que, na pandemia, retirar os mínimos constitucionais daria flexibilidade, e que, segundo ela, seria enganoso.

Dorinha e os demais deputados ligados à educação frisam ainda que a desvinculação ac-

baria com a PEC do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), aprovada no ano passado na Câmara e no Senado.

— Vamos fazer uma movimentação contrária. Temos que estar muito atentos, mas confio que o Senado, que aprovou por unanimidade o Fundeb, não iria passar um vexame desses.

CRÍTICAS NO SENADO

A bancada da educação deve se reunir na manhã de hoje com a frente parlamentar da saúde, presidida pela deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC). Os parlamentares aguardam a divulgação do relatório da PEC Emergencial, do senador Márcio Bittar (MDB-AC), para reagir.

— O Ministério da Saúde precisa de mais recursos, as-

sim como estados e municípios. Desvincular eu vejo com preocupação, porque nesse ano temos a questão dos procedimentos que ficaram represados em 2020, além do enfrentamento à Covid e os gastos do ano—disse Zanotto.

Integrante da bancada da saúde, Jandira Feghali (PCdoB) afirma que a medida "não tem a menor chance" de ser aprovada na Câmara.

— Essa proposta não passa de forma alguma, nem na bancada de PP (partido do presidente da Casa, Arthur Lira, alinhado com o governo). Essa proposta impede o SUS de ser sustentado. Não há um deputado vinculado à luta do SUS que defenda isso.

Para Baceilar (Podemos-BA), presidente da comissão especial do Fundeb no ano passado, a alteração coloca em risco a educação de milhares de jovens:



Debate. Fim do piso para saúde e educação integra proposta para destravar auxílio

— Se aprovada, a PEC validaria os investimentos educacionais, além de inviabilizar a implementação do Fundeb, uma das poucas conquistas educacionais em 2020. O fundo é para educação básica.

Integrante da Comissão Externa da Educação na Câmara, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP) diz que a proposta é "absurda", pois saúde e educação são as áreas mais afetadas

com a pandemia. Para ela, o objetivo do governo é "retirar investimentos", e não apenas desvincular os recursos.

Sobre a área da educação, a parlamentar afirma que a retomada das aulas demandará custos. Ela lembra a necessidade de se alternar turmas, investimentos em conectividade para adoção de modelo híbrido, além da necessidade de uma política para frear o

aumento da evasão escolar:

— Então, no ano mais difícil para a área da saúde e educação, o governo propõe reduzir recursos? Aí eu falo em reduzir, não só desvincular, porque basta olhar o que está acontecendo com o Ministério da Educação.

No Senado, onde a proposta será apreciada esta semana, parlamentares indicaram resistência ao texto. O líder da minoria, Jean Paul Prates (PT-RS), disse que a minuta do parecer representa um "imenso retrocesso, que atenta contra a promoção de direitos fundamentais e inalienáveis".

— A PEC deveria apenas viabilizar a prorrogação do estado de calamidade, do auxílio emergencial e de despesas como do SUS.

O senador Flávio Arns (Podemos-PR) defende uma união a favor da educação. Para ele, a PEC Emergencial "líquida com o Fundeb" e a Educação Básica:

— É uma proposta que desfaz a grande conquista que obtivemos no ano passado. Temos que nos unir a favor da educação.

Lira pede ao Congresso para não inflar valor do auxílio

Novo rodada do benefício deve custar R\$ 34,2 bi com parcelas de R\$ 250, diz Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado

BRUNO GÓES, PAULO CAFFARELLI E FERNANDA TRISOTTO
sobre o auxílio com 12
M&S

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), defende o valor de R\$ 300 para o novo auxílio emergencial e faz um apelo ao Congresso para que não tente inflar o benefício, como ocorreu no passado. O posicionamento está em linha com o da equipe econô-

mica, preocupada com o impacto fiscal da nova rodada do programa social.

— O ministro Paulo Guedes (Economia) falou em R\$ 200 para o novo auxílio, e o presidente Bolsonaro anunciou R\$ 300. E o que o presidente anuncia, o governo vai ter que arrumar um jeito de fazer, penso eu. Talvez seja o valor ideal na cabeça de todo mundo. E o Congresso vai ter que ter

muita responsabilidade para não mexer nesse valor, para não ficar aquele jogo de pôquer que ficou da outra vez: "Eu blefo e o outro paga". Então saúde de R\$ 200 para R\$ 600 — critico Lira, em entrevista ao GLOBO.

CUSTODER\$ 34,2 BI

No ano passado, Guedes propôs que o auxílio emergencial fosse de R\$ 200, valor próximo à média paga a

beneficiários do Bolsa Família. O governo, no entanto, não chegou a enviar um projeto à Câmara para criar o benefício, abrindo brecha para que o tema fosse tratado pelos parlamentares. Durante as negociações, o valor da ajuda a trabalhadores informais chegou a R\$ 500. Na última hora, o presidente Jair Bolsonaro sugeriu o valor final de R\$ 600, após consultar Guedes so-

bre a possibilidade de bancar a medida.

Agora, governo e Congresso negociam liberar uma rodada de quatro parcelas de R\$ 250. Segundo cálculo da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, a extensão do benefício custará R\$ 34,2 bilhões, considerando que 45 milhões de brasileiros sejam beneficiados pela nova fase do programa.

De acordo com o órgão, do total de beneficiários estimados, 19,2 milhões já fazem parte do Bolsa Família e outros 25,8 milhões integrariam o grupo dos vulneráveis que ainda precisam de apoio. Ao longo de quatro meses, esse pacote de auxílio aos mais pobres custaria R\$ 45 bilhões, mas R\$ 10,8 bilhões já seriam desembolsados para os pagamentos do Bolsa Família.

— O incremento que eles receberão é o que representaria adicional, o programa que está sendo criado fora do teto — explicou o diretor executivo da IFI, Felipe Salto, em coletiva de imprensa.